



1290001044



TCC/UNICAMP C422g

O GRUPO ANTARCTICA E A POLÍTICA DE PREÇOS GOVERNAMENTAL

MARCELO RAMOS FERES CHERFEN

RA. 860640

INSTITUTO DE ECONOMIA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

ORIENTADOR: PROF. JOSÉ WALTER MARTINEZ

CAMPINAS, 1990.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP

DEDICATÓRIA

À MEUS AVÓS:

ANTÔNIO RAMOS

ÁUREA MARILENA DE MELLO RAMOS

À MEUS PAIS:

JOSÉ ADIB FERES ABUD CHERFEN

REGINA HELENA RAMOS FERES CHERFEN

AGRADECIMENTOS

Agradeço o Grupo Antartica na pessoa do Sr. Antônio Ramos que forneceu as informações necessárias e indispensáveis à realização do presente trabalho.

Agradeço também o apoio e a orientação dados pelo Professor José Walter Martinez, sem as quais seria impossível a elaboração desta Monografia.

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações.....	01
Lista de Tabelas.....	02
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	03
Introdução.....	04
CAPÍTULO I	
A Empresa.....	07
I.1. O Processo de fabricação da cerveja.....	07
I.2. A história da cerveja e sua introdução no Brasil...	09
I.3. O Grupo Antarctica.....	10
I.3.1. Histórico.....	10
I.3.2. Características atuais quanto ao dimensionamento.....	13
I.3.3. Características da administração.....	17
I.3.4. A Estratégia.....	20
CAPÍTULO II	
O Oligopólio.....	25
II.1. Definição de Oligopólio.....	25
II.2. O conselho Interministerial de Preços.....	27
CAPÍTULO III	
Características do sub-ramo de cervejas e de refrigerantes de 1980 a 1987.....	28
III.1. Retrospectiva do comportamento do setor de cervejas e de refrigerantes na década de 1980.....	28
III.2. As exportações de cerveja e refrigerante.....	36
III.3. Análise das grandes empresas que compõe o setor de cervejas e refrigerantes.....	39
CAPÍTULO IV	
A Economia e a Indústria brasileira.....	48
IV.1. Conjuntura da economia e da indústria brasileira..	48
IV.2. A variação dos custos e dos preços.....	51
CAPÍTULO V	
O Grupo Antarctica e a política de preços governamental.	53
V.1. Análise do desempenho da empresa.....	53
V.2. O impacto da política de preços governamental sobre o desempenho da Grupo Antarctica.....	69

CONCLUSÕES	81
ANEXOS.....	84
BIBLIOGRAFIA.....	117

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

I.1.	Fluxograma de uma cervejaria.....	09
I.3.1.	Hospital Santa Helena-crianças brincando nos jardins - da secção de pediatria.....	12
I.3.1.	Escola Técnica Antartica-ensino de técnica tipográfica	12
III.1.	Brasil- A explosão do consumo.....	30
III.1.	Brasil- A guerra dos refrigerantes.....	31
V.2.	Variação dos preços reais da cerveja e do refrigerante autorizados pelo CIP de 1980 a 1987.	74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.

V.1. Indicadores financeiros e econômicos da empresa e do setor.....	64
--	----

TABELA 2.

V.1. Análise vertical.....	65
----------------------------	----

TABELA 3.

V.1. Análise horizontal.....	66
------------------------------	----

TABELA 4.

V.1. Demonstrativo de Resultados-Análise Vertical.....	67
--	----

TABELA 5.

V.1. Demonstrativo de Resultados-Análise Horizontal...68	
--	--

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C.I.P. - Conselho Interministerial de Preços.

B.N.D.E.S.- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

F.I.N.O.R.- Fundos de Investimentos do Nordeste.

S.E.R.A.S.A.- Centralização de Serviços dos Bancos S/A.

C.A.C.E.X.- Carteiro de Comércio Exterior

S.U.D.E.N.E.- Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

PLANACEM- Plano Nacional de Auto-Suficiência em Cevada e Malte.

I.P.I.- Imposto sobre Produtos Industrializados.

INTRODUÇÃO

A ruptura do padrão de financiamento externo, a partir de 1980, minou a base sobre a qual estava assentado o crescimento econômico brasileiro desde a década de 1970.

A economia brasileira passou então a se sustentar, a partir de 1980, no saldo da balança comercial; no entanto, foi incapaz de gerar recursos externos suficientes para manter um crescimento interno sustentado e ao mesmo tempo, pagar os encargos financeiros da dívida externa, que se avolumam, devido tanto a produtividade da economia interna ser relativamente pequena como também a pequena capacidade para importar gerada pelo saldo (em consequência dos altos preços dos bens de capital no mercado externo).

A impossibilidade da manutenção do crescimento da economia brasileira a taxas históricas proporcionou, além de uma recessão no início da década, uma aceleração inflacionária.

Durante este quadro adverso, o governo com o intuito de tirar o país da recessão em que se encontrava, elaborou e pôs em prática uma política econômica de ajuste, que constituiu-se na defesa da poupança privada em detrimento da poupança pública e num crescimento financiado pelo déficit público interno.

No entanto, tal política econômica resultou num aumento dos preços macroeconômicos (juros e taxa cambial) o que levou a uma piora do quadro inflacionário.

Assim, o ajuste econômico posto em prática pelo governo não só acelerou mais ainda a inflação, como também impôs perdas a vários segmentos da sociedade e setores econômicos, ao determinar reajustes de preços e salários a níveis inferiores em relação a inflação, e ao privilegiar determinados setores da economia em detrimento de outros quanto ao fornecimento de subsídios e de financiamentos.

É devido a este quadro instável e as perdas que ele impôs aos vários segmentos econômicos, que surgiu a idéia de elaborar um trabalho no qual se analisa-se especificamen

te o impacto da política de determinação de preços governamental, através do CIP (Conselho Interministerial de Preços) sobre uma empresa oligopólica do setor de cervejas e refrigerantes.

A empresa analisada, no caso , foi o Grupo Antarctica e partiu-se da hipótese que o governo ao determinar reajustes de preços inferiores à inflação, afetou o desempenho (ou a rentabilidade do Grupo Antarctica durante a década de 1980.

Para se tentar comprovar tal hipótese, dividiu-se o trabalho em seis capítulos, cujo conteúdo apresenta-se a seguir:

1. Capítulo I

Contém uma análise aprofundada do Grupo Antarctica desde sua fundação até os dias atuais.

2. Capítulo II

Apresenta um breve comentário sobre a atuação do CIP e sobre as características da estrutura de mercado oligopolista.

3. Capítulo III

É um dos mais interessantes pois, é onde se procurou explicar os movimentos das maiores empresas que compõem o setor de cervejas e de refrigerantes.

4. Capítulo IV

Contém uma análise abrangente da economia e da indústria brasileira na década de 1980.

5. Capítulo V

É o cerne do trabalho, pois é neste capítulo que se encontra a análise do desempenho da empresa e o impacto que a política de preços governamental teve sobre este desempenho.

6. Capítulo VI

Aponta em grandes linhas as conclusões a que se chegou neste trabalho.

Assim, espera-se ter contribuído, através desta monografia, para a ampliação dos conhecimentos a respeito do setor cervejeiro e de refrigerantes que tem presença marcante na economia brasileira (com US\$ 4 bilhões de faturamento até 1988) e tantos goles prazerosos gerou neste seu primeiro século de existência no Brasil.

CAPÍTULO I - A EMPRESA

I.1. O processo de fabricação da cerveja.

Segundo informações internas da empresa e de acordo com os dados obtidos do artigo publicado pela revista CACEX(1)(Carteira de Comércio Exterior), a produção de cervejas de baixa fermentação se divide nas seguintes cinco etapas:

- A. Fabricação ou preparação do m^osto lupulado ou "cerveja crua".
- B. Fermentação ou transformação do m^osto lupulado em "cerveja verde".
- C. Decantação ou classificação e maturação da cerveja.
- D. Embarrilamento.
- E. Engarrafamento.

O processo de fabricação é complexo e inicia-se com a obtenção do elemento mais importante na fabricação da cerveja que é a cevada, não se levando em consideração a água (que é fator essencial).

A cevada, de acordo com o artigo da revista da CACEX(2), antes de sua utilização no processo cervejeiro, passa por um estágio de germinação forçada, durante o qual seus grãos sofrem transformações bio-químicas, dando-lhes as características necessárias à produção da cerveja. Esse processo chama-se malteação e o produto final, o malte.

Uma vez na cervejaria, o malte é moído para facilitar sua transformação em m^osto. Em uma caldeira, coloca-se água tratada, para uma perfeita diluição dos amidos. A água é de grande importância na qualidade da cerveja e a brasileira, classificada como "água mole", isto é, com poucos sais minerais, é considerada ideal para a fabricação do produto.

(1) CERVEJA. Revista da CACEX (Carteira de Comércio no Exterior). Rio de Janeiro: 2-8, maio. 1986. Número 997.

(2) IDEM, IBIDEM. P. 2-8.

A temperatura de 70°C, a solução de amido obtida vai sendo, aos poucos, transformada no m^osto açucarado. A solução é depois bombeada para um filtro de clarificação, onde o m^osto é separado das cascas do malte, passando, em seguida, à caldeira de cocção.

Durante a cocção, vai sendo adicionado o lúpulo, substância que dá à cerveja suas características amargas e aromáticas peculiares.

O lúpulo é uma planta importada principalmente dos Estados Unidos, Tchecoslováquia, Alemanha, França e Iugoslávia.

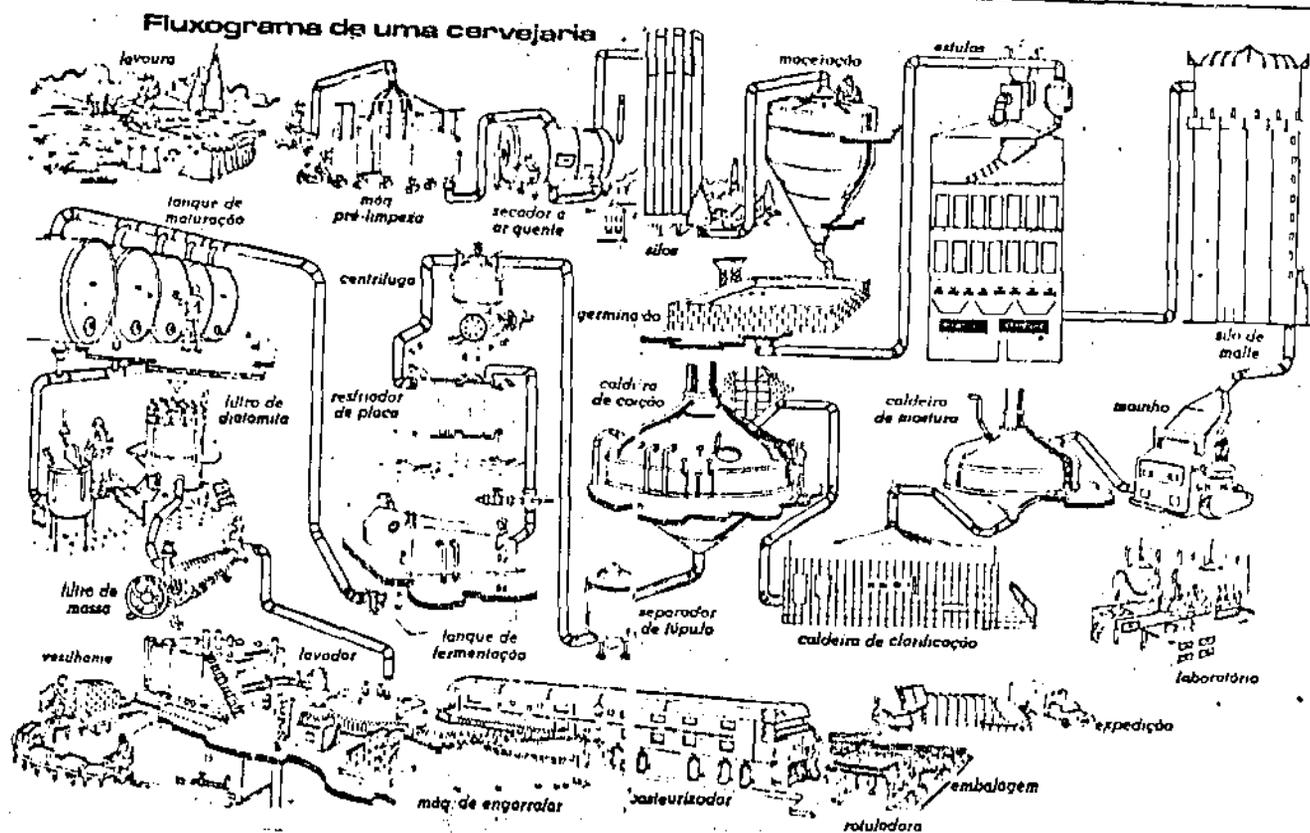
O m^osto lupulado vai então para uma tina de decantação, onde se sedimentam as proteínas coaguladas e outros elementos em suspensão. A seguir, é resfriado e arejado, ficando pronto para o processo de fermentação. A cultura do fermento (microorganismos que se alimentam dos açúcares, transformando-os em água, álcool e gás carbônico) é feita em laboratório. O m^osto recebe o fermento ao ser bombeado para os tanques; nestes, sob condições controladas, ele permanece mais ou menos sete dias de fermentação.

Passado o período de fermentação, o m^osto vai para as adegas de maturação, fase em que, paralelamente a uma chamada pós-fermentação mais lenta, são apurados o seu paladar, aroma e saturação de gás carbônico.

Antes do envasamento, há ainda uma última filtração. Aí se tem então o chope. A cerveja engarrafada por máquinas, automaticamente, terá que submeter-se ainda à pasteurização, que a torna biologicamente estável; já que seu consumo não será de imediato.

Na próxima página pode-se observar o Fluxograma de uma cervejaria.

FIGURA 1.



FONTE: REVISTA DA CACEX Nº997 - 19.05.1986

1.2. A história da cerveja e sua introdução no Brasil

Segundo a Revista CACEX (3) "a história da cerveja remonta a quase 10.000 anos e a etimologia da palavra vem do termo latino "cervisia" em homenagem à Deusa Ceres, da fertilidade e da agricultura.

Quase 8.000 anos a.C., já era fabricada uma bebida de trigo fermentado na Mesopotâmia.

Leis, objetos de cerâmica e peças de ourivesaria revelam a predileção dos assírios e caldeus pela bebida.

Entre os egípcios a cerveja era a bebida nacional e eles lhe atribuíam propriedades curativas, especialmente contra picadas de escorpião. Em Pelusa, no delta do Nilo, fabricava-se a melhor cerveja da antiguidade.

(3) CERVEJA. Revista CACEX (Carteira de Comércio Exterior). Rio de Janeiro: 2-8, maio 1986. Número 997.

Do Egito, o consumo de cerveja se estendeu à Grécia, Roma, Gália e Germânia. O grau alcoólico era então bem mais elevado do que o de hoje, e os temíveis vikings a fabricavam a bordo dos seus barcos de guerra, entre os séculos VII e X.

Por volta do ano de 1300, Bremen, a cidade do mar do Norte, obteve a supremacia na fabricação da cerveja. Mas logo está se transfere para Hamburgo, que, em 1373, já contava com 457 fabricantes de cerveja, embora tivesse apenas 7000 habitantes.

No Brasil

Por representar uma ameaça aos vendedores portugueses de vinho, o consumo de cerveja no Brasil se difundiu muito tarde.

O hábito de beber cerveja surgiu, timidamente, nos tempos de D. João VI, quando a colônia inglesa aqui residente, bem numerosa, importava a bebida, começando a despertar a curiosidade dos brasileiros(...).

As atuais maiores empresas do ramo, a Brahma e a Antarctica, foram fundadas, respectivamente, em 1888 e 1891. Quanto aos primórdios do fabrico industrial da cerveja no país, Maria Teresa Versiane (4) destaca os aspectos a seguir, em sua pesquisa "Proteção Tarifária e Crescimento Industrial nos anos de 1906 a 1912: o caso da cerveja".

A produção de cerveja no Brasil surgiu com características muito mais domésticas do que fabris, operando a baixos custos e se desenvolvendo no último quartel do século XIX.

Em finais da década de 1870, existiam no império pelo menos 18 fábricas de cerveja, produzindo de 8 a 10 milhões de garrafas anualmente.

Em 1891, a instalação na cidade de São Paulo da fábrica Antarctica Paulista provocou uma aceleração no ritmo de expansão.

I.3. O Grupo Antarctica

I.3.1. Histórico

A Companhia Antarctica iniciou suas atividades em 1891 na cidade de São Paulo tendo como sede um conjunto fabril, na Água

(4) VERSIANE, Maria. Proteção Tarifária e Crescimento Industrial nos anos de 1906 a 1912: o caso da cerveja, apud. CERVEJA. Revista da CACEX. Rio de Janeiro: 2-8, maio, 1986. Número 997.

Branca. No entanto, o ano de 1893 pode ser considerado como sendo o marco inicial de suas atividades industriais pois, foi nesta época que ocorreu a consolidação do capital acionário da empresa, com Antônio Zerrener e Adam Ditrik von Bülow assumindo o controle acionário da Antartica e a direcionando apenas para a fabricação e para o comércio de bebidas, dando principal destaque a fabricação e ao comércio de cervejas.

Inicialmente a empresa fabricava cerveja, ácido carbônico líquido e cultivava o malte (cevada germinada) necessário à produção de cerveja, passando a fabricar logo a seguir, bebidas gasosas e sem álcool (conhecidas atualmente como refrigerantes).

Em 1904, os fundadores da Companhia Antartica, o alemão Antônio Zerrener e o dinamarquês Adam Ditrik von Bülow, devido as dificuldades pelas quais passava a Companhia, resolveram ampliar o capital da empresa através da emissão de mais ações, transformando-a em Sociedade Anônima.

O aumento do capital da empresa permitiu a compra da cervejaria Bavária, na Moóca, nascendo desta fusão a Companhia Antartica Paulista.

A primeira filial da Companhia surgiu em 1911, na cidade de Ribeirão Preto.

Em 1920 com a crise do café e conseqüentemente da economia brasileira, visto ser o café o núcleo dinâmico da economia naquela época, a Companhia passou por dificuldades, que logo foram contornadas e a empresa retomou seu crescimento graças aos empréstimos de bancos ingleses.

Com o falecimento do Comendador Zerrener em 1933, assume seu lugar a sua esposa, No entanto, esta vem a falecer logo a seguir, em 1936, e a Companhia tornou-se propriedade da fundação brasileira ou fundação Antônio e Helena Zerrener; tendo sido esta iniciada pelo casal Antônio e Helena Zerrener; que com seu falecimento obtve a posse da maior parte das ações da empresa.

Esta fundação de profundo cunho social agregava em 1965: o Hospital Santa Helena; escolas técnicas; abrigos para menores; berçários; recantos infantis e a Associação Recreativa e Cultural Antartica (ARCA).

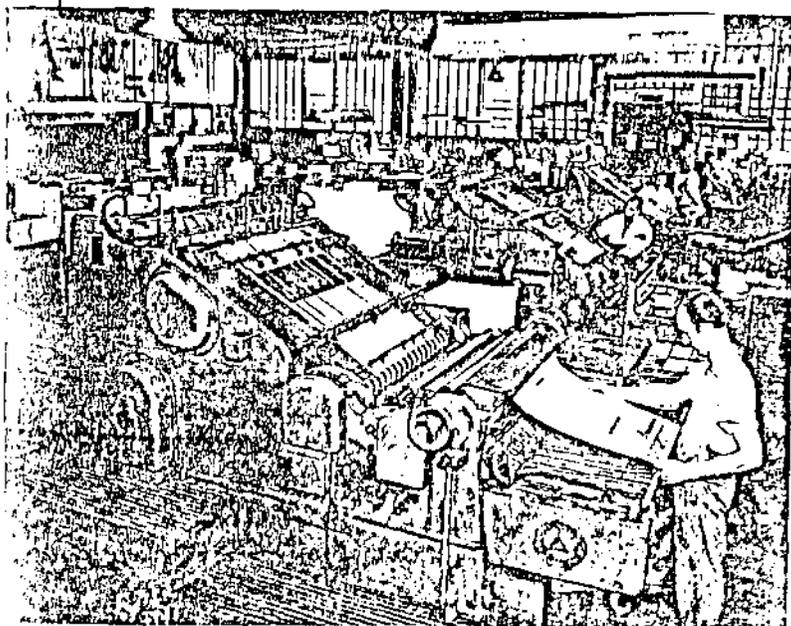
FIGURA 2.

Crianças brincando nos jardins da seção de pediatria do Hospital Santa Helena.

FONTE: ANTARCTICA, ONTEM
HOJE E SEMPRE.
NÚMERO ESPECIAL.

Ensino de técnica tipográfica, na Escola Técnica Antártica.

FIGURA 3.



A empresa desde a sua fundação veio se expandindo constantemente para outros estados sendo que até 1965 já contava com 50 fábricas em todo o Brasil e muitas de suas filiais no Nordeste contaram através da SUDENE -Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste- com o apoio do governo federal para serem instaladas.

Com a importação de máquinas modernas dos Estados Unidos após a II Guerra Mundial, a empresa conseguiu enfrentar a concorrência das suas principais empresas rivais (5).

E assim, com muito empenho em aumentar sua capacidade produtiva, diminuir ao máximo a dependência dos insumos importados

(5) ANTARCTICA-ONTEM, HOJE E SEMPRE. Setenta e Cinco Anos de Antártica. São Paulo, 1966. Número Especial.

(tal como a cevada), e efetuar diversas fusões, através da compra de outras empresas, o Grupo Antarctica vem conseguindo lograr nestes seus quase cem anos de existência seu principal objetivo que é o de manter os preços dos seus produtos acessíveis a maior parte da população, procurando, com isto, ampliar sua participação no mercado e manter-se sempre como uma das grandes líderes na produção de cerveja, chope, malte e refrigerantes.

I.3.2. Características atuais quanto ao dimensionamento

Ao se iniciar um trabalho sobre determinada empresa, é de se supor que surjam indagações do tipo: Quem é esta empresa? ou o que ela fabrica? ou quais são suas principais características empresariais?

Este item visa justamente esclarecer ao leitor o que é o Grupo Antarctica.

O Grupo Antarctica atualmente é um dos maiores fabricantes de cerveja e de refrigerantes, não só do Brasil como também do mundo e apresentou um faturamento em 1987 da ordem de 1 bilhão de dólares.

A holding Antarctica é formada por um conglomerado de 26 empresas, 99 fábricas espalhadas pelo país.- 24 das quais de cerveja, dezenove de chope e outro tanto de guaraná; e empregava até 1987 vinte mil funcionários diretamente.(6)

A Antarctica também detém junto com a Brahma cerca de 90% do mercado de cervejas do Brasil, sendo que ambas disputam copo a copo a liderança das vendas, se alternando continuamente na liderança(7).

O Grupo Antarctica é a 5a. maior marca produtora de cerveja do mundo com uma produção de 13 milhões de hectolitros por ano, que significa uma participação de 1,3% na produção mundial, se situando no ranking mundial logo abaixo da Heineken e acima da Brahma.

(6) CAIXETA, Nely. O Enigma da Antarctica. Revista Exame. São Paulo, Ano XX.(13):junho, 1988.

(7) IDEM, IBIDEM.

Quanto a sua expansão, o Grupo Antarctica vem-se expandindo continuamente desde 1976 com um crescimento ao redor de 10% ao ano, que só foi alterado durante a vigência do Plano Cruzado quando a taxa de crescimento atingiu o pico inacreditável dos 40% ao ano.

A Antarctica apresenta tal crescimento satisfatório porque não passa um ano sem inaugurar uma nova fábrica ou sem expandir as já existentes, tanto é que em 1986 ela expandiu a capacidade de produção da Cervejaria Antarctica Níger de Ribeirão Preto; em janeiro de 1987, ela inaugurou uma nova fábrica em João Pessoa na Paraíba, com capacidade de produção inicial de 60 milhões de litros de cerveja por ano; e no final de 1988, pôs em operação uma outra unidade em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, com capacidade para produzir inicialmente 150 milhões de litros de cerveja anuais (8).

A fábrica inaugurada em João Pessoa foi a 11ª fábrica no Nordeste da Antarctica e a 94ª fábrica do Grupo Antarctica.

Construída a um custo de 2,5 bilhões de cruzados, ela contou para ser construída com 40% de recursos adquiridos junto ao FINOR- Fundos de Investimento do Nordeste, à SUDENE-Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, e ao BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, sendo os restantes 60% de recursos financiados pelo próprio Grupo Antarctica.

A fábrica que contava inicialmente com uma capacidade de produção de 800 mil dúzias de cervejas das marcas: Malzibier, Pilsen Extra, Antarctica e Pilsener Chopp Malzibier; e fornecia 490 empregos diretos, veio sendo ampliada, sendo que em 1989 havia um projeto para a anexação duma fábrica de refrigerantes.

Seu objetivo inicial era abastecer os mercados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. (9).

A cervejaria Antarctica-Níger, situada na cidade de Ribeirão Preto, ampliada em 1986, foi a quarta maior empresa do setor em faturamento com uma produção de 1,4 milhões de dúzias de cerveja por mês, sendo seu principal mercado consumidor a cidade de Ribeirão Preto com um consumo anual de 96 litros per capita.

(8) A Loura Antarctica. Revista Tendência. Rio de Janeiro:38-39, dezembro/1988, janeiro/1989. Número 167.

(9) ANTARCTICA inaugura a 94ª indústria. FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 23 janeiro. 1988.

Esta cidade é onde está localizada a famosa Choperia Pinguim, que é a maior choperia do Brasil, e a maior distribuidora de produtos Antarctica.

Mesmo tendo sido ampliada em 1986; a cervejaria de Ribeirão Preto, não conseguiu abastecer o seu mercado que abrange os estados de Mato Grosso, Rondônia além do Triângulo Mineiro, também que tiveram de ser inauguradas mais duas fábricas posteriormente. (10)

No final da década de 1980, mais precisamente no final de 1988, a Antarctica, como sempre faz, expandiu sua capacidade de produção inaugurando uma nova fábrica no Rio de Janeiro, no entanto, esta mereceu especial atenção não porque estava terminando a década de 1980, mas sim porque esta era, até 1988, a maior fábrica de cervejas do Brasil.

Inaugurada a um custo inicial de 120 milhões de dólares, com uma capacidade total de 300 milhões de litros por ano, mas operando inicialmente com 150 milhões de litros por ano, e empregando mais de 2.000 funcionários diretamente, a fábrica de Jacarepaguá era a maior do país e estava entre as cinco maiores do hemisfério sul, além de possuir um maquinário com tecnologia de ponta.

Esta fábrica estava visando atender o mercado do Rio de Janeiro, parte do litoral de São Paulo e parte de Minas Gerais.

Ela era o orgulho da Antarctica que tentava assim derrotar sua principal concorrente no seu próprio mercado cativo, o Rio de Janeiro, que era apontado como sendo o principal do país, com um consumo de 65 litros per capita de cerveja e de chope por ano.

A Antarctica não só contou com a fábrica de Jacarepaguá para conquistar a meta de mais de 15% do mercado carioca como também com a marca Bohemia adquirida na década de 1970, que além de ser produzida com água da zona serrana fluminense, que dispensa tratamento e lhe assegura um ótimo paladar, é também a preferida dos cariocas, visto que três entre cada dez cariocas tem preferência por ela. (11)

Quanto à rede de distribuição de seus produtos, a Antarctica conta hoje com 900 empresas independentes para garantir a

(10) IZIQUE, Cláudia. Mais Cerveja nos copos. GAZETA MERCANTIL. São Paulo, 6 janeiro de 1988.

(11) MARQUES, Carlos José. Um Mar de Cerveja. Revista Isto é, Senhor. Rio de Janeiro: 82-85, dezembro de 88. Número 1003.

entrega de seus produtos para os 600.000 pontos de venda em todo o Brasil. (12)

Já no setor de refrigerantes, o Guaraná Antarctica é a segunda marca mais consumida (com uma participação de 11,9 % no total), vindo logo atrás da Coca-Cola, que detinha 40,8% do mercado. (13).

Mas, de acordo com a revista Exame(14) a empresa Coca-Cola detinha 40% do mercado de refrigerantes, ao incluir todos os tipos de refrigerantes produzidos por ela, enquanto a Antarctica vinha mais atrás em segundo lugar com 23%, de qualquer forma ambos os dados demonstram ser ocupado o mercado de refrigerantes do Brasil de 2 bilhões de dólares por ano, em primeiro lugar pela Coca-Cola, e, em segundo lugar, pela Antarctica, ao ser comparada aos fabricantes multinacionais; já ao ser comparada frente as suas congêneres nacionais a Antarctica é a líder absoluta em participação no mercado nacional de refrigerantes.

O mercado brasileiro de refrigerantes com 36 litros per capita por ano é pequeno ao ser comparado ao norte-americano com 204 litros per capita por ano, no entanto, com a entrada dos refrigerantes dietéticos, a Antarctica esperava que o mercado se tornasse mais promissor pois, estimava-se o ingresso, nesta nova faixa de mercado, de 20 milhões de novos compradores.

A Antarctica tinha expectativas de abocanhar 25% deste mercado de 150 a 250 milhões de litros por ano. Tanto é que três meses após a Coca-Cola ter lançado sua linha de produtos dietéticos, a Antarctica lançou a sua também que era constituída: do Guaraná Antarctica, da Soda Limonada, da Água Tônica e da Laranja POP; sendo todos em embalagens sem retorno de 250 ml. (15)

Entre a variada gama de produtos que jorram diariamente dos tanques da empresa, podemos citar marcas famosas, tais como: A Pilsenner Chopp, a Pilsen Extra, entre as cervejas; e o Guaraná, a POP-Laranja, a Soda Limonada e a Água Tônica, entre os refrigerantes.

O bom desempenho do Grupo Antarctica nestes quase 100 anos de existência permitiu que a empresa crescesse, fosse com a inauguração de novas fábricas ou pela incorporação ou aquisição de

(12) IDEM, IBDEM : 82-85

(13) CERVEJA e Chope. O GLOBO. Rio de Janeiro, 6 outubro de 1988.

(14) CAIXETA, Nely. O Enigma da Antarctica. Revista Exame. São Paulo, Ano XX (13): junho, 1988.

(15) Na moda dos dietéticos. Revista Visão. Rio de Janeiro: 41, janeiro. 1989.

fábricas de marcas famosas entre as quais podemos citar: a Pérola, a Polar e a Serramalte, do Rio Grande do Sul; a Bohemia, do Rio de Janeiro; e a Níger, de Ribeirão Preto (que como já foi comentado aqui, apresentou o segundo maior faturamento das empresas do Grupo Antarctica (16).

1.3.3. Características da Administração.

De acordo com a Revista Exame(17) o Grupo Antarctica é uma Sociedade Anônima, cujo controle acionário está nas mãos da Fundação Antônio e Helena Zerrenner, que detém 87% do capital votante da empresa.

A instância máxima da Antarctica, e portanto, da Fundação, visto ser ela a detentora da maior parte do capital votante da empresa, é o Conselho da Fundação a quem o Conselho da Administração presta contas.

Do Conselho da Fundação pouco se sabe, a não ser que o advogado Dario de Almeida Magalhães o preside, já quanto ao Conselho da Administração, este é composto por seis membros escolhidos entre "gente que fez carreira na casa e é a prata da casa", segundo Celso Neves; e figuras de relêvo de fora da empresa.

São estas seis pessoas em conjunto com a Diretoria Executiva, que é composta por quatro pessoas, sendo duas delas pertencentes também ao Conselho de Administração, que dirigem o Complexo Empresarial Antarctica.

Os membros do Conselho de Administração são reeleitos a cada dois anos pela assembléia dos acionistas, em tese, pois na realidade o que ocorre é a confirmação de mandatos consecutivos quando na verdade o único a possuir um cargo vitalício é o advogado Dario de Almeida Magalhães, de 80 anos, que preside o Conselho Orientador da Fundação.

(16) CAIXETA, Nely, op.cit. Revista Exame. p.86-92

(17) CAIXETA, Nely. op.cit. Revista Exame. P.86-92.

Os membros do Conselho de Administração, por sua vez, escolhem os integrantes da Diretoria, reeleitos anualmente, além de prestar contas ao Conselho Orientador da Fundação (detentora de 87% do capital votante).

Com as mudanças ocorridas no sistema capitalista tornou-se necessário uma adaptação das técnicas de gestão da empresa, à nova realidade do sistema, com o fim de permitir a manutenção da maximização do lucro.

Estas modernas técnicas de gestão da empresa, adaptadas a nova realidade, exigem não só a escolha de indivíduos jovens, dinâmicos e com uma visão empreendedora para ocuparem cargos do alto escalão da empresa; como também um organograma com cargos hierárquicos e funções bem definidas e de fácil compreensão.

De acordo com estas mudanças técnicas de gestão da empresa, o método de administração da Antárctica pode ser chamado de antiquado devido:

1. Ao paternalismo existente para com os funcionários ao se dar preferência a gente da casa no preenchimento de cargos elevados.

No entanto, deve-se acrescentar que este paternalismo tem limites, e a empresa não hesitaria em despedir um funcionário, mesmo sendo ele do alto escalão, caso este não estivesse exercendo sua função de forma eficiente.

2. À idade avançada dos membros do conselho; e

3. Ao seu intrincado sistema de poderes, principalmente, no qual há muitas pessoas envolvidas no processo de decisão.

No entanto, não se pode chamar de ineficiente um sistema que levou a empresa a alcançar uma posição invejável de liderança no mercado nacional de cervejas e de refrigerantes.

Na realidade o modelo de administração da Antárctica está mais para os padrões europeus do que para os padrões americanos, pois na Alemanha, por exemplo, a maior parte dos executivos chegam ao poder de uma empresa com um currículo no mínimo de trinta anos de empresa; a mesma coisa não ocorre nas empresas norte-ame

ricanas, onde o panorama é outro, com muitos administradores talentosos construindo carreira com saltos de empresa para empresa.

Outro destaque neste modelo de administração da Antártica é a troca corriqueira na presidência entre os membros do conselho a cada semana com o fim de resolver possíveis impasses. Talvez, quem sabe, seja esta estrutura democrática, aberta a opiniões dos membros do conselho e com equilíbrio de poderes que dê ao modelo de administração certa eficiência, pois estando o poder dividido entre vários indivíduos que conhecem como mais ninguém a empresa e a consideram como família, nada melhor do que estas pessoas para indicarem o melhor rumo a ser seguido pela empresa, sendo possível cada um cumprir suas determinações, sob o seu ponto de vista, necessárias a empresa, ao se revezar na presidência com os demais, trazendo assim contribuições para resolução de impasses ao centralizar o poder sobre si, com o consentimento dos demais.

Taxa-se a estrutura de poder da Antártica como centralizadora, no entanto, ao se analisar a estrutura de poderes de uma instituição não se deve julgar pelas aparências, deve-se fazê-lo levando-se em consideração a fase histórica e o sistema na qual esta instituição está inserida.

Assim, levando-se em conta que a realidade dentro da qual a instituição vive é o sistema capitalista caracterizado historicamente como estando na fase oligopolista (onde a concorrência é mais acirrada) pode-se afirmar categoricamente que a forma de administração da matriz para com as filiais é relativamente democrática porque leva em consideração a opinião de suas filiais, que possuem uma certa margem de liberdade ao tomarem decisões de cunho administrativo em relação a sua área de atuação, devido muito mais ao próprio crescimento que a empresa foi submetida do que por vontade da cúpula da empresa, tanto é que ela é constituída por vinte e seis empresas autônomas, administradas por um corpo de oitenta e cinco diretores, que têm total liberdade de decidir o que fazer e quando fazer; apesar de estarem comprometidos a prestar contas à cúpula administrativa da matriz em São Paulo, que tem de prestar contas à fundação.

A cúpula central do poder no Grupo Antarctica, ou seja, o Conselho de Administração, apesar da sua eficiência terá que sofrer mudanças devido:

1. A ser constituído por uma gerontocracia quase vitalícia; e

2. As mudanças que vêm ocorrendo no sistema capitalista.

Mas quem irá substituí-los?

As tendências apontam para uma reciclagem da cúpula administrativa que seria substituída por indivíduos mais jovens e dinâmicos, sendo que provavelmente se daria preferência a funcionários de destaque da própria empresa, como já vinha ocorrendo.

Tal reciclagem da cúpula administrativa acarretará possivelmente uma estrutura administrativa mais descentralizada e, portanto, adequada aos moldes da moderna gestão empresarial que teve de incorporar a idéia da descentralização dos poderes para se adaptar as novas imposições do sistema capitalista e garantir assim a maximização do lucro.

1.3.4. A Estratégia

Basicamente a Antarctica contou para conquistar o mercado com as seguintes estratégias:

1. Publicidade e Propaganda.

A Antarctica, desde seu início, vem investindo em cartazes, rótulos e programas na televisão mais arrojados, para atrair seus consumidores e ampliar sua faixa de mercado (18) tanto é que, a Antarctica gastou só em 1987 18 milhões de cruzados na produção e veiculação de quatro filmes publicitários e um "spot" para o rádio tendo como objetivo central divulgar seus refrigerantes e seu carro chefe de vendas, que é a Cerveja Antarctica. Isto representou somente 3,5% da verba promocional destinada ao ano. (19)

(18) DORO, Ivana. Menos litros de Cerveja. Gazeta Mercantil. São Paulo, 28 de agosto de 1987.

(19) CERVEJA. op.cit. Revista da CACEX. P.2-8.

2. Investimentos em Tecnologia e no Progresso Técnico

Desde sua fundação a Antarctica vem investindo na compra de equipamentos mais modernos para suas fábricas, visando aumentar a produtividade e diminuir os custos, para assim fazer frente aos concorrentes e conseguir crescer mesmo com o controle de preços governamental.

Também visando reduzir custos e garantir o fornecimento de insumos básicos para o fabrico de cerveja e dos refrigerantes, a empresa vem ampliando o fomento e a associação com produtores de Guaraná na Amazônia, e, no caso da cerveja, a empresa tem realizado esforços para reduzir a importação de cevada, e de malte, com gastos em pesquisas de aclimação destes cereais, além de se associar, fornecendo financiamentos a Cooperativas que produzem a cevada. (20)

Já no caso do malte, a empresa vem colocando em funcionamento diversas maltarias, o que lhe deu condições de produzir 60% do malte consumido por ela internamente, que antes era importado em quase toda a sua totalidade.

Visando se guarnecer da entrada de concorrentes (tal como a Heineken), a empresa gastou US\$100 milhões em 1988 para o desenvolvimento de tecnologia. (21)

3. Grande rede de distribuição aliada a uma rigorosa linha de inspeção de qualidade dos produtos.

A empresa visando manter a boa qualidade de seus produtos, principalmente da cerveja, mantém uma rede de inspetores que impedem os revendedores de formar e manter um estoque grande por muito tempo, com o objetivo de colocar mais rápido seus produtos no mercado, o que tende a evitar a falta de vasilhames, a perda de qualidade do produto e a perda da concorrência, mas estes inspetores são úteis também ao fornecerem informações sobre como melhor manusear e armazenar tecnicamente os produtos Antarctica.

Estes inspetores, por outro lado, são fundamentais na fiscalização dos pontos de venda com o fim de averiguar se estes estão respeitando as operações de "venda casada", ou seja, de levar

(20) MARQUES, C.J. op.cit.Revista Isto é, Senhor. P.82-85.

(21) CAIXETA, N. op.cit.Revista Exame, P.86-92.

cerveja sô se ficar com o refrigerante também, fato concorrencial sutil este onde a Antarctica leva vantagem com seu poderoso Guaranã. (22)

4. Ampliação da Oferta e do sistema de distribuição.

Uma das formas principais de concorrência neste mercado é a ampliação da oferta com a instalação de novas fábricas com o fim de obter a maior parte de consumidores, evitando-se assim, a formação de brechas no mercado que provavelmente permitiria o crescimento dos concorrentes.

No entanto, de nada serve ampliar a oferta caso não se consiga distribuir esta oferta de produção excedente, desta forma, torna-se necessário ampliar a rede de distribuição, que não deixa de ser um fator estratégico, fundamental para a empresa que quiser se manter ou ampliar a sua participação no mercado.

5. Atenção as mudanças do mercado.

Num mercado altamente concorrencial, como este do qual a Antarctica faz parte, onde manter-se numa posição de destaque frente aos concorrentes significa ganhar milhões de dólares, se torna fundamental observar o comportamento estratégico do concorrente, e se possível antecipar-se a sua estratégia para se manter na liderança ou com uma boa fatia do mercado.

Ao que tudo indica, a Companhia Antarctica está ciente de tal fato, de acôrdo com as evidências, três meses após a Coca-Cola colocar no mercado os seus refrigerantes dietéticos, o Grupo Antarctica, seguindo os passos da concorrência, contra atacou lançando no mercado sua linha com quatro produtos dietéticos: o Guaranã, a Soda Limonada, a Água Tônica e a POP -Laranja; esperando com isto conquistar 25% desta faixa de mercado - 150 a 250 milhões de litros por ano. (23)

A Antarctica não sô vem seguindo os seus concorrentes como também tenta se antecipar às suas estratégias, tanto é que para se guarnecer do novo lançamento dos distribuidores de Coca-Cola,

(22) CAIXETA, N. op.cit.Revista Exame.P.86-92.

(23) In: op.cit.Revista Visão.P.41.

que é a famosa cerveja holandesa Heineken, a Antarctica pôs no mercado a cerveja Bavária, que é uma cerveja fina, mais cara e em embalagem one-way (sem retorno), visando se inserir desde já na faixa de mercado na qual sua concorrente, a Heineken, pretenderá se instalar.

Este lançamento foi estrategicamente muito bem feito não só por permitir à Antarctica obter maiores ganhos, visto ser esta uma cerveja mais cara, mas também porque evitou a canibalização da sua cerveja carro chefe, a faixa azul, ao se inserir em outra faixa de mercado.

Tal efeito canibalização ocorreu recentemente com a Brahma, que ao colocar a Malt-90 na mesma faixa de mercado da sua carro chefe, a cerveja Brahma, gerou uma concorrência entre suas duas próprias cervejas, sendo tal fato um importante exemplo, do porque se deve estudar, não só o comportamento do mercado, mas também dos concorrentes.

6. Difusão da idéia, entre os funcionários da empresa como sendo uma família.

De acordo com a revista Exame(24) a Antarctica gosta que a vejam como uma família, idéia esta corroborada por informações internas e que provavelmente visam atingir três objetivos:

1. Conquistar a simpatia dos seus funcionários pela empresa e, conseqüentemente, um maior empenho destes em suas funções, o que não deixa de ser uma estratégia concorrencial, visto que o trabalhador ao se dedicar mais a sua função, apresentará uma maior produtividade.

2. Evitar atritos entre os dirigentes do alto escalão da empresa e os funcionários do baixo escalão, sendo isto muito benéfico para a empresa em situações que poderiam levar a um impasse sério (como no caso de uma greve). Tal fato não deixa de ser uma estratégia concorrencial porque, por um lado, evitaria que os funcionários fizessem altas reivindicações salariais, o que acabaria por pressionar a margem de lucro e a capacidade

(24) Dicionário de Economia. Série Os Economistas, São Paulo, Nova Cultural, 1985, P.305.

de acumulação da empresa, e, por outro lado, impediria paradas bruscas na produção, com as greves, que poderiam levar sem dúvida nenhuma a uma perda da parcela do mercado para a concorrência; e

3. Transmitir ao público, através dos funcionários imbuidos da visão familiar, uma idéia positiva da empresa, o que não deixa de ser uma estratégia concorrencial, porque atrai melhores trabalhadores para a empresa (fazendo com que a empresa seja mais eficiente) e gera uma maior confiança, por parte dos consumidores, em relação aos produtos da empresa (o que não deixa de ser uma estratégia de marketing).

Sem dúvida ao procurar semear esta idéia dentro da empresa, a cúpula dirigente visa, por um lado, evitar que os trabalhadores se preocupem em lutar por uma maior participação nos lucros da empresa e, por outro lado, visa levar os funcionários a apresentarem uma maior produtividade ou seja, a dispersão de tal visão no interior da empresa, cumpre a finalidade de se obter sempre uma maximização do lucro.

Conclui-se assim, ser a Antárctica uma firma que vislumbra o máximo lucro possível ao tomar decisões do ponto de vista empresarial, e mesmo apresentando um certo paternalismo para com seus funcionários, não hesitaria em dispensá-los, caso estes comprometessem a organização ou não exercem convenientemente sua função, do ponto de vista da empresa, mesmo estando este há vários anos na empresa.

No entanto, a empresa não esquece de investir em recursos humanos ou em atividades que trazem benefícios aos seus funcionários, sendo isto muito relevante ao se levar em conta a realidade na qual a empresa está inserida, que é o sistema capitalista, mais especificamente, no contexto do Terceiro Mundo, onde as empresas não contam com tantos recursos ao serem comparadas as grandes multinacionais.

CAPÍTULO II - O OLIGOPÓLIO

II.1. Definição de Oligopólio

O Dicionário de Economia da série "Os Economistas" (1) define Oligopólio como sendo "um tipo de estrutura de mercado, nas economias capitalistas, em que poucas empresas de têm o controle da maior parcela do mercado (...), seja pela fusão entre elas, incorporação ou mesmo eliminação das pequenas empresas (...) trazendo como consequência a limitação do livre jogo do mercado. Como só algumas poucas empresas dominam um mercado, elas podem dividir entre si a área de atuação, limitando os custos de concorrência e fixando preços que ampliem muito a margem de lucro (contudo), um membro de um Oligopólio dificilmente baixa seus preços, pois sabe que será imediatamente seguido pelos demais, ficando então com a mesma fatia do mercado e lucros menores, (sendo que) a competição tende a se estabelecer mais ao nível do marketing (e do progresso técnico).

Definido em grandes linhas o que se entende por Oligopólio o que resta a fazer, para constatar estar a empresa incluída ou não na estrutura de mercado oligopolista, é comparar as características da empresa com as características do oligopólio.

O Grupo Antártica, como já foi visto no item 1 do presente capítulo, apresentou entre outras características:

1. Ser detentor de quase metade do mercado interno de cerveja;
2. Estar em segundo no ranking das empresas que possuem maior participação em vendas de refrigerantes no Brasil;
3. Ter se expandido não só através da instalação de novas unidades fabris, mas também através da compra de outras empresas concorrentes; e

(1) Dicionário de Economia. Série Os Economistas, São Paulo, Nova Cultural, 1985, P.305.

4. Vir estabelecendo uma competição com suas congêneres nacionais utilizando-se do progresso técnico e, em maior medida, do marketing.

Tais características apresentadas pela empresa, que foram pouco expostas, se acoplam ou são muito similares, evidentemente, a definição estabelecida de oligopólio no item anterior, sendo assim, deduz-se pertencer o Grupo Antarctica a denominada estrutura de mercado oligopolista.

Como esta estrutura de mercado, na qual a empresa se inseri, apresenta nuances internas, ela foi dividida em diferentes classificações, assim surge outra questão: a que estrutura de mercado oligopolista pertence o Grupo Antarctica ?

De acordo com o critério usado por Mário Possas (2) para definir e diferenciar as diferentes estruturas de mercado, o Grupo Antarctica, a partir de suas características, faz parte da estrutura de mercado definida como oligopólio competitivo. Assim, os preços na empresa analisada são determinados conforme as leis que regem a estrutura de mercado denominada de oligopólio competitivo.

(2) POSSAS, Mário Luiz (1985). Estruturas de Mercado em oligopólio. São Paulo, Hucitec, 1986. P.179-180.

II.2. O conselho interministerial de preços

Segundo Cláudio Frischtak (3) , o CIP-Conselho Interministerial de Preços-, foi criado em 1968 com o objetivo de elaborar a política de preços do governo para diversos setores econômicos, visando com isto controlar a inflação.

No entanto, o CIP desde a sua criação até 1980, somente procurou retificar os preços já determinados por fatores internos as estruturas de mercado oligopolistas.

Esta atuação parcialmente liberal do CIP, que respondeu a política econômica da velha república até 1985, no entanto, foi drasticamente alterada a partir de 1986, com a entrada em vigor da política econômica heterodoxa da nova república, que propôs o congelamento de preços, além de outras medidas heterodoxas.

Assim só a partir de 1986 o CIP assumiu a atribuição de regular os preços com o fim de controlar a inflação, apesar de lhe ter sido destinada esta tarefa desde 1968.

(3) FRISCHTAK, Cláudio Roberto. Regulação estatal de preços industriais no Brasil: a experiência do conselho interministerial de preços. Campinas, 1980. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, mimeo.

CAPÍTULO III - CARACTERÍSTICAS DO SUB-RAMO DE CERVEJAS E DE REFRIGERANTES DE 1980 a 1987.

III.1. Retrospectiva do comportamento do setor de cervejas e de refrigerantes na década de 1980.

Este item do Capítulo III visa, como o próprio nome já menciona, dar um apanhado geral do comportamento do setor de cervejas e de refrigerantes durante a década de 1980.

Assim, procurar-se-á mostrar: as principais empresas do setor, o seu comportamento estratégico, os principais períodos de crescimento e de declínio; as suas opiniões a respeito da política de preços governamental para a cerveja e os refrigerantes; e as perspectivas e quebra de expectativas durante a década de 1980.

Se iniciará a análise fazendo-se uma breve sinopse sobre as características do sub-ramo de cervejas e refrigerantes.

O Brasil se destaca como grande produtor de cerveja no contexto internacional, tendo passado nos últimos anos, de 14º a 6º maior produtor nacional.

O consumo per capita de 24 litros por ano em 1986, avançou para 33 litros por ano em 1988, sendo os principais motivos uma conjugação de fatores, tais como: a liberação para a faixa etária dos 15 anos; a adesão das mulheres ao consumo; e, principalmente o aumento da renda per capita (tanto é que em 1986, o consumo continuou crescendo independentemente de ser verão ou inverno ou independentemente do fator sazonalidade, mas sim devido ao congelamento de preços que aumentou o poder de compra).

Apesar do crescimento do consumo per capita, este ficou ainda muito aquém dos 145 litros per capita anuais dos alemães campeões mundiais de consumo da "loura gelada".

Passados os anos de recessão (iniciado em 1981) quando a redução do poder aquisitivo dos consumidores brasileiros provocou quedas consecutivas nas vendas de cervejas, chope, e refrigerantes; a cerveja retomou o seu lugar no mercado a partir do

segundo semestre de 1985 (muito antes do Plano Cruzado) devido ao aumento do salário real, que resultou num aumento no consumo de cerveja superior ao da taxa de crescimento demográfico, (tanto é verdade que o consumo cervejeiro per capita aumentou). (1)

Para atender esta demanda crescente, o setor cervejeiro ampliou a sua capacidade de produção, sem, no entanto, conseguir atender a evolução do consumo que evoluiu dos 3,7 milhões de litros por ano em 1985, para 4,2 bilhões de litros por ano em 1986, e apesar da queda para 3,7 bilhões de litros por ano em 1987, chegou a atingir o pico incrível, em 1988, dos 4,5 bilhões de litros por ano com um faturamento de US\$3 bilhões por ano (2)

A média de crescimento da indústria durante os diversos anos de 1980 ficou entre 5% a 10%, no entanto, com o Plano Cruzado, a capacidade ociosa reduziu-se a zero, com o setor crescendo em média 35% no ano de 1986. (3)

Feita a análise sobre a evolução do consumo e da produção, na década de 1980, da cerveja serão feitas agora considerações sobre a evolução do consumo e da produção de refrigerantes.

Beber refrigerantes na época do congelamento de preços, era quase tão barato quanto tomar um copo de água mineral. O prazer aliado ao baixo preço e ao aumento do poder aquisitivo da população, mesmo no final de 1985, mas principalmente depois do Plano Cruzado, provocou um crescimento do consumo de refrigerantes nunca registrado na recente história econômica do país. (4)

Depois do marasmo da recessão econômica (de 1981 a 1983) quando a indústria acumulou índices de capacidade ociosa indesejada e grandes firmas, como a Antarctica e a Coca-Cola, chegaram ao ponto de adotar uma linha de refrigerantes mais acessível a população (5), as vendas físicas pularam dos minguados 5% de crescimento em 1984, para 10% em 1985, e os fabricantes acreditavam que chegasse a 40% o crescimento em 1986, o que levaria, caso acontecesse, ao consumo atingir ou superar os 30 litros per capita por ano. (6)

(1) CERVEJA, Revista da CACEX. Rio de Janeiro: 2-8, maio 1986, número 997.

(2) DORO; Ivana. Menos Litros de Cerveja. Gazeta Mercantil. S. Paulo, 28, agosto 1987.

(3) ID. IBDEM.

(4) CONSUMO de refrigerantes cresce mesmo com aumento. J. do Brasil. Brasília, 29 1986.

(5)

(6) CONSUMO de refrig. cresce mesmo com aumento. J. Brasil. 29.1986. Brasília.

O consumo em 1986 chegou a crescer quase 40%, e apesar das ampliações na capacidade de produção ocorridas nas grandes fábricas, como a Coca-Cola (líder no mercado em vendas), a Antártica, segunda no ranking em vendas, e a Brahma a demanda não pode ser atendida.

A falta de matérias-primas e insumos básicos veio complicar mais ainda o quadro, que não se agravou porque o refrigerante tem um período de fabricação mais curto do que a cerveja, que necessita de um período de maturação, e os consumidores optavam por outras marcas na falta dos tradicionais (7)

A evolução do consumo foi tão grande que, mesmo a Coca-Cola investindo maciçamente, não impediu a entrada de concorrentes (8)

Semelhante crescimento do consumo se deu em 1989, como decorrência do congelamento de preços, no entanto, os fabricantes não investiram no aumento da produção o suficiente para atender a demanda, alegando que havia uma diferença de 35% entre a elevação dos custos e a elevação dos preços (que foi menor). (9)

A evolução do consumo de refrigerantes pode ser acompanhada na Figura 1, desde 1985 até 1989

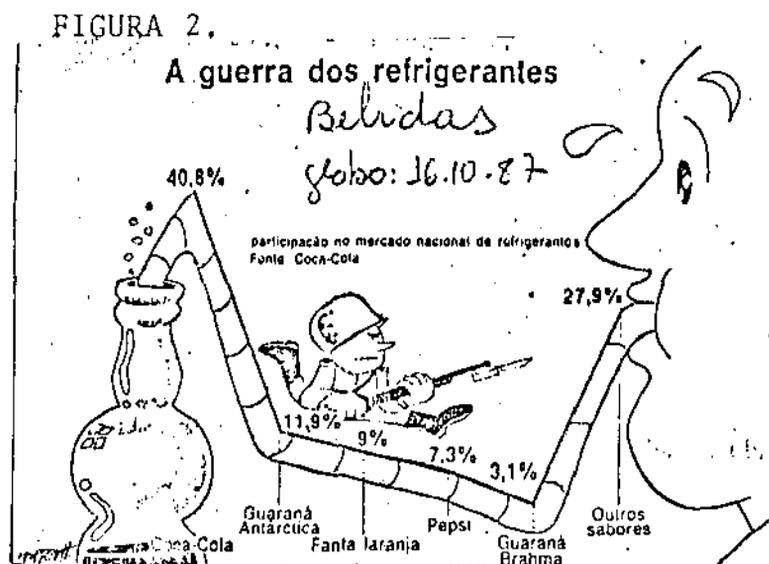


FONTE: JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO - 12.05.1989 .

(7) DEMANDA é de 9 milhões de garrafas. Jornal do Comércio. São Paulo, 1*, janeiro. 1986.

(8) CONSUMO de refrigerantes cresce mesmo com aumento. Jornal do Brasil. Brasília, 29 de novembro 1986.

Já quanto a posição no ranking das marcas mais consumidas pode-se ter uma idéia olhando a Figura 2.



FONTE : JORNAL O GLOBO - 16.10.1987

Finalizadas as considerações sobre o consumo e a produção de cerveja e de refrigerantes no Brasil, resta comentar sobre as principais reclamações e reivindicações do setor junto ao governo.

As empresas vêm reclamando a muitos anos que o preço dos insumos básicos (tal como cevada e lúpulo) são elevados porque são importados e que isto eleva os custos, mas como o setor tem seus preços controlados pelo CIP, não pode repassar os aumentos decorrentes das variações cambiais, e acabam tendo sua margem de lucro reduzida.

Considerada cersal de inverno, a cevada é cultivada nos Estados do Sul, destacando-se o Paraná como maior produtor, seguido do Rio Grande do Sul.

No entanto, a produção nacional é ainda inferior às necessidades das maltarias, que, por sua vez, não produzem malte suficiente para fazer face à demanda da indústria cervejeira, sempre em expansão, o que torna constate na pauta de comércio exterior do país a importação tanto de cevada quanto de malte.

O governo atendendo as reivindicações do setor e vendo que isto lhe interessava, porque iria diminuir o volume de divisas necessárias a importação destes insumos, passou a enquadrar a produção de cevada no crédito rural, a partir de 1975, e criou o Planacem - Plano Nacional de Auto-Suficiência em Cevada e Malte em 1976.

O Planacem, permitiu a reativação, a expansão e a criação de novas maltarias, e como exemplo de sua atuação, temos o caso da criação da Maltaria Navegantes e da Agromalte, que foram feitas com sua ajuda, sendo a primeira de propriedade da Brahma e a segunda da Antarctica.

A Brahma com a entrada em funcionamento da Maltaria Navegantes, ampliou sua capacidade de produção de 21.000 toneladas de malte anuais, para 104.500 toneladas até 1985, enquanto a Antarctica só tinha capacidade para produzir 80.000 toneladas anuais.

A Antarctica com sua terceira maltaria inaugurada em 1982, a Agromalte (sendo as outras duas as de Jaguaré-SP, e de Caxias do Sul-RS.) localizada em Guarapuava no Paraná, passou a produzir 60% do malte em suas fábricas ou seja, reduziu de 75% para 40% a dependência por importação de malte em relação as 140.000 toneladas consumidas anualmente por ela.

Com o aumento da produção do malte tornou-se necessário a obtenção de mais cevada cervejeira, no entanto, esta deve possuir determinadas características (como proteína não superior a 12,5%) por este motivo as duas principais empresas cervejeiras mantêm ação de fomento e apoio ao cultivo desse tipo de cevada fornecendo sementes e adquirindo toda a produção apresentada dentro dos padrões.

O Planacem ajudou também a expansão do cultivo da cevada, no entanto, a produção interna de 125.000 toneladas é ainda insuficiente, e estima-se que em 1986 houve a necessidade de importar 150.000 toneladas de cevada. (10)

(10) CERVEJA, op.cit. Revista da CACEX.P.2-8.

O setor reclama também que o congelamento de preços, apesar de beneficiar às vendas e a receita, no seu início, acabou prejudicando:

1. A margem de lucro, posteriormente, com a elevação dos custos e a impossibilidade da empresa repassar estes aumentos, devido ao congelamento de preços, ou seja, o setor reclama que para o preço de venda no varejo não existe tabela, como ocorreu em 1987, 1988, 1989, ao passo que os preços de fábrica são tabelados rigorosamente fiscalizados e muitas vezes reajustados pelo CIP com uma defasagem em relação ao índice de inflação (que serve para reajustar o preço dos seus insumos básicos, tais como combustível e açúcar) levando a uma compressão da margem de lucro (11) tanto da cerveja quanto do refrigerante.

2. A concorrência dentro da indústria pois, o congelamento elevando demais o consumo, possibilitou a entrada de concorrentes visto que, a indústria e seus fornecedores estavam operando a plena capacidade e não puderam atender a demanda, tanto é que faltavam tampinhas, garrafas, rótulos e até ácido cítrico (12) enquanto a indústria trabalhava com três turnos e, mesmo assim, não conseguiu atender a demanda (13).

De acordo com as alegações do setor pode-se dizer que a política econômica governamental, ao congelar os preços e ao determinar tarifas instáveis sobre os produtos industrializados (cerveja e refrigerante), levou a uma redução do nível do investimento no setor.

Tanto as alegações do setor sobre a interferência do congelamento de preços sobre os lucros das empresas, como também a política de tributação instável sobre os preços dos produtos industrializados (cerveja e refrigerante) podem ser constados a partir das seguintes evidências:

1. O CIP não reconheceu uma defasagem de custos em 1988 alegada pelo setor e não concedeu um aumento da margem de rentabilidade (14), além do que em 1987 houve um reajuste de 164,7% - na cerveja contra uma inflação acumulada de 356,9%, apesar do acordo assinado entre o setor e o CIP, para repor as margens de lucro, contanto que os fabricantes voltassem a investir. (15)

(11) REFRIGERANTES estão mais caros. J. Brasil. Brasília, 10 junho de 1987.

(12) CONSUMO de refrigerantes cresce mesmo com aumento. op. cit. J. Brasil. 29, novembro 1986.

(13) SABOR holandês nas mesas brasileiras. Rev. Exame. S. Paulo. nov 1986.

(14) CHOPE e cerveja ficam 32,6% mais caros a partir de hoje. O Est. S. Paulo. 29, de abril 1988.

(15) TURCI, F. op. cit. Jornal do Brasil. 6, março 1988.

2. Da mesma forma, o governo não estabeleceu uma taxaçõ es-
tável, tanto é que o IPI-Imposto sobre Produtos Industrializados-
variou de 80% em 1985 para 240% em 1986, voltando a diminuir, no
mesmo ano, para 140% , e , em fins de 1987, caiu para 100%, retor-
nando ao nível de 1985, 80%, sō em 1988. (16)

Este quadro instável, gerado em parte pela política eco-
nômica governamental, sem dúvida dificultou o cálculo capitalista
e gerou uma maior desconfiança nas expectativas dos empresários
com relação as decisões de investir futuras, que, assim, acabaram
não investindo o suficiente para atender à demanda, mas sim inves-
tam sō o que achavam ser necessário para manter uma posição estraté-
gica no mercado e evitar o avanço da concorrência (17).

Mas, por que a empresa tem receio de investir num quadro
instável?

Basicamente, a resposta a este pergunta está no fato do
retorno sobre o investimento, realizado em uma fábrica cervejei-
ra, demorar em média cinco anos(18) e num quadro instável, causado em
parte pelos impostos aumentarem ou diminuirem o preço sem alterar
a margem de lucro e pelo preço ficar congelado enquanto a infla-
ção aumenta os custos. (19), caso a empresa se endividasse (com ter-
ceiros) ao investir e não conseguisse obter o retorno no tempo es-
perado, poderia apresentar dificuldades para realizar novos in-
vestimentos ou vir a apresentar problemas financeiros, o que
prejudicaria a captação de recursos, através de ações, visto que
os acionistas iriam desconfiar da situação econômica-financeira
da empresa, e procurariam outro tipo de aplicação (mais confiá-
vel e, talvez, mais rendosa), e a empresa, poderia acabar se
encontrando em dificuldades para obter os recursos necessários
a manutenção de seu crescimento. Daí o motivo da empresa ter re-
ceio em investir muito além de sua capacidade de endividamen-
to quando a política econômica governamental se demonstra instá-
vel e a economia aponta para um crescimento (com avanços e con-
trações da demanda muito rápidos).

No entanto, não se pode esquecer ser o investimento rea-
lizado num ambiente de incertezas, devido ao futuro ser incerto,
e haver vários fatores que tornam o quadro econômico instável -

(16) Custos são altos mas indústrias tem bom lucro. O Globo. Rio de Janeiro, 31
31, janeiro. 1988.

(17) SABOR holandês nas mesas brasileiras. Rev. Exame. S. Paulo. Novembro, 1986.

(18) Custos são altos mas inds. tem bom lucro. O Globo. RJ. 31.01.1988.

(19) TURCI, Fátima. Antárctica passa a Brahma, é líder no país. J. Brasil. Brasília
06, março de 1988.

(20) sendo assim, não só a política econômica governamental, entre outros fatores, é uma das principais forças que tornam a realização do investimento uma ação cercada de incertezas e que deve ser muito bem planejada, mas também há fatores relacionados ao próprio funcionamento do setor de cervejas e refrigerantes.

Temos assim, ser a formação de capacidade ociosa indesejada outro fator primordial que impede o setor de realizar investimentos suficientes além de sua capacidade de endividamento para atender a demanda, porque esta capacidade ociosa implicaria em custos, e que significaria para a empresa deixar de ganhar ao aplicar mal seus recursos (visto que poderia movimentar estes recursos no mercado financeiro e obter um certo ganho), sendo isto um "pecado" do ponto de vista do capitalismo.

Esta capacidade ociosa, por sua vez, se forma nos seguintes casos:

1. Em períodos recessivos, quando o consumo diminui o que é comprovado pelo fato do setor ter sofrido muitas negativas ao aumentar sua capacidade de produção durante os anos de 1981 a 1983 (21).

2. Quando o setor investe acreditando num crescimento da economia e, portanto, do consumo, mas este não ocorre. Daí o motivo do setor não ter investido o suficiente para atender a demanda durante o Plano Cruzado pois, não acreditava que a economia mantivesse o mesmo ritmo de crescimento. (22)

3. Quando a demanda do produto é sazonal (como ocorre com a cerveja), e apresentada períodos de pico do consumo muito elevados e de retração (no inverno) também muito rápidos, sendo que é devido a este fato, inclusive, que se torna difícil manter uma capacidade instalada para atender o consumo no verão, visto que isto implicaria numa capacidade ociosa indesejável no inverno.

Estas são razões mais do que suficientes para se analisar o impacto da política de preços governamentais sobre uma podero

KEYNES. Trad. Port. A Teoria Gerak di Empleo, do Juro e da Moeda. S. Paulo. (20) Nova Cultural, 1985.

(21) TURCI, Fátima. Antartica passa a Brahana, é líder no país. J. Brasil. Brasília 06, março 1988

(22) Custos são altos mas indústrias tem bom lucro. O Globo. Rio de Janeiro, 31 janeiro. 1988.

sa empresa do sub-ramo de cervejas e de refrigerantes, mesmo assim, nada se pode alegar sobre a conduta do governo ao controlar os preços, pois, apesar do governo, como foi claramente demonstrado, ser uma força concorrencial à empresa de acordo com a teoria de Porter (23), mesmo assim, não se pode esquecer que se está tratando de uma empresa oligopólica que pode e tem muitas maneiras de contornar a concorrência exercida pelo mercado, devido justamente ao poder que ela tem sobre o mercado (seja pela boa aceitação de seus produtos pelo mercado ou pelo patrimônio que ela tem acumulado).

III.2 As exportações de cerveja e refrigerante

A cerveja e o refrigerante produzidos no Brasil são exportados principalmente pelas grandes empresas: Brahma, Antartica e Cerpa (que só produz cerveja), apesar das exportações representarem só 0,5% da receita total obtida pela indústria. (24)

A Brahma e a Antartica se inserem no mercado externo de refrigerantes através do sistema de franchise, onde as empresas fornecem o concentrado ou xarope dos diversos tipos de refrigerantes, além de assistência técnica em troca de uma quantia monetária ou de uma participação nos lucros.

Enquanto a Brahma vem exportando seus refrigerantes, principalmente para os países da América Latina (25) a Antartica concentra a maior parte de suas exportações de refrigerantes no mercado norte-americano e europeu inclusive chegando a vender o extrato do seu Guaraná Champagne até ao Japão (26).

Quanto a cerveja brasileira, esta é exportada, seja em garrafa ou em lata, para vários países, principalmente para os Estados Unidos (devido a grande variedade de marcas que este mercado aceita), e para o Caribe (visto ser a produção destes países insuficientes para atender a demanda). (27)

Estes fatos que acabaram de ser expostos levam a outra

(23) PORTER, Michael E. Estratégia Competitiva: Técnicas p.a análise de indústrias e da concorrência. RJ., Ed. Campus, 1986. P.44.

(24) MARQUES, Carlos José. Um Mar de Cerveja. Rev. Isto é. Senhor. RJ: 82-85, dez, 1988 Número 1003.

(25) CERVEZA. Revista Brasil. fevereiro. 1987.

(26) Balanço consolidado do Grupo Antartica de 1*80 a 1987.

(27) Cerveja. Revista da CACEX. R. Janeiro: 2-8, maio. 1986. Número 997.

questão: Por que a indústria de cervejas não direciona sua produção no inverno para outros países do hemisfério norte (tais como para os Estados Unidos e para os países do continente europeu) que consomem mais cerveja durante o verão? Assim evitaria a redução da produção interna, quando há retração do consumo interno, seja devido a entrada do inverno ou com a queda do poder de compra do mercado interno.

Basicamente, o aumento da "exportação é inviabilizada por vários obstáculos entre os quais pode-se citar (28) :

1. Acirrada concorrência no mercado internacional que representa um significativo obstáculo (29), o que obrigaria a empresa, que desejasse inserir no mercado externo a investir em propaganda e em grande plantas industriais para abastecer o mercado no qual ela conseguisse estabelecer, caso contrário, a empresa não conseguindo manter a oferta, acabaria por desprestigiar a marca de sua cerveja, e perderia a sua faixa de mercado visto serem os consumidores destes países muito exigentes.

2. A necessidade de muitos recursos por parte da empresa para realizar estes investimentos, o que acabaria por aumentar o seu endividamento e comprometeria a confiabilidade de suas ações por parte dos acionistas, que acreditando ser o risco muito elevado em relação ao retorno, poderiam optar por vender as ações. Tal comportamento levaria a uma diminuição do capital da empresa, e esta poderia se ver em sérias dificuldades financeiras.

3. O grande risco que representa investir visando entrar no mercado externo, pois caso a empresa não conseguisse entrar neste mercado, poderia acumular uma grande capacidade ociosa, o que a levaria a sérias dificuldades financeiras, através do processo explicado no item anterior.

4. O aumento da produção da cerveja por parte da empresa que desejasse instalar no mercado externo implicaria não só num aumento da capacidade instalada, mas também de um aumento no fornecimento de matérias-primas, que dificilmente seria possível a curto prazo, visto ser a produção interna nem sequer

(28) Obtido através de informações internas da empresa.

(29) In: op.cit. Revista da CACEX. P.2-8.

suficiente para abastecer o mercado interno, quanto mais o mercado externo.

5. Dificuldade em se manter no mercado externo, pois, mesmo quando a empresa conseguisse entrar nele com um pequeno aumento de sua capacidade instalada, não conseguiria se manter, visto que teria de desviar no verão brasileiro uma parte de sua produção para o mercado externo, o que acarretaria numa perda, de uma faixa do mercado interno, devido a falta que haveria de seu produto.

6. A dificuldade de firmar contratos com importadores estrangeiros, visto que não só a empresa cervejeira quer lucrar com a exportação, mas também os importadores estrangeiros, que recebem uma percentagem sobre a quantia importada, e sendo a quantidade exportada pequena, tanto a empresa cervejeira como também os importadores desejariam obter maior participação nos lucros o que acabaria encarecendo o produto ou dificultando, e muito, o fechamento de contratos de exportação.

Além do fato destes contratos quando firmados representarem um grande risco para a empresa cervejeira, pois o não cumprimento de suas cláusulas acarreta uma elevada multa, e assim, caso a empresa cervejeira desejasse suspender as exportações com o objetivo de abastecer o mercado interno, não poderia fazê-lo, fosse:

a. Para evitar perder uma parte do mercado para a concorrência numa época típica, tal como durante o plano cruzado, onde o poder de compra da população se elevou muito e o consumo também;

b. ou mesmo para obter um lucro maior, vendendo a produção internamente, devido a uma valorização da taxa cambial do dólar que encareceria o produto no mercado externo, além de diminuir a margem de lucro.

7. A necessidade de se inserir na faixa de mercado de alta renda seja porque esta faixa aceita um preço mais elevado (o que com-

pensa os custos de exportação e permite a obtenção de uma boa taxa de lucro) ou porque sendo constituída por um menor número de pessoas a quantidade exportada é boa para manter um mercado cativo sem desmerecer a marca.

8. A necessidade de fabricação de um tipo especial de cerveja para exportação (que atenda o paladar diferente do consumidor estrangeiro), o que resultaria num aumento de custos, caso se quisesse mudar o mix de produção para atender o mercado externo esporadicamente, o que levaria a diminuição da taxa de lucro, e acabaria não compensando.

III.3. Análise das grandes empresas que compõem o setor de cervejas e refrigerantes.

Terminado o levantamento sobre as principais características do sub-ramo de cerveja e de refrigerante, se iniciará daqui, a descrição dos principais grupos empresariais que detêm praticamente 100% do mercado de cerveja e de refrigerantes no Brasil.

Segundo a revista da CACEX (30), entre os principais produtores de cerveja e de refrigerante no Brasil destacam-se:

1. Grupo Brahma- Cia.Cervejeira Brahma e coligadas.
2. Grupo Antarctica: Cia Antarctica Paulista; Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos; e coligadas.
3. Grupo Kaiser: Cervejaria Kaiser (Minas, São Paulo e Rio de Janeiro) e
4. Grupo Cerpa: Cervejaria Paraense S/A-Cerpasa, Cervejaria Maranhense S/A-Cervamar; Cervejaria Nordeste S/A-Cerna.

(30) Cerveja.Rev.da Cacex.Rio de Janeiro:2-8, maio .1986.Número 997.

O Grupo Brahma contava até 1986 com 11 filiais e 15 associadas, distribuídas por 12 estados, estando sua administração central-no Rio de Janeiro.

Até 1988, a Brahma já contava com 20 fábricas de cerveja, 39 de refrigerantes, e 23 mil empregados.

Tal crescimento vertiginoso pode ser atribuído à acirrada concorrência com a Antarctica, e se deu através da incorporação de outros fabricantes, como ocorreu em 1980 quando a Brahma adquiriu o controle acionário das Cervejarias reunidas Skol-Caracu, que mantiveram-se como empresa independente, com funcionários, fornecedores e distribuidores próprios, seguindo normalmente com sua linha de produção em suas seis fábricas (31). Mas, a Brahma não vem crescendo só com as incorporações, e conta também com projetos de investimento de instalações de novas unidades produtivas, como foi o caso das novas fábricas em Lajes e Jacareí. A de Jacareí tinha capacidade inicial para produzir 120 milhões de litros de cerveja por ano, podendo chegar a produzir até 250 milhões de litros por ano, e cuja inauguração estava sendo prevista para o final de 1988, sendo que o projeto desta fábrica estava engavetado desde a recessão de 1981, e foi posto em prática devido ao crescimento da demanda a partir do Plano Cruzado, e ao financiamento para a implantação da fábrica, de 66%, obtido junto ao BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento). (32)

A Brahma, para fazer frente a concorrência, não só investiu em novas fábricas como também ampliou as já existentes na Bahia e no Rio de Janeiro. (33)

A Brahma atua também na área de Exportação, vendendo para o exterior alguns tipos de cerveja e de refrigerante produzidos por ela no Brasil.

A cerveja da Brahma é da comercializada, principalmente, com os países da América Latina e enviada, em menor proporção, para o mercado norte-americano (34) como já foi comentado. A Brahma atua também no mercado externo de refrigerantes (35) exportando concentrados para as fábricas de refrigerantes da Nigéria e fornecendo franquias para exportar seus produtos na América Latina, além de comprar franquias, como aconteceu com relação à

(31) ENGARRAFADOS US\$92 milhões, Revista Isto é, Senhor. Rio de Janeiro: 78, julho. 1988. Número 983.

(32) BARROS, Guilherme. BNDES aprova Cz\$2,6 bilhões p. Brahma. Gazeta Mercantil. Rio de Janeiro, 7 maio. 1988.

(33) SABOR, holandês nas mesas brasileiras. Revista Exame. S. Paulo, Ano XVIII: novembro, 1986. P. 131-132.

(34) CERVEZA. Revista Brasil, fevereiro. 1987.

(35) SELECCIONADISSIMA. Rev. FIPAN, S. Paulo: 30, 31, 32. agosto. 1988. Nº 562.

PEPSI; empresa da qual ela obteve a concessão de revenda do seu refrigerante PEPSI-COLA no Rio de Janeiro.

Inclusive, a Brahma acredita com esta associação e com um maior gasto em propaganda, ter conseguido obter no final da década de 1980 uma fatia do mercado ocupado pela Coca-Cola e pela 'Antarctica, o que por sinal só ficou na expectativa, não havendo nenhum indício sobre este avanço, a não ser que a Brahma conseguiu inserir a Pepsi no mercado carioca.

Segundo o Jornal A Gazeta Mercantil (36) o desempenho do exercício de 1986 da Brahma foi marcado por dois fatos relevantes:

1. Pela explosão das vendas, que eliminaram o período de sazonalidade e fizeram com que as vendas físicas do segmento de refrigerantes crescessem 50% e o de cervejas 35%.

2. Pela inconveniência da manutenção dos preços dos produtos a níveis constantes ao longo do exercício, os quais foram fixados com base em planilhas de custos defasadas, não permitindo que o crescimento da receita fosse compatível com a evolução das vendas físicas, por comprimir a margem de lucro.

A empresa em 1986 foi obrigada a trabalhar a plena capacidade com o aumento do consumo, além de ser levada a modernizar as unidades fabris e a aumentar a capacidade em outras.

Por fim, a Brahma atribuiu ao Plano Cruzado, somente em sua fase inicial, o seu bom desempenho, devido a definição da política econômica e as medidas anti-inflacionárias que este plano proporcionou.

As principais alegação da empresa para ela não ter conseguido uma boa receita se centram:

1. Na indefinição da política governamental (impondo preços e impostos muito variáveis e prejudiciais a empresa), que impediu, a realização dos investimentos devido a profunda desconfiança que gerou na empresa, com relação ao tempo de retorno do gasto necessário para atender a demanda. (37)

(36) ZAMARIAN, Mário. Aumento de consumo de cerveja e de refrigerantes beneficia Brahma. Gazeta Mercantil. São Paulo, 26 de fevereiro. 1987.

(37) SELECONADÍSSIMA. Revista FIPAN. São Paulo: 30, 31, 32, agosto .1988. N° 562.

2. No congelamento de preços, que acabou comprimindo a margem de lucro devido aos preços estarem congelados e os custos crescerem, porque alguns insumos foram sendo reajustados de acordo com a inflação (38); e

3. Nos altos custos dos insumos básicos para o fabrico da cerveja (cevada, lúpulo) que são importados e variam conforme o câmbio do dólar (39).

A Brahma vem realizando esforços para reduzir a dependência do mercado externo e os altos custos daí decorrentes, através da obtenção de insumos básicos necessários a fabricação do seu principal produto, a cerveja,

A Brahma não só tem realizado esforços junto com o governo para reduzir esta dependência o que já foi anteriormente comentado como também tem tomado iniciativas próprias, como fechamento de um contrato em 1988 com o Grupo Argentino Londrina, para a instalação de uma nova maltaria chamada Pampa, em Puan, a 160 km. do porto de Bahia Blanca.

É um projeto de 75 milhões de dólares no qual a Brahma participaria com 30 milhões e, assim que estivesse pronto, teria uma capacidade para produzir 240 mil toneladas de malte por ano.

Na primeira etapa de funcionamento estimava-se que ela produzisse 20% das 150 mil toneladas por ano de malte necessários para irrigar o Brasil com 54 milhões de hectolitros de cerveja por ano.

Inclusive, nada menos do que 60% das 250 mil a 300 mil toneladas por ano de cevada cervejeira necessárias a fabricação da quantidade de malte suficiente para abastecer o mercado interno vêm da Austrália, e a empresa Pampa ajudará a diminuir não só a dependência externa, bem como os elevados custos do produto importado, porque ela cultivaria a cevada, produziria o malte e não pagaria impostos de exportação e importação, devido seus produtos terem sido enquadrados nos acordos do comércio bi-lateral firmado entre o Brasil e a Argentina (40).

(38) ZAMARIAN, Mário. Aumento de consumo de cerveja e refrigerantes beneficia Brahma. Gazeta Mercantil. São Paulo, 26, fevereiro. 1987.

(39) SELECONADÍSSIMA. Revista FIPAN. São Paulo: 30, 31, 22, agosto. 1988. Nº 562.

(40) PETIT, Tatiana. Cruzando a fronteira. Revista Exame. São Paulo: 100, abril. 1988

Sobre o Grupo Antarctica se fará somente uma sinopse, visto já ter sido alvo de análise no capítulo anterior, sendo assim temos que a Companhia Antarctica vem investindo: na ampliação de suas fábricas (como recentemente fez com a Companhia Alterosa de Cervejas, e a Cervejaria Antarctica Níger de Ribeirão Preto), na modernização de seu parque fabril; na compra de outras empresas (como recentemente fez com a cervejaria Bohemia no Rio de Janeiro); e na instalação de novas fábricas (tais como a de Jacarepaguá no Rio de Janeiro; uma das maiores da América Latina e maior do Brasil que foi inaugurada em 1988; e a de João Pessoa na Paraíba).

Todos estes gastos visam não só a ampliação do Grupo, como também visam fazer frente à concorrência, tanto é que a fábrica do Rio de Janeiro tem o objetivo estratégico de conquistar junto com a marca de cerveja Bohemia, recém adquirida), uma fatia maior do mercado do Rio de Janeiro, o maior em consumo per capita do Brasil, e vencer a sua principal concorrente, a Brahma, no local onde ela detém a maior fatia do mercado.

O avanço da Antarctica no mercado de cervejas foi prontamente seguido pelos seus principais concorrentes, a Brahma, a Kaiser e a Cerpa, sendo que, a Brahma e a Kaiser, para evitar se distanciarem mais da Antarctica inauguraram em 1988 suas fábricas em Jacareí, respectivamente, com uma capacidade de 250 milhões de litros por ano, a da Brahma, e com 50 milhões de litros por ano, a da Kaiser.

Já a Cerpa procurou lançar uma nova marca no mercado - a Cerna- e quase triplicou seus pontos de venda (41).

Segundo o Jornal do Brasil (42), o mestre das gafes, Vicente Matheus, em uma de suas frases folclóricas onde ele afirma: "agradeço a Antarctica pelas Brahmas que esta mandou para a festa", demonstrou muito bem a realidade do setor cervejeiro, onde duas empresas gigantes, a Brahma e a Antarctica, que detêm cerca de 90% do mercado nacional, disputam copo a copo a liderança no mercado em vendas, que está centrado no eixo Rio-São Paulo-Minas.

A Antarctica no final da década de 1980, numa virada, passou a Brahma em 1%, liderando o mercado com uma participação

(41) MARQUES, Carlos José. Um Mar de Cerveja. Revista Isto É, Senhor. Rio de Janeiro: 82-85, dezembro. 198. N° 1003.

(42) TURCI, Fátima. Antarctica passa a Brahma é líder no país. Jornal do Brasil. Brasília, 6 março. 1988.

42% nas vendas, sendo que tal fato provavelmente teve início quando a Antarctica a partir de 1982 começou a realizar pesados investimentos.

No entanto, como grupo empresarial, a Brahma por ser responsável pelo controle acionário da Skol-Caracu (com 60% das ações da empresa), domina a produção nacional com 52% de todo o mercado, estando com maior participação no mercado fluminense, daí o motivo da Antarctica não ter poupado esforços e recursos para terminar a sua fábrica no Rio de Janeiro.

Esta batalha também se ramifica para o segmento de refrigerantes, que movimenta 2 bilhões de dólares por ano com um consumo de 5 bilhões de litros por ano, ou seja, 36 litros per capita por ano, que ainda é pequeno ao ser comparado aos 204 litros per capita por ano dos Estados Unidos, líder mundial.

No mercado de refrigerantes enquanto a Brahma vem tentando abocanhar uma maior fatia do mercado ao adquirir a concessão de revender a Pepsi-Cola no Rio de Janeiro pelo sistema de francheise, tendo logrado algum êxito neste ponto, a Antarctica (que é a segunda em participação em vendas, com 23% do mercado interno) como também a Coca-Cola (que é a líder em participação em vendas, detendo quase a metade da participação no mercado interno) contra-atacaram com propagandas e entrando num novo segmento de mercado, que é o dos refrigerantes dietéticos, estimado possuir uma demanda potencial de 150 a 250 milhões de litros por ano. (43)

Foi com este comportamento agressivo que a Antarctica chegou ao final da década de 1980, com um faturamento de 1 bilhão de dólares, 26 empresas, 20.000 funcionários, 99 fábricas (sendo 24 de cerveja, 19 de chope, e outro tanto de Guaranã e demais refrigerantes) e contando com 99 empresas independentes que distribuem seus produtos em 600.000 pontos de venda em todo o país (44)

Já a nova marca Kaiser, lançada no mercado mineiro em abril de 1982, resultou da implementação da antiga idéia da empresa Refrigerantes Minas Gerais, tradicional fabricante da Coca-Cola em Belo Horizonte. Distribuída para os pontos de

(43) Na moda dos dietáticos. Revista Visão. Rio de Janeiro: 41, janeiro. 1989.

(44) CAIXETA, Nely. O Enigma da Antarctica. Revista Exame. São Paulo, Ano XX (13): junho, 1988.

venda da área de franquia da Coca-Cola, a Kaiser penetrou em 272 municípios do estado, com boa aceitação também verificada na região metropolitana de Belo Horizonte.

A idéia frutificou e fabricantes de São Paulo se reuniram para o lançamento da marca também na capital e no interior paulista, no que foram seguidos por indústriais do Rio de Janeiro. (45)

Com uma fatia de 6% do mercado foi a que mais sentiu a ofensiva da Brahma, quando esta lançou a Brahma Extra One-Way, porque estava isolada na faixa one-way e teve de reparti-la.

Para não perder a hegemonia, ela investiu US\$80 milhões na compra de novos equipamentos e na importação de matéria-prima para aprimorar a qualidade. Somente com cinco cervejarias produzindo até 1988, uma quantidade de apenas 5,7 milhões de litros por ano, a Kaiser concentra suas esperanças na diferenciação e na entrada no mercado da Heinecke. (46) Além do que a Kaiser em 1986, para atender a ampla demanda e fazer frente a concorrência, ampliou sua capacidade em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.

Por fim, o Grupo Cerpa, por sua vez, tem presença de peso nos estados do Norte/Nordeste, além de ter buscado, nos últimos anos, estender a penetração de sua cerveja (considerada mais leve e menos amarga) a outros centros do país, como Brasília e São Paulo.

A Cerpa participa também nas exportações brasileiras de cerveja juntamente com a Brahma, apesar do volume das exportações serem pequenos e da sua participação ser modesta em relação a quantidade exportada pela Brahma.

Entre as cervejas regionais a Cerpa era a estrela, possuía 8860 fornecedores autorizados até 1988, o que era três vezes mais do que possuía em 1987, e estava implantando uma fábrica no nordeste, que abrigaria a terceira marca da companhia, a Cerna. (47)

A partir das informações expostas anteriormente, a respeito do sub-ramo de cervejas e refrigerantes, pode-se constatar

(45) CERVEJA, op.cit. Revista da CACEX, p.2-8.

(46) MARQUES, C.J. op.cit. Revista Isto é, Senhor, p.82-85.

(47) MARQUES, C.J. op.cit. Revista Isto é Senhor, p.82-85.

tar virem as grandes empresas (Brahma, Antarctica, Kaiser, Cerpa) apresentando várias características em comum entre as quais pode-se citar:

1. Uma expansão baseada na ampliação das fábricas, na modernização do parque fabril, na fusão de outras empresas, na instalação de novas fábricas, e na ampliação dos pontos de vendas;

2. A expansão da capacidade instalada visando, em primeiro plano, satisfazer a demanda interna, e, em segundo plano, tentar se inserir no mercado externo, exportando tanto cerveja (com exceção da Kaiser) como também refrigerantes; através do sistema de franchise onde se fornece o concentrado ou o xarope (com exceção da Kaiser e Cerpa, que não produzem refrigerantes).

A exportação de cerveja vem crescendo sendo liderada pela Brahma e pela Antarctica (vindo a Cerpa mais atrás), no entanto, as receitas com exportações representam só 0,5% da receita total da indústria o que indica serem as exportações ainda irrisórias.

3. Críticas à política de reajuste de preços governamental da cerveja, principalmente, e dos refrigerantes, alegando que os custos variam mais do que os preços.

4. Contar com ajuda financeira fornecida pelo governo para a realização de investimentos na ampliação da capacidade de novas fábricas.

O governo também auxilia o setor cervejeiro, através de programas de incremento da produção de cevada e de malte (como o PLANAGEM), que visam diminuir os custos de produção, com a diminuição da importação destes insumos básicos, que são insuficientes ainda para atender a demanda interna.

Apesar do governo ajudar o setor nestes aspectos, ele age como força concorrencial contrária aos interesses do setor, ao reajustar os preços com defasagem em relação a inflação, como já foi citado no item anterior.

5. Manutenção de fomento a produção de cevada e de guara
nã (pelo menos a Antartica e a Brahma), comprando toda a pro
dução que se encontra dentro dos padrões mínimos necessários
ao fabrico de cerveja.

CAPÍTULO IV . A ECONOMIA E A INDÚSTRIA BRASILEIRA

IV.1. Conjuntura da economia e da indústria brasileira de 1980 a 1988.

De acordo com Ricardo Carneiro(1) os anos 70 mostraram um crescimento clássico puxado pelo investimento e secundado pelo consumo, possibilitado pelos déficits recorrentes no balanço de transações correntes que foram financiados pela abundância de créditos externos.

Já nos anos 80 há uma divergência radical deste padrão de crescimento dos anos 70, onde o elemento dinâmico por excelência da demanda agregada torna-se o saldo comercial (principalmente de 1980 a 1983). No entanto, a necessidade de transferir recursos reais ao exterior limitou o papel que o superávit (obtido as custas da redução do investimento interno) poderia ter no crescimento econômico, porque não se traduziu numa elevação da capacidade para importar, sendo largamente utilizado para o pagamento dos encargos da dívida levando a economia interna a uma profunda recessão de 1981 até 1983.

Já a inflação, como consequência deste processo de ruptura do padrão de financiamento, se deveu aos seguintes motivos:

1. Pelo lado do investimento a inflação surgiu, através da ociosidade dos bens de Capital (que elevando os custos fixos, foram repassados para evitar a queda da margem de lucro) e pelas maxidesvalorizações cambiais (ao elevarem os preços dos bens de capital importados), e

2. Pelo lado do consumo interno (que variou muito pouco em relação ao investimento na década de 80), a inflação surgiu devvido a concorrência com as exportações, na utilização de bens intermediários e com a subtração de excedentes exportáveis (em decorrência da maior absorção doméstica).

Sendo assim, há um limite entre o crescimento a taxas históricas e o superávit comercial que pode ser alterado através de

(1) CARNEIRO, Ricardo. Crescimento, Padrão de Financiamento e In-
flação (A economia brasileira e inflação). Campinas, 1988,
Universidade Estadual de Campinas (UE). p 1 a 47.

modificações na estrutura produtiva que, no entanto, não eliminam o trade-off e nem possibilita o crescimento econômico a taxas históricas.

Frente as condições externas adversas, o setor público protegeu o setor privado através da ampliação de subsídios e do aumento do endividamento externo. Após 1982, passa o setor público a endividar-se junto ao setor privado, cuja poupança protegeu, e o faz a taxa de juros mais elevadas, comprometendo parcela cada vez maior de suas receitas e originando a "ciranda financeira" durante a qual o setor privado preferiu aplicar seus recursos em títulos do governo ao invés de investir, o que levou a uma queda maior da poupança doméstica.

Não só a ruptura do padrão de financiamento externo causou a aceleração inflacionária na década de 1980, mas também contribuiu, e muito, para o aumento do patamar inflacionário o ajustamento passivo do governo frente a esta ruptura; ao tentar manter o crescimento econômico interno sustentado numa elevação do déficit público interno e numa política monetária passiva, que acabou por levar a uma política econômica de elevação dos preços macroeconômicos (em especial câmbio e juros) basicamente, geradores diretos de uma escalada inflacionária, com exceção para o ano de 1981 (quando houve a maior recessão da época e os preços macroeconômicos variaram na mesma proporção da taxa de inflação e para o ano de 1986 (ano particular, marcado pelo choque heterodoxo, que combinou elevado crescimento com a variação negativa de preços macroeconômicos num primeiro momento).

Conclui-se assim, que o elevado patamar inflacionário e as suas contínuas acelerações ao longo dos anos 80 deram margem a uma crescente desorganização do sistema de preços. A consequência principal deste fato foi a impossibilidade do cálculo capitalista e a inviabilização crescente dos investimentos produtivos devido aos preços terem se tornado extremamente sensíveis às variações dos preços macroeconômicos (juros e câmbio), visto terem se tornado mais importantes como elementos de preservação do valor da riqueza frente a deterioração do fluxo de renda.

Centrando-se a análise durante a década de 1980, no período que vai de 1984 até 1986, tem-se, de acordo com Ricardo Carneiro e J.C.Miranda(2), que de 1984 a 1985 a economia interna

(2) CARNEIRO, R. e Miranda, J.C.. Os Marcos Gerais da Política Econômica. In.: CARNEIRO, Ricargo (Org.) A Política econômica da nova república. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986. V.15, p.9-26

apresentou uma retomada do crescimento baseado tanto no crescimento das exportações, quanto na expansão da demanda interna, apesar das altas taxas inflacionárias que continuaram a atingir a economia.

Neste contexto, as autoridades econômicas governamentais brasileiras, visando manter a ampliação do nível de atividades da economia interna e da produção industrial, assim impedindo a volta da desaceleração e da recessão econômica, que caracterizou o período de 1981 a 1983, elaboraram e puseram em prática em março de 1986 o denominado "Plano Cruzado". Este plano nada mais foi do que um Plano de Estabilização Econômica, no qual se propunha combater a inflação através de um choque heterodoxo que consistia no congelamento total e generalizado dos preços e rendimentos, acompanhados por políticas monetárias e fiscal passivas.

O Plano de Estabilização optou pelo critério das médias para o congelamento dos preços e salários, deixando a taxa de juros livre.

O congelamento dos preços; por sua vez, veio estancar a expressiva distorção no processo de concorrência, pois a inflação proporcionava a alguns setores estabelecerem o preço final de acordo com os custos do produtor marginal, proporcionando elevados lucros às empresas mais eficientes.

No entanto, um fator que veio desestabilizar tal política econômica foi o descongelamento dos preços relativos.

Esse desajuste não colocou em choque a estabilidade dos preços como um todo, mas comprometeu a lucratividade e a capacidade de recuperação de alguns setores, principalmente onde era maior o peso dos custos que variaram mais.

Segundo Edgard Antônio Pereira e Ricardo Romano (3) logo após o fracasso do Plano Cruzado, duas razões foram persistentemente apontadas como causas do seu insucesso: a manutenção do congelamento por um tempo excessivamente longo e a falta de controle sobre a evolução da demanda interna, apesar do fracasso ocorrido em grande medida devido a ruptura do padrão de financiamento externo que assim impediu um crescimento interno sustentado.

(3) PEREIRA, E.A. e Romano, R.. Política Antiinflacionária e Planos de Estabilização: A Experiência Brasileira Recente (estudo especial). Campinas, 1988, Universidade de Campinas/Instituto de Economia/Centro de Estudos da Conjuntura (CECON). P.2 a 83.

A essas duas tentativas heterodoxas em 1986 e 1987, seguiu-se uma política antiinflacionária de corte nitidamente ortodoxa, apoiada na forte elevação dos juros reais, controle da demanda agregada via contenção salarial e corte do déficit público, e enormes superávits comerciais. A dita política "arroz com feijão" foi ainda mais desastrosa.

A partir do fato exposto, constata-se que, pelo menos durante o Plano Cruzado; a política econômica governamental interferiu na determinação dos preços, através do congelamento destes e o desempenho de muitos setores industriais possivelmente foi afetado com tal política, pois os custos relativos, que deveriam estar congelados, assim como os preços, variaram para alguns setores.

Resumindo, temos quem após o período recessivo e inflacionário de 1981 a 1983, a tentativa de restabelecer o patamar histórico de crescimento entre 1984 a 1986, é rapidamente revertido, desaguando na crise cambial, levando a desaceleração em 1987 e a uma provável recessão em 1988 (devido ao crescimento econômico a taxas históricas com a ruptura do padrão de financiamento ser insustentável como bem demonstrou o quadro hiperinflacionário).

IV.2. A variação dos custos e dos preços

De acordo com R. Carneiro (4) os custos variaram mais do que os preços em alguns setores, durante o período em questão, devido a dois motivos principais:

Em primeiro lugar, os custos variaram mais do que os preços para alguns setores durante os períodos inflacionários, porque o reajuste de preços eram feitos com base nas expectativas inflacionárias, e com a escalada inflacionária, o horizonte de cálculo dos empresários se tornou mais restrito a um curto espaço de tempo, e estes começaram a elaborar previsões cada vez mais diferenciadas sobre a variação futura dos preços sendo que, quem acabou saindo ganhando com este processo foram os setores que tinham um maior poder de impor sua previsão sobre a inflação futura através de reajustes nominais dos seus preços, o que por sua

(4) CARNEIRO, Ricardo. Crescimento, Padrão de Financiamento e Inflação (A economia brasileira nos anos 80). Campinas, 1988, Universidade de Campinas (JE). P.1 a 47.

vez, significou em reajustes de custos mais elevados para os setores que não tinham poder de repassar estes aumentos de custos para seus preços.

E, em segundo lugar, a elevação do nível de atividade da economia interna, após 1984, ao elevar a demanda das indústrias internas por bens intermediários e insumos básicos, tanto para o mercado interno, quanto para o mercado externo, causou um esgotamento da capacidade ociosa existente nas indústrias de bens intermediários e de insumos básicos, o que levou, por sua vez, a que estas indústrias reajustassem seus preços, acabando assim por elevar os custos para as indústrias que demandavam bens intermediários e insumos básicos.

No entanto, visto que durante o período do congelamento dos preços as indústrias não puderam repassar os seus aumentos de custos, através de elevação dos seus preços, isto acabou por levar a que os custos, para muitas indústrias, variassem mais do que seus preços.

CAPÍTULO V- O GRUPO ANTARCTICA E A POLÍTICA DE PREÇOS GOVERNAMENTAL

V.1. Análise do desempenho da empresa.

Este capítulo se destina a fornecer o panorama econômico-financeiro da própria empresa e desta em relação ao comportamento do setor, através da interpretação dos índices econômico-financeiros.

Para complementar as deduções sobre o desempenho da empresa se fará uso da análise vertical e horizontal, tanto do balanço consolidado da empresa como também de seu demonstrativo de resultado.

Observando-se a Tabela 1 pode-se averiguar que a empresa, no início da análise em 1980 apresentava alto endividamento com relação ao capital de terceiros (o que não era bom), mas conseguiu reduzir a menos da metade esta dependência até 1985 e apesar da retomada do crescimento de 1986, a empresa chegou em 1987 com metade do nível do endividamento que apresentava em 1980.

Em todos estes anos o nível de endividamento da empresa se manteve acima da média do sub-ramo de cervejas e refrigerantes que também tendeu a diminuir, quase chegando a equiparar-se ao nível do setor somente em 1986.

A queda do nível de endividamento em 1980 e 1982 se deveu tanto a retração (relativa e absoluta) que teve o capital de terceiros, como também a evolução (relativa e absoluta) maior que apresentou o patrimônio líquido, como mostra a Tabela 2 e 3, apesar de em 1981 ter havido uma pequena queda do patrimônio líquido e um pequeno aumento da participação no passivo do capital de terceiros.

Entre 1983 e 1985 a queda do endividamento da empresa dependeu da constante diminuição da participação dos capitais de terceiros e do aumento muito elevado do patrimônio líquido tanto a níveis relativos, como mostra a Tabela 2, como também absolutos, de acordo com a Tabela 3.

Por fim de 1986 a 1987 o endividamento volta a crescer, mas atingindo em 1987 somente metade do valor do início da década (que foi o maior). Tal comportamento foi devido a pequena retomada de crescimento dos empréstimos de terceiros, tanto a nível relativo como também absoluto (ver Tabela 2 e 3), em conjunto com a queda da participação do patrimônio líquido dos acionistas a nível relativo (ver Tabela 2).

Conclui-se assim, ter havido durante o período em questão um aumento da participação do capital próprio no endividamento da empresa concomitantemente com uma diminuição na obtenção de empréstimos de terceiros resultando em uma melhora parcial da performance da empresa.

A partir da Tabela 1, pode-se deduzir analiticamente ter havido uma elevação da composição do endividamento da empresa até 1985 (com exceção da pequena queda em 1981) e apesar da retração ocorrida em 1986 e 1987, o nível deste índice ainda permaneceu mais elevado em relação ao do início da década (um dos menores do período) o que indica ter havido uma piora no perfil da dívida da empresa, visto esta ter sofrido uma elevação da participação das obrigações de curto prazo.

Ao longo de todos estes anos o nível da composição de endividamento da empresa se manteve abaixo da média do sub ramo de cervejas e refrigerantes, que também tendeu a aumentar, assim, apresentando-se a empresa, numa situação melhor do que em relação ao setor.

Entre 1980 e 1985 o aumento da composição do endividamento se deveu basicamente tanto a evolução relativamente menor (com exceção para 1981) e queda que apresentou o operacional exigível a longo prazo, como também ao crescimento vertiginoso do operacional vencível a curto prazo (com exceção para 1984), que levou o passivo circulante a variar negativamente menos do que o passivo exigível a longo prazo, ou até a se recuperar (em 1981 e 1985), visto que o financiamento tanto a longo prazo como a curto prazo, vieram sofrendo uma queda abrupta na sua participação no passivo (como mostra a Tabela 2).

De 1986 a 1987, o decréscimo ocorrido na composição do endividamento se deveu tanto a retomada do crescimento (relativa e absoluta como mostra a Tabela 2 e 3), do passivo exigível a longo prazo (decorrente de um decréscimo menor do operacional a longo prazo e do crescimento do financiamento junto com o realizável a longo prazo) como também ao decréscimo relativo e absoluto (ver Tabela 2 e 3) do passivo circulante.

Conclui-se assim ter ocorrido com a elevação da composição do endividamento uma retração das obrigações a longo prazo maior do que a ocorrida com as obrigações de curto prazo, que pode ser interpretado (de acordo com as evidências apresentadas no Capítulo II) como sendo uma opção da empresa, a partir do período recessivo e que durou até mesmo durante uma parte do período de retomada de crescimento econômico, por diminuir a tomada de empréstimos de longo prazo para financiar seus investimentos (o que foi possibilitado talvez pelo aumento da rentabilidade e do capital próprio da empresa). Já em 1986 e 1987 a empresa foi obrigada a tomar empréstimos de longo prazo para financiar os investimentos, devido a retomada do crescimento econômico e ao congelamento de preços.

Observando-se novamente a Tabela 1, pode-se averiguar que a empresa no início da análise em 1980 até 1983, apresentava uma elevada imobilização do patrimônio líquido (acima de 100), necessitando de empréstimos de curto prazo para financiar seu ativo circulante, o que indicava estar a empresa com um péssimo perfil financeiro parcial.

No entanto, a imobilização do patrimônio líquido desde 1980 até 1986 tendeu a diminuir, permanecendo abaixo de 100 de 1984 até 1986, melhorando a situação parcial financeira da empresa, mas volta a crescer em 1987 (atingindo 122%), piorando novamente o perfil financeiro parcial da empresa.

Ao longo destes anos, o nível da imobilização do patrimônio líquido da empresa se manteve acima da média do sub-ramo de cervejas e refrigerantes (o que foi parcialmente prejudicial para a empresa) que apresentou um comportamento semelhante ao da empresa, tendendo a diminuir de 1980 até 1986 e voltando a crescer em 1987.

A queda do nível da imobilização do patrimônio líquido de 1980 a 1986 (na Tabela 1) se deveu tanto a queda relativa do ativo permanente (causado basicamente pela oscilação retroativa do imobilizado) como também ao aumento relativo e absoluto do patrimônio líquido (com exceção para o ano de 1981 no qual houve uma pequena diminuição) como pode ser visto na Tabela 2 e 3. Já a expansão do imobilizado em 1987 se deveu basicamente a queda relativa e absoluta do patrimônio líquido aliado a expansão, tanto relativa como absoluta, do ativo permanente (como mostra a Tabela 2 e 3).

Conclui-se assim, ter havido durante o período analisado, uma queda temporária (de 1984 a 1986) da dependência pela empresa por empréstimos de terceiros para financiar o seu ativo circulante, apesar da imobilização do patrimônio líquido tender a diminuir de 1980 até 1986, o que indica ter a empresa atravessado uma boa parte do período analisado com um perfil financeiro parcialmente ruim, porque ficou na dependência por capitais de terceiros para financiar seu ativo permanente e circulante.

Retornando a Tabela 1 pode-se observar que a empresa em 1980 apresentava uma elevada imobilização dos recursos não-correntes (superior a 100) o que significava estar a empresa com uma situação financeira parcialmente ruim ao não dispor de recursos financeiros a longo prazo (capital circulante líquido) nem tão pouco recursos próprios (capital circulante próprio) para financiar seu ativo circulante visto, ela ter destinado uma quantia superior a todos os seus recursos não-correntes (exigível a longo prazo e patrimônio líquido) para financiar o seu ativo permanente.

De 1980 a 1986 o nível da imobilização de recursos não-correntes tendeu a se retrair permanecendo abaixo de 100 desde 1982 até 1986 (o que significou uma melhora na situação financeira da empresa) mesmo assim, logo em 1987 ele voltou a subir chegando a atingir um nível superior a 100 novamente.

Infelizmente não foi possível tecer nenhum comentário comparativo entre o índice de imobilização de recursos não-correntes da empresa para com o do sub-ramo de cervejas e refrigerantes, devido a falta de dados sobre o índice do setor, mesmo assim,

a análise do índice de imobilização da empresa foi mais do que suficiente para se obter uma idéia do perfil financeiro parcial da empresa configurado através deste índice.

Ao longo dos anos de aumento da imobilização de recursos não-correntes o patrimônio líquido se retraiu enquanto o passivo exigível a longo prazo se elevou, já durante os períodos de diminuição do índice de imobilização de recursos não-correntes houve um aumento (relativo) entre os recursos não-correntes da participação do patrimônio líquido em conjunto com uma diminuição do passivo exigível a longo prazo (com exceção para o ano de 1986) como mostra a Tabela 2.

Chega-se, assim, a conclusão que os recursos não-correntes foram suficientes na maior parte do período em questão para financiar o ativo permanente e o ativo circulante (em parte, com os recursos restantes), apesar de não terem sido sequer suficientes durante os anos de 1980, 1981 e 1987, para financiar o ativo permanente, de qualquer forma a empresa apresentou um perfil econômico-financeiro satisfatório durante a maior parte do período analisado (com exceção para os anos de 1980, 1981 e 1987).

Quanto aos índices de liquidez, iniciando-se a análise pelo índice de liquidez geral, da empresa, observa-se na Tabela 1, que este evoluiu constantemente de 1980 a 1986, retroagindo somente em 1987 (mas ficando acima do menor índice do período, o de 1980), mesmo assim, a empresa apresentou um perfil parcial financeiro insatisfatório, pois durante a maior parte do período analisado o índice esteve abaixo de 100, o que indica serem os recursos excedentes, não imobilizados (conforme foi visto ao analisar o índice de imobilização do patrimônio líquido) aplicados no ativo circulante, insuficientes para proporcionar uma boa base financeira para a empresa, ou seja, a empresa nos anos de 1980 a 1983 e em 1987 não conseguiria pagar suas dívidas com os recursos que dispunha, pois, para cada unidade de dívida ela só dispunha de metade ou um terço de investimentos realizáveis a curto prazo.

Ao longo dos anos analisados, a liquidez geral se manteve, em metade do período analisado, acima (anos de 1980, 1984, 1985 e 1986) e na outra metade abaixo (1982, 1983 e 1987) da média do sub-ramo de cervejas e refrigerantes, que apresentou uma tendên

cia oscilatória a se elevar. Deve-se destacar que o índice da empresa esteve acima da média do setor (o que indicou parcialmente um bom perfil financeiro para a empresa) justamente nos anos nos quais a economia vinha se expandindo (1980, 1984, 1985 e 1986).

A evolução da liquidez geral até 1986 se deveu tanto ao crescimento relativo do ativo como também a queda relativa do passivo, mas deve-se destacar que o ativo evoluiu constantemente até 1986 (em decorrência muito mais do crescimento do ativo circulante do que em relação a tendência oscilatória evolutiva do exigível a longo prazo), enquanto que o passivo apresentou uma tendência relativa e absoluta oscilatória a retroagir, às vezes crescendo ou diminuindo (em decorrência tanto da queda do exigível a longo prazo como também do passivo circulante) como mostra a Tabela 2 e 3.

Conclui-se assim, que apesar da melhora ocorrida na liquidez geral da empresa de 1984 a 1986, a empresa apresentou períodos em que teve de obter ou gerar recursos para pagar suas dívidas até mesmo as de curto prazo, ou seja, a empresa durante uma boa parte do período analisado, apresentou uma dependência por empréstimos ou pela geração de recursos para sanar suas dívidas. Esta situação não foi de todo ruim, pois as dívidas de longo prazo demoram a vencer, mesmo assim o panorama financeiro da empresa foi parcialmente, insatisfatório na maior parte do período analisado, apesar de ter sido muito bom após o período recessivo e durante a fase inicial do plano cruzado em 1986.

A partir da Tabela 1 pode-se deduzir analiticamente ter, a liquidez corrente da empresa, se elevado de 1980 até 1986 (com exceção da pequena diminuição em 1985) e, apesar da retração ocorrida em 1987 (quando voltou a ficar abaixo de 100), o nível deste índice permaneceu ainda acima de 100 durante metade do período (1983, 1984, 1985 e 1986). Isto indica ter tido a empresa uma folga financeira (recursos do ativo circulante) em relação as dívidas de curto prazo (do passivo circulante), possibilitando-lhe equilibrar mais facilmente as entradas e saídas de caixa, garantindo um perfil financeiro relativo a liquidez parcialmente satisfatório, apesar do mau comportamento deste índice durante os demais anos do período analisado.

Ao longo de todos estes anos o nível da liquidez corrente da empresa se manteve acima da média do sub-ramo de cervejas e refrigerantes (que também tendeu oscilatoriamente a aumentar) durante a maior parte do período.

Entre 1980 e 1986 o crescimento relativo da liquidez corrente se deveu tanto a evolução do ativo circulante, como também a queda do passivo circulante (decorrente da retração dos financiamentos de curto prazo), apesar da diminuição em 1985, de corrente do crescimento do passivo circulante como mostra a tabela 2. Já a níveis absolutos apesar do ativo circulante ter apresentado uma tendência a crescer e do passivo circulante tender a diminuir, o fizeram de forma irregular como mostra a tabela 3.

Em 1987 a queda relativa da liquidez corrente se deveu tanto a diminuição do ativo circulante como também a retração menor do passivo circulante de acordo com a tabela 2.

Conclui-se, assim, ter a empresa conseguido recursos suficientes para cobrir as dívidas de curto prazo durante a maior parte do período em questão, apresentando um perfil financeiro parcialmente satisfatório.

Retornando a tabela 1, observa-se ter havido uma elevação da liquidez seca da empresa de 1980 até 1986 (com exceção da pequena queda em 1981) e apesar da retração ocorrida em 1987, o nível deste índice ainda permaneceu mais elevado relativamente ao de 1980 e 1981 (os menores do período em questão), o que prova, ao ser analisado juntamente com o índice de liquidez corrente ter a empresa alcançado uma boa performance financeira parcial em relação a liquidez (facilitando-lhe saldar as dívidas de curto prazo) durante os anos de 1982 até 1986, apesar da situação insatisfatória em 1980, 1981 e 1987.

Ao longo de todos estes anos o nível da liquidez seca da empresa se manteve acima da média do sub-ramo de cervejas e refrigerantes, que oscilou no sentido de uma elevação, apresentando-se a empresa, desta maneira, numa situação de liquidez melhor do que em relação ao setor.

Entre 1980 e 1986 o aumento da liquidez seca se deveu tanto a evolução do disponível como também a queda do passivo

circulante(decorrente da retração dos financiamentos) a nível relativos e absolutos como mostram as Tabelas 2 e 3 ,

Já em 1987, a diminuição da liquidez seca decorreu tanto da diminuição do disponível a níveis absolutos e relativos como também da evolução do passivo circulante(ver tabelas 2 e 3).

Conclui-se, assim, ter havido uma melhora da performance financeira da empresa com relação a liquidez, a nível parcial, de 1980 até 1986, apesar da retração em 1987, sendo os melhores períodos os anos de 1982 até 1986.

Terminada a análise da performance financeira da empresa, volta-se o enfoque para o panorama econômico da empresa, iniciando-se a análise com o estudo do giro do ativo.

Retornando à Tabela 1, pode-se averiguar ter havido uma elevação do índice do giro do ativo de 1980 até 1982, no entanto, este voltou a decrescer de 1983 até 1987 (com exceção para 1985, quando ocorreu uma pequena elevação). Tal comportamento indica ter melhorado a quantia vendida pela empresa em relação ao seu investimento total até 1982, mas a melhora da situação não durou muito tempo, retroagindo o índice logo a partir de 1983.

Ao longo de todos estes anos o nível do giro do ativo da empresa se manteve acima da média do sub-ramo de cervejas e refrigerantes a maior parte do período, exceto em 1986 (o que indica ter a empresa conseguido um bom desempenho parcial ao longo do período em questão).

O aumento do giro do ativo em 1980 até 1982 se deveu a evolução das vendas líquidas, a nível absoluto, terem sido maiores, como mostra a Tabela 5.

Conclui-se assim, ter a empresa apresentado uma boa performance parcial econômica em relação ao setor, apesar da queda do giro do ativo em 1986, possivelmente devido a impossibilidade da empresa em acompanhar o aumento do mercado, em virtude de ter sido toda a sua capacidade instalada ocupada, o que viabilizou, assim, a entrada ou o avanço de concorrentes.

A partir da Tabela 1 observa-se ter havido um aumento da margem de lucro da empresa de 1980 até 1982, apesar da retração ocorrida logo a seguir de 1983 até 1987 (com exceção em 1987 quando o índice se manteve constante em relação a 1986). Isto indica ter a empresa elevado seus preços, dispondo-se a vender menos em relação ao seu investimento, mas com margem de lucro maior compensando assim a queda das vendas. A vantagem dessa medida, quando bem sucedida, é manter ou aumentar a taxa de lucro com muito menos volume de mercadorias e, portanto, menor risco. No entanto, a situação se inverte em 1983 (fim da recessão) quando a empresa começou a optar, ou foi forçada, a diminuir a margem de lucro e elevar ou manter a taxa de lucro, através do aumento das vendas mantendo este comportamento até 1987.

Ao longo de todos estes anos o nível da margem de lucro da empresa se manteve muito acima da média do sub-ramo de cervejas e refrigerantes (que apresentou um comportamento irregular), o que indica, de qualquer forma, ter a empresa conseguido um panorama econômico parcialmente bom, sendo que o benefício da margem de lucro para o bom desempenho da empresa só poderá ser averiguado quando por fim se analisar o índice de rentabilidade.

Entre 1980 e 1982, o aumento da margem de lucro da empresa se deveu muito mais a elevação do lucro líquido tanto a níveis relativos como também absolutos, de acordo com as tabelas 4 e 5. [Da mesma forma, de 1983 a 1987, a elevação da margem líquida de lucro ocorreu em virtude muito mais da retração do lucro líquido, tanto a níveis relativos como também absolutos, do que da variação da receita líquida, como mostram as tabelas 4 e 5.]

Conclui-se, assim, ter apresentado o índice de margem líquida da empresa um perfil econômico parcialmente bom em relação ao índice do setor, no entanto, o benefício que a margem líquida trouxe ao desempenho da empresa só poderá ser verificado ao se analisar o comportamento do índice de rentabilidade.

Observando-se novamente a tabela 1, pode-se constatar que o índice de rentabilidade do ativo da empresa elevou-se entre 1980 até 1982, no entanto, apresentou uma retração acentuada de 1983 até 1987, devido a queda tanto do giro do ativo como também da margem de lucro, sendo que tal comportamento indica

ter a empresa obtido um lucro menor em relação a seus investimentos totais médios durante a maior parte do período em questão, apesar do bom perfil econômico parcial atingido entre 1980 e 1982.

Ao longo de todos os anos o nível do índice de rentabilidade da empresa permaneceu acima da média do sub-ramo de cervejas e refrigerantes, que tendeu a crescer, sendo que só durante os anos de 1986 e 1987 a diferença foi menor. Tal comportamento demonstra ter apresentado a empresa uma satisfatória rentabilidade do ativo e um bom desempenho econômico parcial em relação ao setor.

A elevação do nível de rentabilidade de 1980 a 1982 se deveu principalmente a evolução maior do lucro líquido, tanto a níveis relativos como absolutos, assim como a diminuição da rentabilidade se deveu também basicamente a retração sofrida pelo lucro líquido, tanto a níveis relativos como absolutos, de acordo com as tabelas 4 e 5.

Conclui-se assim, ter apresentado a empresa um perfil econômico parcial satisfatório em relação a rentabilidade, pois, apesar do bom desempenho em relação a média do setor, a empresa durante a maior parte do período apresentou um declínio da rentabilidade

A partir da tabela 1 novamente pode-se observar ter apresentado a empresa uma elevação da rentabilidade do patrimônio líquido de 1980 a 1982, e um decréscimo do mesmo índice de 1983 até 1987, sendo tal comportamento muito semelhante a variação da rentabilidade do ativo da empresa.

Tal comportamento do índice de rentabilidade do patrimônio líquido da empresa, revela ter a empresa apresentado um retorno sobre o investimento realizado muito superior as taxas de juros dos títulos do mercado (com exceção para 1980 e 1987), o que foi muito bom para a empresa.

Infelizmente, não foi possível tecer nenhum comentário comparativo entre este índice da empresa em relação ao setor, devido a falta de dados sobre a evolução do índice do sub-ramo de cervejas e de refrigerantes. Mesmo assim, a análise do índice da em-

presa foi mais do que suficiente para se obter uma idéia do perfil econômico parcial da rentabilidade do patrimônio líquido da empresa.

A elevação do nível de rentabilidade do patrimônio líquido de 1980 a 1982 se deveu tanto a elevação do lucro líquido a nível relativo e absoluto, como também a pequena variação relativa sofrida pelo patrimônio líquido, como mostram as Tabelas 2, 4 e 5. Da mesma forma, a queda da rentabilidade se deveu tanto ao fato da retração sofrida pelo lucro líquido, a nível relativo e absoluto, como também a elevação e manutenção do patrimônio líquido a nível relativamente elevados como mostram as Tabelas 2, 4 e 5.

Conclui-se, assim, ter demonstrado a empresa um perfil econômico parcial bom em relação a rentabilidade do patrimônio líquido, porque na maior parte do período em questão, a taxa de retorno sobre o investimento se manteve acima das taxas de juros oferecidos pelos títulos de mercado (que giram em torno de 6%).

Tal comportamento comparado às evidências apresentadas sobre a indústria no Capítulo II, revelam a opção da empresa por reduzir os investimentos entre 1980 até 1982 e aumentar a rentabilidade (principalmente via aumento da margem de lucro) devido a recessão pela qual atravessou a economia brasileira no período de 1981 a 1983.

No entanto, a partir de 1983, a empresa optando por abocanhar uma fatia maior de mercado e ganhar a concorrência, decidiu realizar pesados investimentos, que no entanto não foram acompanhados de um aumento proporcional das vendas e nem tão pouco da margem de lucro (devido a entrada de concorrentes no mercado, como a Kaiser e ao rígido controle de preços efetuado, pelo governo a partir de 1986) o que levou a diminuição do retorno sobre o investimento realizado ou da rentabilidade do ativo.

TABELA 1
INDICADORES FINANCEIROS E ECONOMICOS DA EMPRESA E DO SETOR

INDICADORES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
ENDIVIDAMENTO								
REFERENTE:								
A EMPRESA(X)	145,00	150,50	114,00	84,60	67,50	66,60	71,40	76,60
A MEDIA DO SUB-RAMO DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO BRASIL(X)	100,00		67,00	54,10	57,00	56,00	66,10	57,00
COMPOSICAO DO ENVIDUAMENTO								
REFERENTE:								
A EMPRESA(X)	74,40	73,30	74,50	78,50	84,00	89,50	82,30	78,00
A MEDIA DO SUB-RAMO DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO BRASIL(X)	76,00		25,40	87,60	90,00	92,00	87,00	86,00
IMOBILIZACAO DO PATRIMONIO								
REFERENTE:								
A EMPRESA(X)	145,00	155,70	121,10	145,80	95,60	91,50	89,30	122,90
A MEDIA DO SUB-RAMO DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO BRASIL(X)	135,00		145,00	108,00	108,00	97,00	97,00	104,00
INFLUENCIADO DOS RECURSOS SAO								
REFERENTE:								
A EMPRESA(X)	120,50	111,10	95,90	89,20	86,30	85,50	79,60	105,20
A MEDIA DO SUB-RAMO DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO BRASIL(X)	86,00							
LIQUIDEZ GERAL								
REFERENTE:								
A EMPRESA	0,55	0,63	0,79	0,93	1,07	1,13	1,15	0,79
A MEDIA DO SUB-RAMO DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO BRASIL	0,53		0,87	0,97	0,94	1,03	0,79	0,59
LIQUIDEZ CORRENTE								
REFERENTE:								
A EMPRESA	0,66	0,78	0,96	1,06	1,18	1,16	1,23	0,87
A MEDIA DO SUB-RAMO DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO BRASIL	0,74		1,06	1,04	1,05	1,15	1,13	1,01
LIQUIDEZ SECA								
REFERENTE:								
A EMPRESA	0,35	0,32	0,43	0,67	0,76	0,76	0,98	0,55
A MEDIA DO SUB-RAMO DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO BRASIL	0,25		0,50	0,47	0,54	0,57	0,54	0,42
GIRO DO ATIVO								
REFERENTE:								
A EMPRESA	0,80	0,89	0,89	0,75	0,70	0,74	0,60	0,57
A MEDIA DO SUB-RAMO DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO BRASIL	0,70		0,67	0,59	0,53	0,56	0,54	0,53
PARCELA LIQUIDA								
REFERENTE:								
A EMPRESA(X)	5,00	10,50	21,50	23,10	20,00	16,00	11,40	11,40
A MEDIA DO SUB-RAMO DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO BRASIL(X)	3,50		6,50	3,90	4,30	5,00	4,70	7,20
RENTABILIDADE DO ATIVO								
REFERENTE:								
A EMPRESA(X)	4,00	9,35	21,70	17,30	14,30	12,30	6,80	6,50
A MEDIA DO SUB-RAMO DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO BRASIL(X)	2,50		5,40	2,80	3,10	3,80	4,90	4,50
RENTABILIDADE DO PATRIMONIO								
REFERENTE:								
A EMPRESA(X)	7,00	18,00	39,00	22,00	17,00	13,00	11,00	7,00
A MEDIA DO SUB-RAMO DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO BRASIL(X)								

FONTE: BALANÇO CONSOLIDADO DO COMPLEXO EMPRESARIAL ANTARCTICA DE 1980 A 1987
 PANORAMA FINANCEIRO DAS EMPRESAS-SEMIASA-REFERENTE AS PUBLICACOES DE 1982 A 1989
 ANALISE FINANCEIRA DE BALANÇOS-IMPATIE NATURALIZO
 SOBRIADA: TODOS OS VALORES CULIAS CASAS DECIMIAIS DO CENTESIMAS EMAS IGUAIS OU SUPERIORES A 5 FORAM ARREDONDADAS DE CIMA PARA BAIXO E VICE-VERSA

BALANÇO CONSOLIDADO DA EMPRESA - ANÁLISE VERTICAL

ITEMS	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	VALOR ABSOLUTO	AV(%)												
ATIVO CIRCULANTE (=SOMA)	7491490	29,23	1974671	34,3	5163891	38,21	143998475	38,48	47884118	39,98	174657481	41,4	37818325	45,88
DISPONIVEL	2748747	16,54	8321811	14,57	2891295	21,31	55345436	14,85	24953794	17,45	94122789	21,68	2015213	24,45
RESTANTES	3534779	13,77	8619914	15,49	1746598	13,44	52411828	14,41	172518285	14,37	59444333	14,86	1814699	12,31
DEBITOS	1813725	3,96	2382191	4,17	4622732	3,28	13671786	3,45	59985633	5	24618424	4,88	5544673	6,75
VALORES E BENS	66774	0,24	132756	0,23	254684	0,18	21445287	5,73	34728832	2,7	12218344	0,29	166785	2,02
APLICACOES DE RECURSOS	179945	0,7	249899	0,44	516582	0,38	894128	0,24	3114742	0,26	24446599	0,47	28545	0,35
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO(=SOMA)	846484	3,2	194304	3,3	543979	4,02	14628412	4,02	35191911	2,93	15388373	3,63	158179	1,91
DEBITOS	98333	0,38	171832	0,3	137486	0,1	257768	0,07	186381	0,15	2449827	0,46	1114	0,01
VALORES E BENS	746251	2,92	1772072	3,03	531484	3,92	1778344	4,75	35465619	2,92	15493446	3,57	157865	1,9
ATIVO PERMANENTE(=SOMA)	17286484	67,5	3551474	62,19	7849284	57,76	24246119	56,49	485134715	57,48	231842822	54,96	4391089	52,2
INVESTIMENTOS	1142432	4,54	1444651	2,88	9975386	7,35	8917787	2,38	51328822	4,28	16739469	4,41	182924	2,22
FINANCIAMENTO	14787313	57,4	34644564	59,7	6197986	45,89	18423547	49,8	38897935	49,49	282826747	49,49	3921975	47,4
DEBITOS	1416289	5,53	3249169	5,61	6394432	4,71	14397815	4,51	4483828	3,73	124533846	2,86	196198	2,38
= TOTAL DO ATIVO	25424218	100	57123419	100	13539925	100	37414976	100	124412844	100	421841475	100	8241103	100
PASSIVO CIRCULANTE(=SOMA)	1127946	4,42	2516128	4,44	3379119	29,79	12622825	36,44	48672626	31,82	154753818	35,73	8855827	34,4
OPERACIONAL(=SUBSOMA)	477481	1,84	13488154	23,96	4259427	31,4	11945851	31,93	34319794	24,26	139710351	39,11	2748193	33,35
FINANCIEROS	821348	3,21	177282	3,1	486354	3,58	11491665	3,85	34462725	3,16	13418541	3,74	279499	3,39
DEBITAS OBRIGACOES	395411	15,44	1191522	20,86	3734443	27,81	16842186	28,88	32517816	27,49	123898819	29,37	2439994	29,96
FINANCIERO	4581945	25,27	11474966	20,48	1137883	18,42	16874834	4,51	4273486	3,56	11413567	2,62	83844	1,05
PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO(=SOMA)	3875441	15,12	9189116	16,03	1851538	13,65	3723961	9,96	77618215	6,47	17732878	4,21	587945	7,13
OPERACIONAL(=SUBSOMA)	84883	0,31	292552	0,51	896368	6,6	1781648	4,78	3438898	2,88	5951649	1,41	89814	1,09
FINANCIERO	4297155	16,77	649263	11,72	916228	6,75	1671742	4,47	3481180	2,89	9754835	2,3	397238	4,82
IN-DEPOSITOS NO BANCO CENTRAL	648548	2,53	672185	1,17	228248	1,67	---	---	---	---	---	---	---	---
DEBITAS DE EXERCICIOS FUTUROS**	143581	0,57	240274	0,36	62274	0,45	2674911	0,71	832434	0,7	2442394	0,5	148893	1,82
CAPITAL DE TERCEIROS	15134467	59,14	34322036	60,08	72491698	53,44	173587746	46,4	48359541	40,29	148483196	39,94	3422982	41,53
PATRIMONIO LIQUIDO(=SOMA)	18429741	40,85	22943313	39,91	6314957	46,55	24462328	53,59	71658683	59,71	25335448	64,15	4518121	58,44
DO ACIONISTIA CONTROLADOR	6766185	27,18	15467674	26,37	4467462	32,78	14244427	38,75	52362194	43,58	183441454	45,96	352522	42,73
DE OUTROS ACIONISTAS NAS CONTROLADAS	3543636	13,67	7746639	13,54	18473885	13,76	55519793	14,94	19559789	16,12	67823426	16,49	1291889	15,47
TOTAL DO PASSIVO	25424218	100	57123419	100	13539925	100	37414976	100	124412844	100	421841475	100	8241103	100

FUENTE: BALANÇO CONSOLIDADO DO GRUPO ANTARCTICA

ANÁLISE FINANCEIRA DE BALANÇO DANTÉ MATHANZIO

**FOI RECONSIDERADO EM TAL ITEM O RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FUTUROS PARA EFEITO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

*** ANÁLISE VERTICAL

TODOS OS VALORES EM DOLÁRES ESTADOS UNIDOS A MENOS QUE SE INDIQUE O CONTRÁRIO



DE S ER

BALANÇO CONSOLIDADO DA EMPRESA - ANÁLISE HORIZONTAL

ITEMS	VALORES A PREÇOS DE 1987															
	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	1977	1976				
ATIVO CIRCULANTE (=SOMA)	527.787	144	11.503.314	122	1.534.459	161	1.374.853	144	1.374.853	144	1.483.332	154	1.947.449	204	1.145.076	122
DISPONÍVEL	34.031.810	144	478.912	143	853.063	249	328.949	154	577.043	174	777.185	228	1.627.036	302	541.961	143
RESTOS	448.925	144	50.643.814	114	32.977	117	478.835	114	478.164	118	545.334	113	525.479	116	454.658	142
DEBITOS	128.926	144	1.488.147	147	1.318.666	142	1.374.958	141	1.742.849	153	1.754.572	136	284.816	222	1.087.469	84
VALORES E BENS	84.925	144	78.491	92	75.458	89	24.132	244	91.449	117	140.978	122	85.853	101	48.386	57
APLICAÇÕES DE RECURSOS	25.883	144	1.477.50	65	1.529.44	67	85.121	37	88.331	39	1.742.73	74	1.479.87	64	306.169	131
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO (=SOMA)	147.829	144	11.230.9	145	1.615.349	158	1.716.114	159	1.403.673	93	1.346.294	121	81.452	76	342.746	32
DEBITOS	125.942	144	1.812.29	81	497.85	33	245.39	29	513	4.2	204.5	17	57.37	4.6	45.645	51
VALORES E BENS	951.767	144	1.824.078	146	1.574.644	145	1.691.575	178	993.64	145	1.284.449	135	848.885	85	277.841	27
ATIVO PERMANENTE (=SOMA)	21.947.24	144	2.099.676	96	2.117.932	146	2.119.697	92	1.954.042	87	1.734.282	94	2.215.448	101	27.446.68	125
INVESTIMENTOS	1.678.438	144	973.684	66	2.953.637	244	849.164	57	1.432.898	99	1.438.951	97	942.859	64	91.931	42
IMOBILIZAVEL	187.935	144	1.812.752	97	1.825.344	98	1.772.271	95	1.677.648	94	1.725.441	92	20.793.171	148	244.292	137
PRETERITO	1.891.239	144	1.897.324	145	1.897.361	145	1.688.672	89	1.278.544	71	1.425.734	97	1.81.878	56	481.915	27
TOTAL DO ATIVO	22.589.386	144	3.277.383	144	4.158.841	123	3.561.566	149	3.427.451	145	3.589.738	110	4.244.168	134	37.381.118	121
PASSIVO CIRCULANTE (=SOMA)	1.434.544	144	1.487.443	144	1.578.154	111	1.278.414	94	1.157.687	81	1.289.139	89	1.464.444	142	1.325.888	93
OPERACIONAL	647.696	144	849.284	133	1.241.242	248	1.132.287	167	1.426.893	174	1.188.949	194	1.415.315	210	1.274.493	249
FORNECEDORES	1.444.877	144	1.481.39	144	1.449.488	138	1.408.294	143	1.484.493	144	1.345.238	129	1.437.359	138	3.192.88	348
OUTRAS OBRIGAÇÕES	543.199	144	744.816	144	1.117.1924	222	1.824.093	244	927.398	181	1.813.749	249	1.271.5834	253	948.113	183
FINANCEIRO	826.934	144	678.459	82	326.9242	41	1.646.27	19	1.218.474	15	937.994	11	4.723.47	5	43.695	8
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (=SOMA)	478.554	144	5.415.17	14	5.481.851	111	3.547.138	72	2.13.388	45	1.548.996	34	3.827.917	61	375.437	76
OPERACIONAL (=SUBSOMA)	1.8234	144	1.727.749	182	2.852.384	257	1.741.371	1654	962.47	99	585.166	491	4.625.42	458	52.4512	518
FINANCEIRO	544.5207	144	3.955.97	72	27.12975	58	1.591.497	29	989.187	18	825.949	15	244.5776	37	264.412	54
DEPOSITOS NO BANCO CENTRAL	82.1836	144	37.422	48	87.663	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS**	1.851.53	144	1.24.824	67	1.042.25	99	2.542.271	137	2.828.26	129	1.77.881	96	51.95.99	281	2.81.113	141
CAPITAL DE TERCEIROS	1.927.754	144	2.629.561	145	2.146.355	114	1.525.553	86	1.377.647	72	1.433.135	74	1.742.837	91	1.746.325	89
PARTICIPAÇÃO LIGHTING (=SOMA)	1.301.5826	144	1.348.282	101	1.849.536	144	1.498.913	140	844.714	153	2.154.883	142	2.481.323	186	2.240.385	167
DO APLICACIONISTA CONTROLADOR	885.931	144	894.812	101	1.316.6747	149	1.384.485	156	1.493.572	148	1.573.165	179	1.816.4995	245	1.579.4832	188
DE OUTROS APLICACIONISTAS CONTROLADORES	445.5994	144	47.421	103	52.8629	124	52.848	119	52.8312	124	577.638	134	463.228	119	494.953	143
TOTAL DO PASSIVO	22.589.386	144	3.277.383	144	4.158.841	123	3.561.566	149	3.427.451	145	3.589.738	110	4.244.168	134	37.381.118	121

FONTE: BALANÇO CONSOLIDADO DO GRUPO ANTICICLICA
 ANÁLISE FINANCEIRA DE BALANÇOS-PAUTE HORIZONTAL
 *FUTU ADICIONADO EM TAL ITEM O VALOR DAS DUPLICAÇÕES RECEBIDAS PARA EFEITO DE PRODUÇÃO
 **FUTU ADICIONADO EM TAL ITEM O RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA EFEITO DE PRODUÇÃO
 *** ANÁLISE HORIZONTAL
 VALORES A PREÇOS DE 1987
 TÓPOS OS VALORES COM AS CÍRCULAS DEBEM SER IGUAIS OU SUPERIORES A \$ SEM AS CÍRCULAS DE UMA UNIDADE



DE
 OS
 EX

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS - ANÁLISE VERTICAL

ITEMS	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	VALOR ABSOLUTO	A/ VALOR (%)												
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	10.153.441	100	10.366.857	100	12.545.926	100	13.038.946	100	14.870.008	100	15.823.355	100	17.935.117	100
(-) CUSTO DAS VENDAS E SERVIÇOS	10.156.090	62	10.159.365	59	12.542.805	53	10.245.507	57	12.415.210	63	12.333.857	62	13.245.251	66
RESULTADO BRUTO	5.977.351	57	5.207.491	44	10.033.121	47	8.223.909	43	10.524.798	37	10.917.938	38	11.689.896	34
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	4.609.402	29	836.986	23	9.887.515	12	7.515.010	4	17.198.710	3	28.752.104	14	994.071	20
4.1. DESPESAS COM VENDAS	1.146.775	7	2.199.309	6	5.654.908	7	13.467.883	7	12.822.117	8	176.099.945	2	438.035	9
4.2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.330.345	14	5.452.603	14	40.072.185	12	22.557.319	12	69.988.334	15	288.575.432	14	813.126	16
4.3. DESPESAS FINANCEIRAS	1.132.042	7	1.017.963	3	—	—	—	—	16.146.440	3	42.151.156	2	47.400	1
4.4. DESPESAS FINANCEIRAS	—	—	—	—	5.839.846	7	41.339.712	23	146.151.601	27	535.558.229	27	304.420	6
(-) AMORTIZAÇÃO DE IMÓVEIS	238.313	15	669.722	48	1.186.221	44	3.191.165	17	9.752.733	21	42.751.392	22	66.065	1
(+) RESULTADO DA EXERCÍCIO	44	0	1.106.407	0,3	10.144	0,01	466.822	0,09	2.296.667	6,6	3.010.665	0,2	7.296	0,1
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	22.227	14	1.240.364	34	430.227	0,5	5.245.322	3	27.682.734	4	91.436.215	5	281.143	6
(-) LUCRO OPERACIONAL	1.362.137	8,4	7.596.642	21	2.372.838	34	9.269.745	48	159.770.173	44	843.305.222	42	896.465	18
(+) RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	296.341	18	5.764.155	16	2.81.737	0,3	15.162	0,08	5.766.848	1	13.75.634	0,07	4.270	1
(-) DÍVIDAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.288.465	19	8.220.151	24	14.346.263	17	50.361.744	26	91.280.714	17	208.228.129	10	128.965	3
(+) DÍVIDAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.517.588	16	5.922.593	16	14.198.102	17	28.707.064	15	415.601.412	9	—	—	—	—
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.137.611	7,1	5.774.332	14	29.313.974	34	71.250.227	57	87.623.936	31	636.453.498	32	806.770	16
(-) DÍVIDAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	336.658	2,2	1.401.952	4	8.371.273	10	26.222.381	14	73.083.893	12	50.420.923	15	312.255	6
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	500.253	5	3.869.987	10	20.942.701	24	44.126.382	23	14.540.103	21	331.572.565	17	480.414	10

FONTE: DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO GRUPO ANTARCTICA (1980 a 1987)
ANÁLISE FINANCEIRA DE BALANÇOS - DANTE MATA-RAEZO

TABELA 5

DE MONSTRATIVO DE RESULTADOS - ANÁLISE HORIZONTAL

ITENS	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986		1987	
	VALOR ABSOLUTO	AM (%)														
1 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	10.518.833	100	11.792.807	106	15.300.936	123	18.132.616	89	15.450.635	76	17.032.875	83	15.416.007	64	13.645.090	67
(-) 2 CUSTO DAS M.F.C. E S.E.F. IDENTIFICADO	(12.916.718)	100	(12.765.067)	99	(13.448.330)	104	(10.295.405)	80	(9.734.201)	76	(10.487.161)	81	(16.713.043)	129	(9.476.118)	73
(=) 3 LUCRO BRUTO	7.602.114	100	9.027.720	119	11.852.606	156	7.897.212	104	5.856.433	77	6.545.714	86	8.702.964	115	4.168.972	55
(-) 4 DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(5.861.948)	100	(4.948.600)	84	(1.198.403)	20	715.428	-	490.508	-	244.680	-	(5.119.466)	87	120.1213	-
4.1 DESPESAS C/ VENDAS	1.458.491	100	(1.300.314)	89	(1.674.249)	115	(1.222.095)	88	(1.221.258)	84	(1.498.440)	103	(2.255.880)	155	(1.022.652)	71
4.2 DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.963.741	100	(3.046.425)	103	(1.253.157)	5	2.223.617	75	(1.996.067)	67	(2.453.777)	83	(4.137.600)	141	(2.610.774)	88
4.3 DESPESAS FINANCEIRAS	(1.439.716)	100	(601.861)	42	-	-	-	-	(460.426)	32	(358.709)	25	(244.110)	17	(295.542)	21
4.4 RECEITAS FINANCEIRAS	-	-	-	-	1.729.003	-	4.221.140	-	4.168.328	-	4.557.606	-	1.563.124	-	5.137.181	-
(=) 5 AMORTIZAÇÕES LÍQUIDAS	(303.129)	100	(396.008)	131	(351.255)	116	203.227	100	(278.148)	92	(363.814)	120	(340.235)	112	(195.369)	64
(-) 6 RESULTADO DA AVALIAÇÃO INV	56	100	74.737	133	2.994	5346	15.882	28373	94.021	16781	(25.621)	45733	57.574	10282	-	-
(+) 7 OUTRAS RECEITAS OPERAC.	235.300	100	733.353	248	1.755.55	43	459.361	163	675.431	223	775.574	203	1.447.887	490	529.448	173
(=) 8 LUCRO OPERACIONAL	1.732.393	100	4.491.202	259	8.698.506	502	8.824.064	502	6.828.245	395	7.176.534	414	4.516.795	267	5.626.065	329
(+) 9 RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	376.892	100	340.823	90	53.414	22	1.143	0,3	(464.470)	-	1.706	3	653.741	67	(69.336)	-
(-) 10 SALDO DEVEDOR DE CURTO PRAZO	(3.800.777)	100	(5.214.826)	137	(4.395.533)	116	(4.724.438)	126	(2.623.291)	69	(1.772.021)	47	(715.670)	19	(2.554.762)	67
(+) 11 SALDO CREDORES DE CURTO PRAZO	3.201.919	100	3.501.556	109	1.292.453	154	2.732.912	84	1.300.552	41	-	-	-	-	-	-
(=) 12 LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	1.510.427	100	3.118.755	207	5.678.840	375	6.753.982	446	5.351.036	354	5.416.219	358	4.154.865	275	3.071.970	203
(-) 13 IMPOSTO DE RENDA DE RENDA	(491.759)	100	(330.664)	169	(2.478.483)	257	(2.563.150)	521	(2.084.352)	424	(2.594.537)	527	(1.644.163)	331	(1.459.445)	97
(=) 14 LUCRO LÍQUIDO APÓS O IMPOSTO DE RENDA	1.018.668	100	2.288.091	224	3.200.357	314	2.170.832	213	3.266.684	321	2.821.682	277	2.474.132	243	1.558.248	153

FONTE: DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO GRUPO ANTARCTICA (1980 a 1988)

ANÁLISE FINANCEIRA DE BALANÇOS - DANTE MATARAZZO.

NOTA: VALORES A PREÇOS DE 1987.

Folha 02 de 02 - 11/11/1988 - 68

V.2. O impacto da política de preços governamental sobre o desempenho do Grupo Antarctica.

A análise feita neste Capítulo se centrará nos gráficos 1 a 8 e na tabela 1 e 2. Observando-se o gráfico 1, deduz-se ter a empresa praticado preços inferiores a inflação, durante 1980, apesar da melhora no meio e no final do ano.

Tais reajustes impediram que a empresa tivesse uma maior margem de lucro, mas de qualquer forma, a empresa apresentou uma rentabilidade de acima da média do setor graças ao giro do ativo ter sido um dos maiores do período (visto que o consumo estava ainda aquecido).

Em 1981, de acordo com o gráfico 2, a empresa no início do ano não havia ajustado seus preços de acordo com a inflação, devido ao início da recessão e da escalada inflacionária.

A empresa, assim, logo a seguir, reivindicou um maior ajuste de preços junto ao CIR (o que foi concedido), aumentando sua margem de lucro, que juntamente com o aumento do giro do ativo (devido possivelmente a redução dos investimentos) levou a um aumento muito grande na rentabilidade do ativo e do patrimônio líquido (como mostra a tabela 1).

Contribuiu também para este aumento real dos preços em 1981, a queda da taxa de inflação no período devido a retração dos preços macroeconômicos com o início da recessão.

Em 1982, como se pode observar a partir do gráfico 3, os preços reais variaram mais ou menos de acordo com a inflação, chegando a ficar bom parte do período, acima da inflação.

Tal comportamento garantiu uma margem de lucro muito elevada, no que foi acompanhada por um giro do ativo muito bom, (devido a retração do investimento), resultando na maior rentabilidade do ativo e do patrimônio líquido em relação ao período em questão (como mostra a tabela 1).

Em 1983, último ano da recessão, os preços reais voltaram a variar a níveis inferiores a taxa de inflação, o que levou a

margem de lucro diminuir; mesmo assim, esta permaneceu muito acima da média do setor, como mostra o gráfico 4.

O giro do ativo, por sua vez, apresentou uma queda abrupta, possivelmente por conta da retomada dos investimentos (como comprovam as evidências apresentadas no capítulo III) que, num primeiro momento, não puderam ser acompanhadas de uma retomada nas vendas (visto o investimento demorar a maturar e este ter sido o pior ano de tração do consumo), de qualquer forma, a rentabilidade do ativo e do patrimônio líquido se mantiveram em níveis elevados e muito superiores a média do setor.

Em síntese, durante 1980, a empresa procurou operar com uma estratégia típica de estrutura de mercado oligopolista de flex-price, na qual se optou por um preço menor (e uma margem de lucro menor) que foi compensado por um aumento nas vendas (ou do giro do ativo), que manteve assim a rentabilidade acima da média do setor.

Já de 1981 a 1983, optou-se por reduzir os investimentos (apesar da pequena retomada em 1983, visando ganhar a concorrência com a entrada da Kaiser em 1982 no mercado) e se operar com uma estratégia típica da estrutura de mercado oligopolista de fix-price, na qual se optou por manter o nível de preços (com exceção para 1983, quando houve uma retração muito grande no consumo), e uma margem de lucro maior, para manter a rentabilidade em níveis elevados, visto que, como o consumo tinha se reduzido, muito dificilmente o giro do ativo iria aumentar com uma queda dos preços.

Optou-se por manter a rentabilidade a níveis mais elevados, através da manutenção do nível de preços por que assim, poderia-se aplicar uma maior quantia de recursos no mercado financeiro, que estava pagando juros elevados, além de se poder reduzir os investimentos (e conseqüentemente a dependência por empréstimos de longo prazo para financiá-los) elevando-se o giro do ativo o que levou sem dúvida a uma maior capitalização da empresa.

Pode-se afirmar, a partir do que foi constatado, que durante este período não há nenhuma evidência que indique ter o

CIP interferido no desempenho da empresa.

Durante 1984, como pode-se observar a partir do gráfico 5, a variação real dos preços se manteve na maior parte do período acima da taxa de inflação, mesmo assim a margem de lucro se reduziu e o giro do ativo também, atingindo seu menor nível.

Tal comportamento se deveu ao fato da retomada do crescimento econômico, levar a empresa a investir mais na ampliação da capacidade, mas principalmente com recursos próprios (visto ter saído do período recessivo muito bem capitalizada) o que levou a uma diminuição no giro do ativo (como mostra a tabela 1).

Os preços, por sua vez, mantidos a um nível mais elevado, beneficiaram a empresa, pois permitiu uma maior rentabilidade (e um maior patrimônio líquido como mostra a tabela 2) para financiar os investimentos, daí inclusive a liquidez ter sido maior, pois reduziu-se a dependência por financiamentos de terceiros e aumentou-se a rentabilidade.

Em 1985, como mostra o gráfico, os preços reais variaram a níveis inferiores a taxa de inflação, resultando numa menor margem de lucro e rentabilidade (como mostra a tabela 1), mesmo assim esta ficou acima da média do setor.

A manutenção da rentabilidade num nível satisfatório se deveu ao aumento do ativo, decorrente da elevação do poder de compra de 1985 (como demonstram as evidências do capítulo III), e a não elevação dos investimentos, visto que os empresários não acreditavam na retomada do crescimento econômico.

Já em 1986, como mostra o gráfico 7, há um controle mais intenso do CIP, o que levou os preços terem uma das menores variações reais da década de 1980, resultando numa diminuição acentuada da margem de lucro e do giro do ativo o que levou a rentabilidade a cair mais ainda em relação a 1985 (como mostra a tabela 1).

Durante este período, como o crescimento da demanda foi muito acentuado, a empresa teve de contar com financiamentos de longo prazo de terceiros para ampliar os investimentos (como mostra a tabela 1), apesar de estar bem capitalizada, daí o motivo do giro do ativo ter caído, apesar da explosão do consumo.

De qualquer forma, o desempenho da empresa não foi afetado, visto que houve um aumento brutal dos preços e a rentabilidade se manteve acima da média do setor.

Em 1987 como mostra o gráfico 8, ocorreu uma diferença de comportamento brutal entre a elevação dos preços reais da cerveja em relação ao dos refrigerantes comparativamente a taxa inflacionária, sendo que, enquanto o preço real dos refrigerantes foi reajustado acima da inflação, o preço real da cerveja foi reajustado na maior parte do período, abaixo da inflação atingindo o menor nível da década de 1980 (até 1987).

A falha do plano econômico e o descongelamento parcial resultaram numa inflação reprimida que levou a uma explosão inflacionária em 1987.

A empresa apesar de manter sua margem de lucro acima da média do setor e constante em relação a 1986, apresentou uma queda do giro do ativo, devido tanto a queda do consumo como também a manutenção dos investimentos em ampliação da capacidade.

Tal fato levou a empresa a aumentar os empréstimos de longo prazo junto a terceiros, como demonstra a evolução do endividamento e da composição do endividamento (de acordo com a tabela 1).

A liquidez também diminuiu o que levou a uma piora da situação da empresa (como mostra a tabela 1).

No geral, a rentabilidade pelo menos se manteve pouco acima da média do setor, sendo que os indicadores apontavam na direção de um retorno da recessão.

Conclui-se assim que de 1980 a 1985 o CIP não interferiu nos preços do setor de cerveja e de refrigerante de maneira a trazer impactos negativos sobre o desempenho da empresa, apesar de em 1985 o preço ter evoluído muito menos que a inflação e não se ter informações se este comportamento dependeu ou não da interferência do CIP.

De 1986 a 1987, o CIP agiu com mais rigor no controle de preços, devido a entrada em vigor do Plano Cruzado, que tinha

como conteúdo o congelamento de preços.

O Plano Cruzado reduziu a margem de lucro da empresa, no entanto, aumentou as vendas, o que contribuiu para o aumento da rentabilidade da empresa.

Apesar de ter contribuído para o bom desempenho da empresa em sua fase inicial, o Plano Cruzado reduziu a capacidade ociosa planejada do setor, além de ter facilitado a entrada de concorrentes no mercado, devido as empresas não terem investido o suficiente para atender a demanda, pois saíram do período recessivo com muitas negativas e não acreditavam que tal elevado nível de crescimento pudesse ser sustentado por muito tempo (sendo que neste ponto estavam corretos).

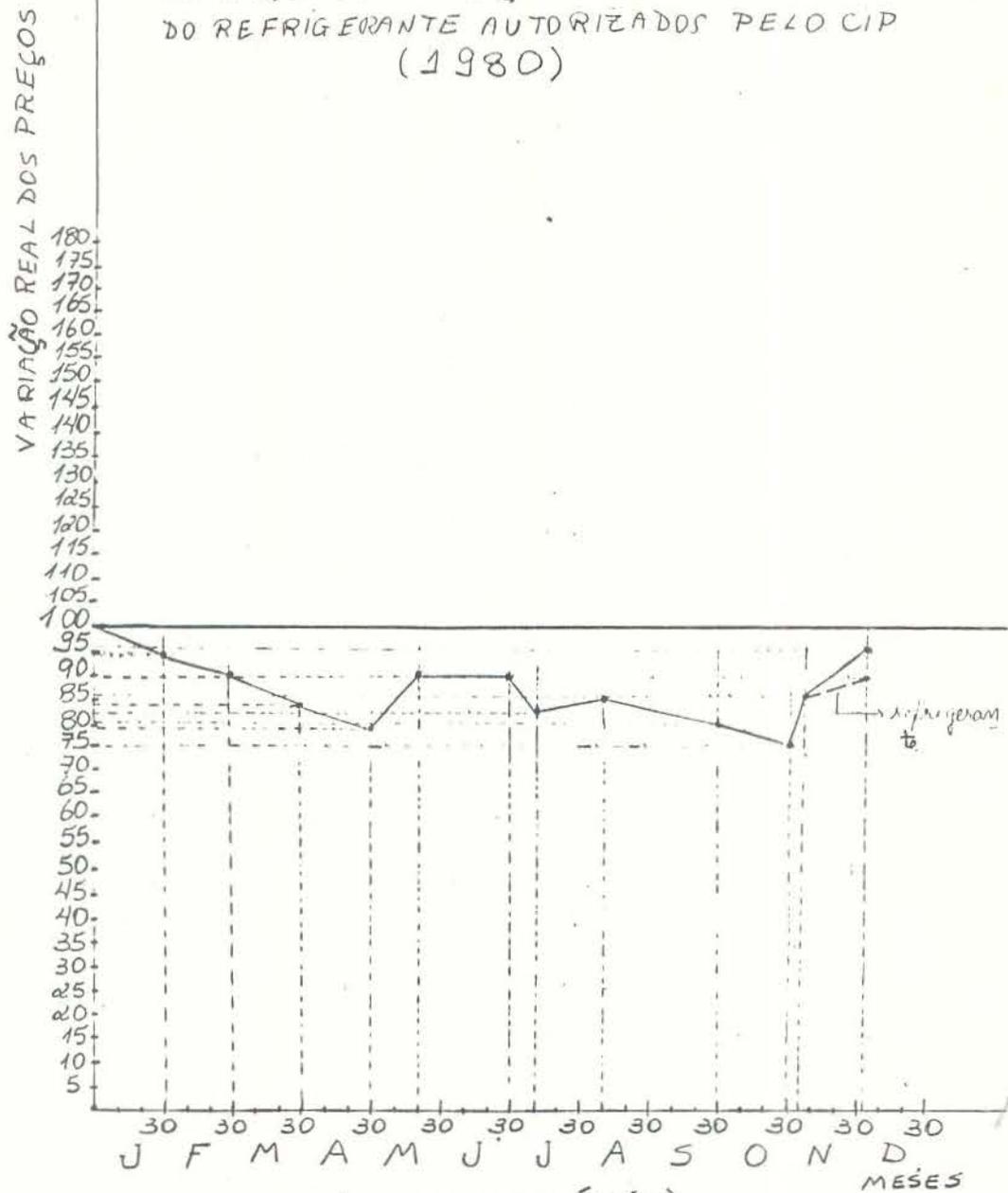
Durante 1987, segunda fase do plano, a inflação se acelerou, e a política de preços governamental se manteve inflexível determinando reajustes de preços da cerveja inferiores a taxa inflacionária, na maior parte do ano, com o fim de se impedir a escalada inflacionária.

Tal política de preços desastrosa associada com um IPI elevado, levou sem dúvida a redução do giro do ativo, e a queda da rentabilidade, apesar da margem de lucro ter sido constante em relação ao ano de 1986 (como mostra a tabela 1).

É justamente neste ano que a política de preços governamental interferiu no desempenho da empresa, pois, ao diminuir seu patrimônio líquido levou a empresa tomar maiores empréstimos de longo prazo para terminar os investimentos iniciados no período anterior (durante 1986).

- GRÁFICO 1 -

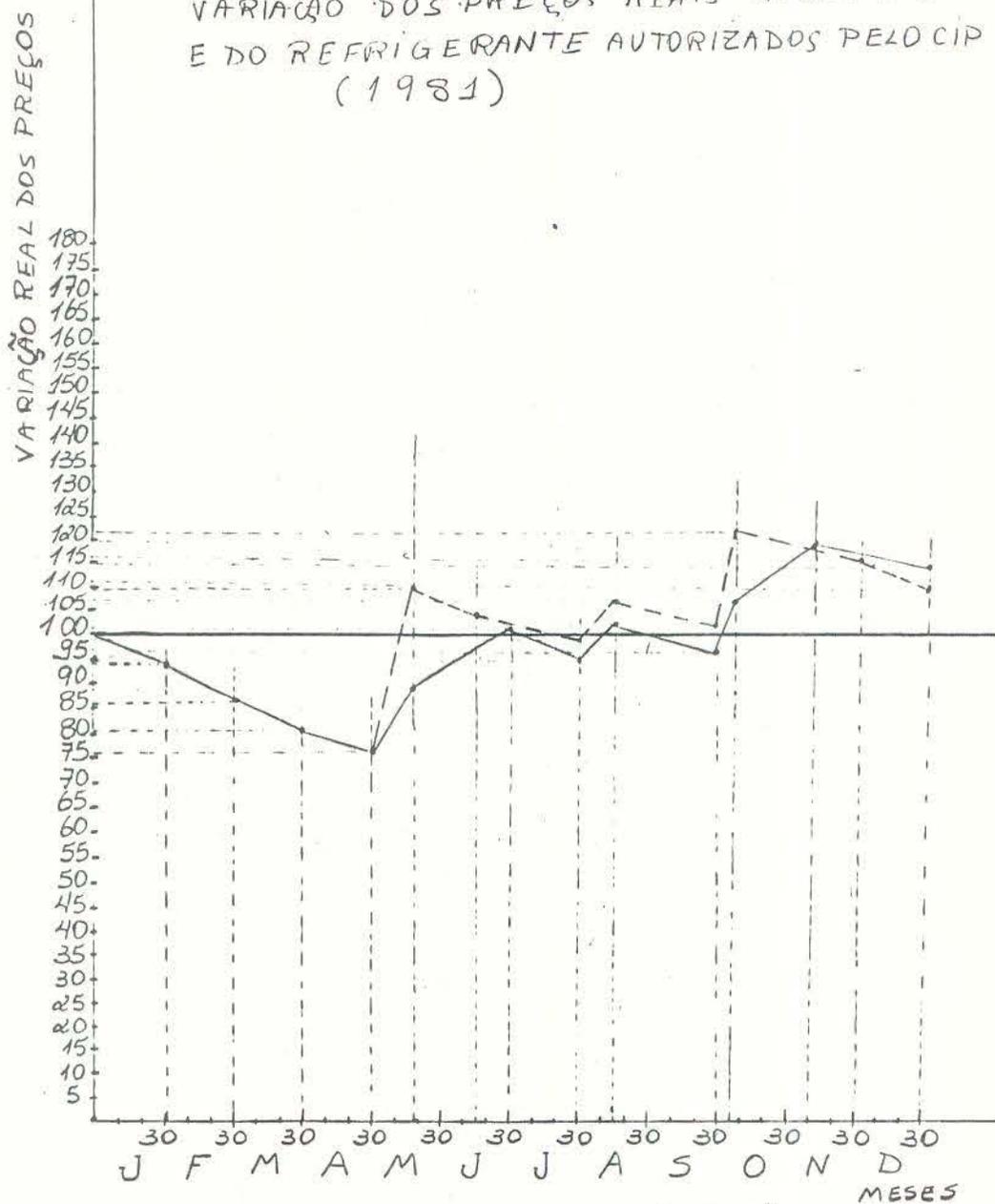
VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS DA CERVEJA E
DO REFRIGERANTE AUTORIZADOS PELO CIP
(1980)



FONTE: TABELA C (DO ANEXO ESTATÍSTICO)

CHAMADA: ——— cerveja
 - - - - - refrigerante

- GRÁFICO 2 -
 VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS DA CERVEJA
 E DO REFRIGERANTE AUTORIZADOS PELO CIP
 (1981)



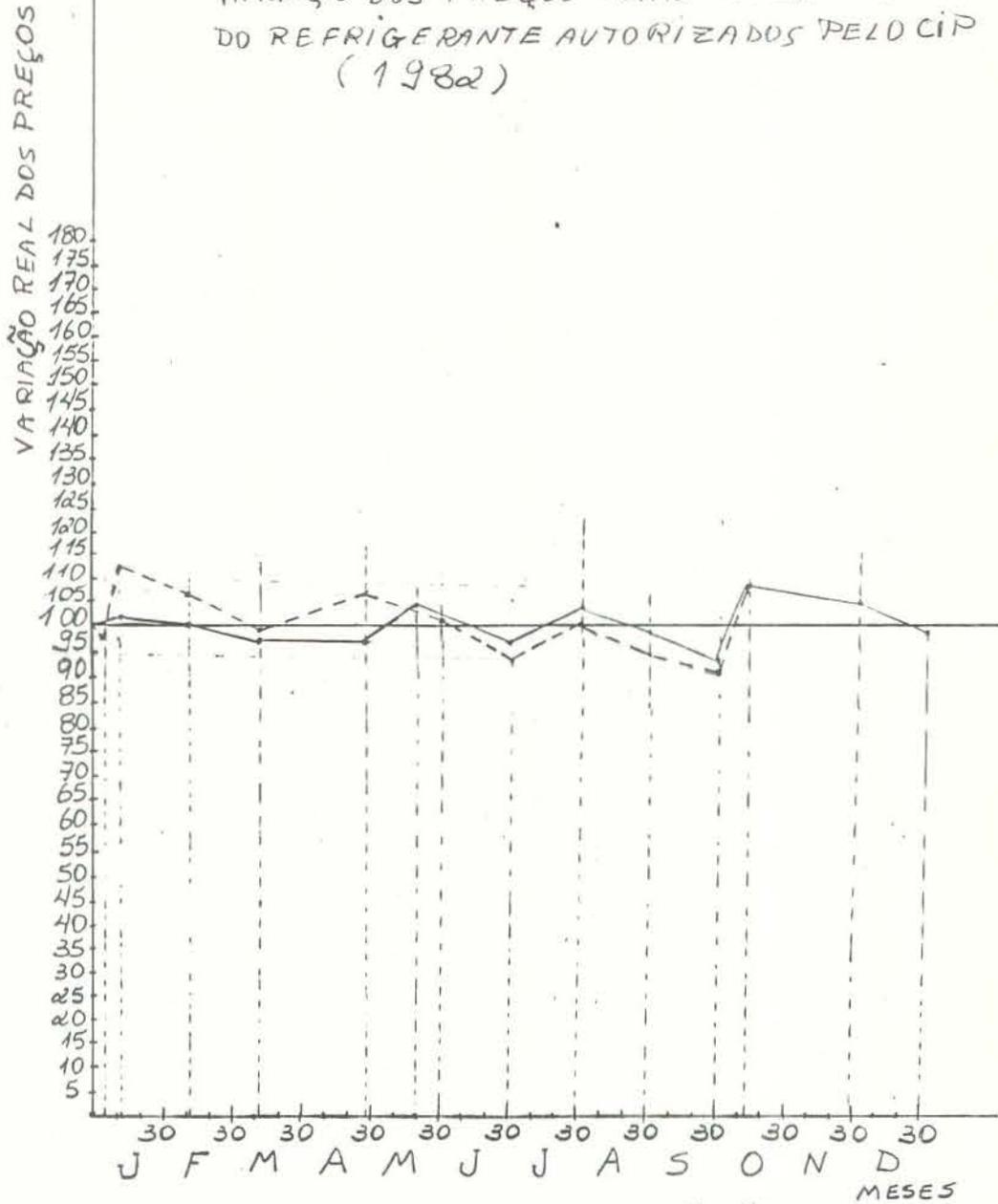
FONTE: TABELA C (DO ANEXO ESTATÍSTICO)

CHAMADA: ——— Cerveja

----- REFRIGERANTE.

— GRAFICO 3 —

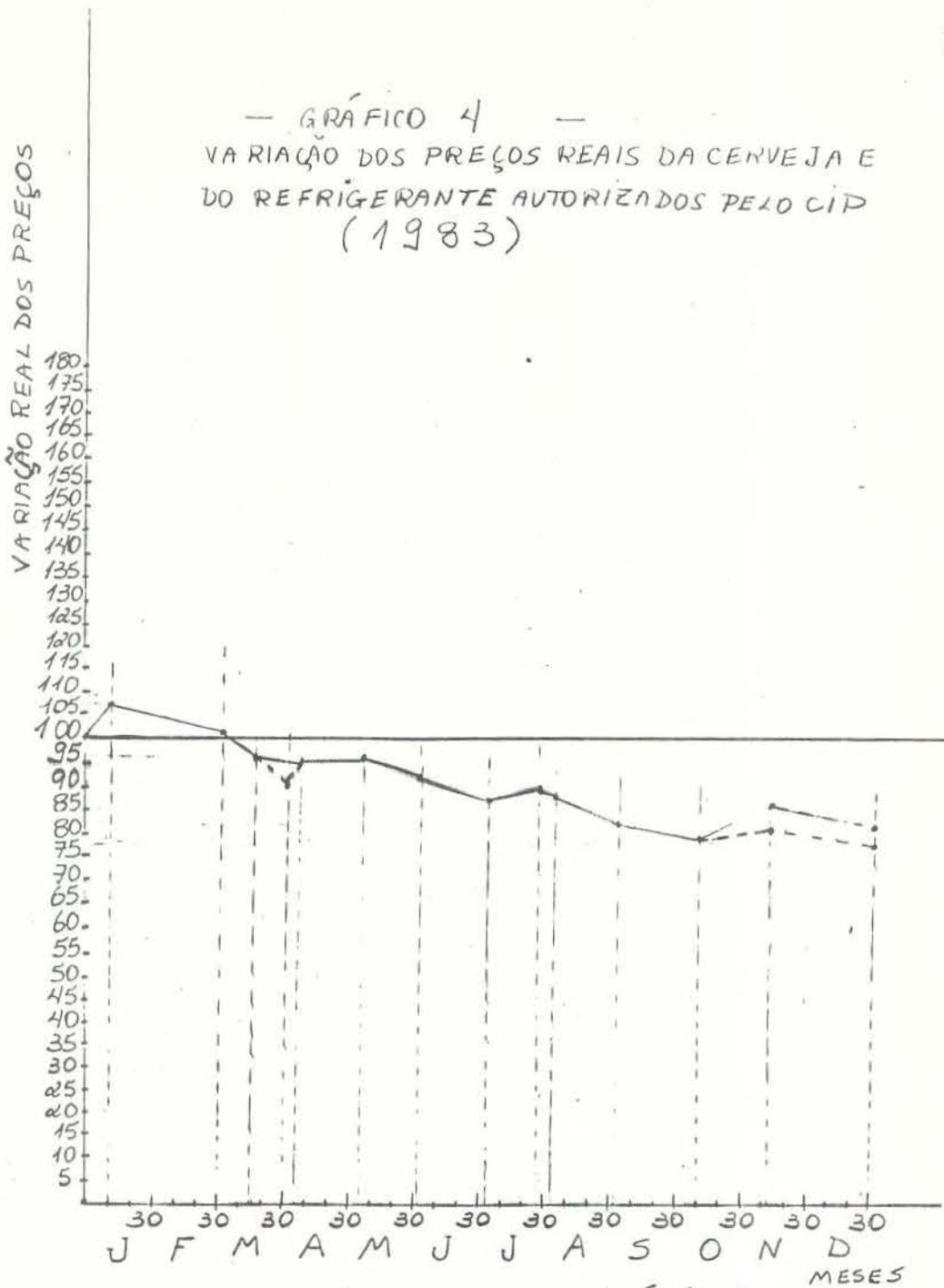
VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS DA CERVEJA E
DO REFRIGERANTE AUTORIZADOS PELO CIP
(1982)



FONTE: TABELA C (DO ANEXO ESTATÍSTICO)

CHAMADA: ——— CERVEJA
- - - REFRIGERANTE

— GRÁFICO 4 —
 VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS DA CERVEJA E
 DO REFRIGERANTE AUTORIZADOS PELO CIP
 (1983)

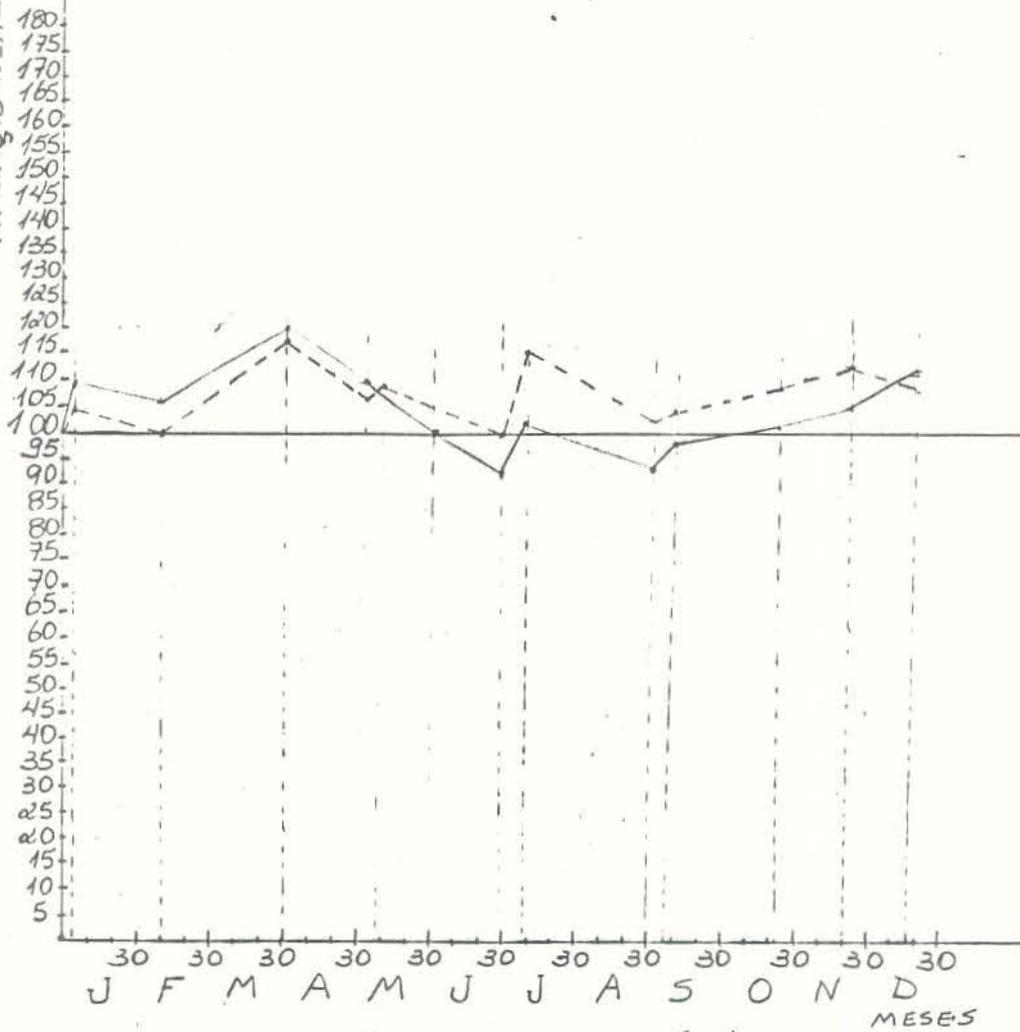


FONTE: TABELA C (DO ANEXO ESTATÍSTICO)

CHAMADA: — CERVEJA
 - - - REFRIGERANTE

VARIAÇÃO REAL DOS PREÇOS

— GRÁFICO 5 —
 VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS DA CERVEJA E
 DO REFRIGERANTE AUTORIZADOS PELO CIP
 (1984)

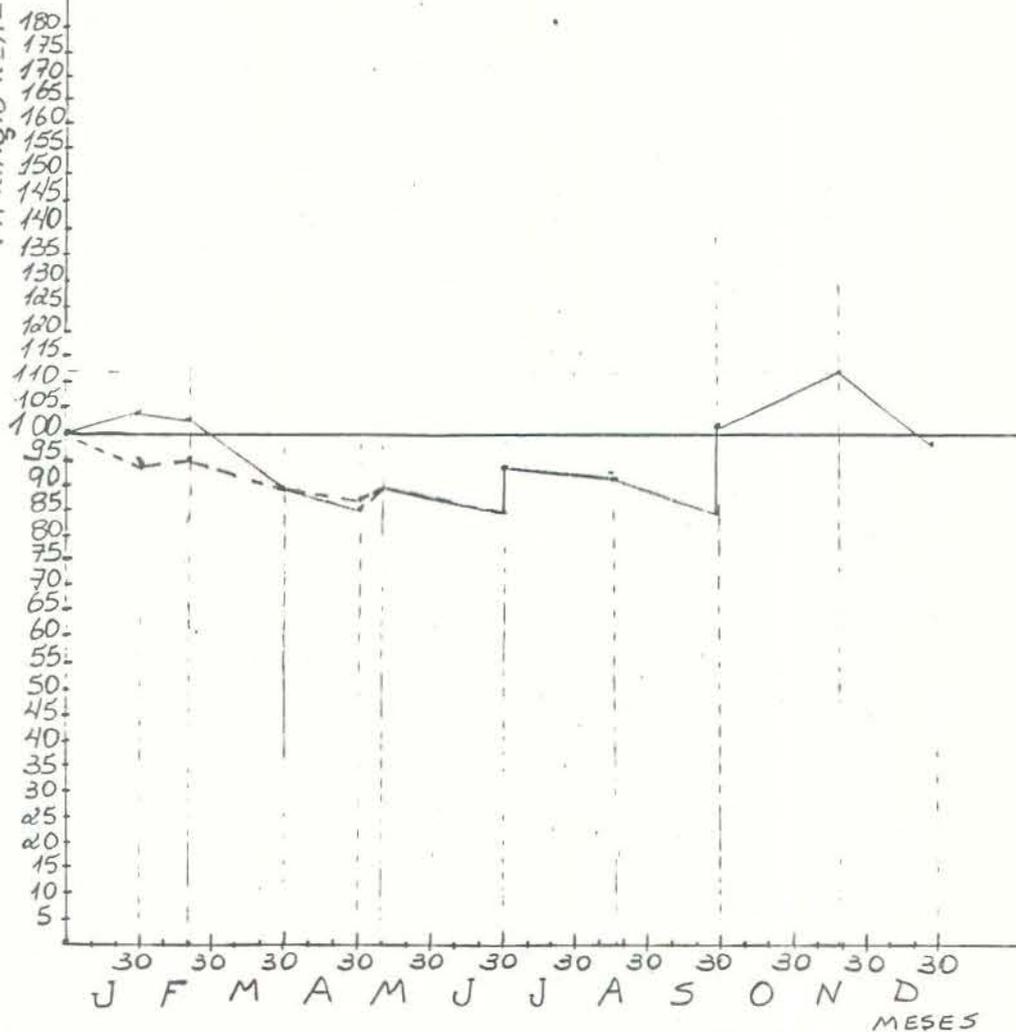


FONTE: TABELA C (DO ANEXO ESTATÍSTICO)

CHAMADA: — CERVEJA
 - - - REFRIGERANTE

VARIAÇÃO REAL DOS PREÇOS

— GRÁFICO 6 —
 VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS DA CERVEJA E
 DO REFRIGERANTE AUTORIZADOS PELO CIP
 (1985)



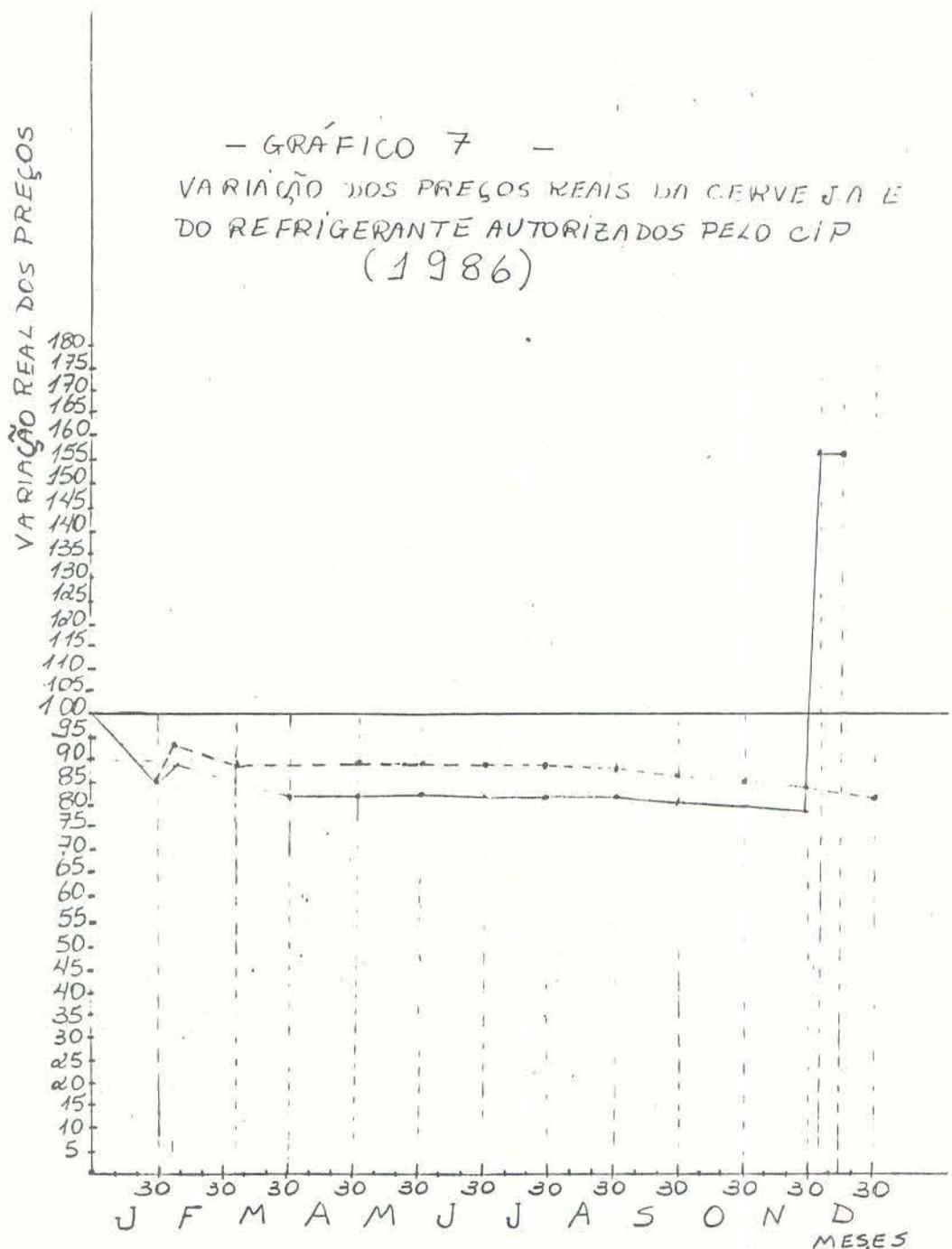
FONTE: TABELA C (DO ANEXO ESTATÍSTICO)

CHAMADA: — CERVEJA

- - - REFRIGERANTE.

- GRÁFICO 7 -

VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS DA CERVEJA E DO REFRIGERANTE AUTORIZADOS PELO CIP (1986)

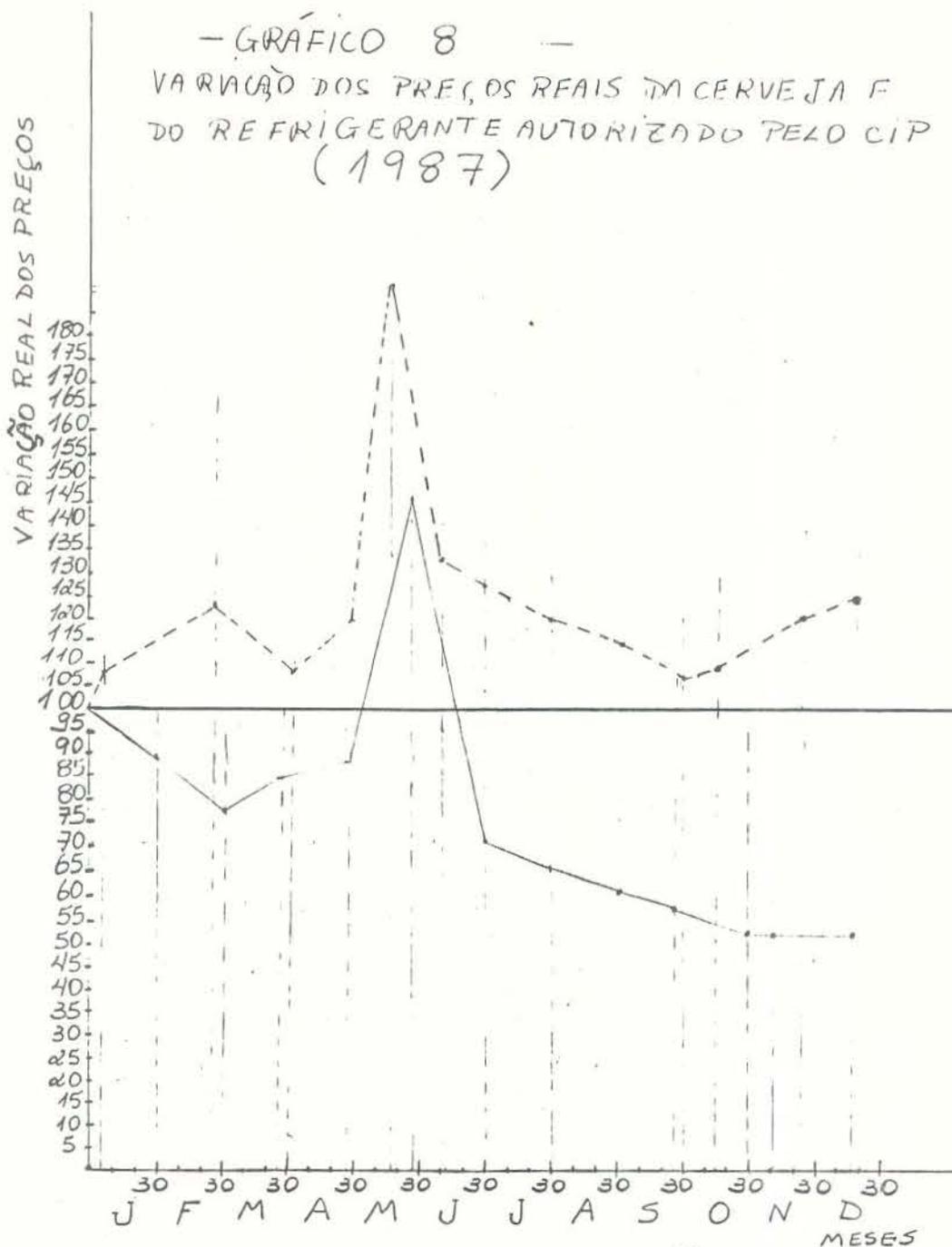


FONTE: TABELA C (DO ANEXO ESTATÍSTICO)

CHAMADA: — CERVEJA
- - - REFRIGERANTE

- GRÁFICO 8 -

VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS DA CERVEJA E
DO REFRIGERANTE AUTORIZADO PELO CIP
(1987)



FONTE: TABELA C (DO ANEXO ESTATÍSTICO)

CHAMADA: — CERVEJA
--- REFRIGERANTE

CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou uma avaliação da eficácia dos planos de estabilização governamental aplicados a economia brasileira durante a década de 1980 e sua repercussão sobre o desempenho de uma grande empresa oligopólica do setor produtor de cervejas e de refrigerantes.

Mais especificamente partiu-se da hipótese de que a política de determinação de preços governamental, efetuada através do CIP, afetou o desempenho do Grupo Antarctica durante a década de 1980.

Apesar dos esforços realizados, não conseguiu-se encontrar nenhuma evidência que comprovasse ter, a política de preços governamental, afetado o desempenho da Antarctica ao longo de toda a década de 1980.

No entanto, a partir da vigência do Plano Cruzado, e, portanto, do congelamento de preços, ficou comprovado ter interferido o governo (através do CIP) na formação de preços do setor de cerveja e de refrigerantes ao impedir que o sistema de preços sinalizasse corretamente as inflexões da demanda. Assim, durante 1986 houve impactos da política de determinação de preços governamental sobre a empresa, no entanto, este plano interferiu benéficamente no desempenho da Antarctica, pois aumentou a rentabilidade através da elevação das vendas (com o aumento do poder de compra da população).

Apesar dos efeitos benéficos do plano econômico em sua fase inicial, não foi possível sustentar o ritmo acelerado de crescimento econômico, a que a economia interna foi submetida, através do novo padrão de financiamento baseado no superávit da balança comercial e nos financiamentos estatais, o que resultou assim numa crise cambial e no retorno da aceleração inflacionária.

Logo após o fracasso do Plano Cruzado (decorrente do fato de ter se impedido que o sistema de preços sinalizasse corretamente as inflexões da demanda) editou-se o Plano Bresser, cujos resultados foram piores mesmo que os da primeira versão do choque heterodoxo.

Foi justamente durante esta segunda fase do Plano, em 1987, quando a inflação se acelerou, que a política de preços governamental, estabelecendo reajustes de preços inferiores as taxas inflacionárias e impostos abusivos (com o fim de controlar a inflação) acabou interferindo negativamente no desempenho da empresa.

O Plano, em sua segunda fase, interferiu negativamente sobre o desempenho da empresa, porque reduziu as vendas sem aumentar a margem de lucro, o que resultou numa diminuição de rentabilidade da empresa, do patrimônio líquido e na necessidade desta contrair mais empréstimos de longo prazo para concluir os investimentos iniciados ao longo do ano de 1986.

Em síntese temos que, a ruptura do padrão de financiamento externo levou ao surgimento de uma recessão econômica de 1981 a 1983 (período este no qual a política de proteção da poupança privada levou a um aumento da capitalização da empresa).

Após esta recessão surge um período de prosperidade (de 1984 a 1985) no qual o financiamento externo (baseado no superávit da balança comercial) foi suficiente para manter o crescimento interno apesar da inflação, sendo que a empresa ampliou seus investimentos neste período.

Em 1986, o governo estabeleceu uma política heterodoxa, visando evitar a volta da recessão, que contribuiu para a melhora do desempenho da empresa, apesar de reduzir sua margem de lucro.

Por fim, em 1987, a política de controle de preços governamental prejudicou o desempenho da empresa forçando-a a endividar-se para fazer frente a concorrência.

Conclui-se assim, ter sido incontestavelmente necessário a política de ajuste governamental da economia, devido ao quadro adverso surgido com a ruptura do padrão de financiamento externo ao longo da década de 1980, no entanto, a má administração desta política econômica governamental de ajuste levou a uma perda de credibilidade do governo por parte da sociedade em geral e ao surgimento de um

processo inflacionário no limiar da década de 1980.

Apesar deste quadro econômico adverso, a empresa, por ser um grupo oligopolizado conseguiu lançar mão de mecanismos (tais como capital, mark-up, propaganda) que garantiram seu crescimento e sua elevada participação no mercado.

ANEXOS ESTADÍSTICOS

METODOLOGIA DE CÁLCULO

COMENTÁRIO SOBRE A TABELA 1

A Tabela 1 foi elaborada visando-se alcançar dois objetivos:

1. O primeiro dos objetivos era averiguar em termos numéricos a situação financeira do Grupo Antarctica durante os anos de 1980 até 1987.

Tal objetivo foi alcançado ao se elaborar a Tabela 1, a partir das informações contidas nos demonstrativos contábeis da empresa, que foram tabulados pelo método de análise financeira de balanços, através de índices, propostos por Dante-Matarazzo (1).

2. A análise da situação da empresa, ano a ano, a partir dos índices financeiros construídos com base nas informações contidas em seus demonstrativos contábeis, apesar de ser útil para se averiguar até que ponto os reajustes de preços autorizados pelo governo afetaram a margem de lucro da empresa, de nada servem para analisar se o desempenho do Grupo Antarctica foi ou não afetado.

Ou seja, os índices financeiros utilizados no processo de análise de balanços não constituem um fim em si mesmo e podem levar a conclusões inexatas caso não forem consideradas as características do sub-ramo de atividade a que pertence a empresa analisada ou, da mesma maneira, caso não se leve em conta algum critério comparativo.

Como não é possível evidenciar o desempenho do Grupo Antarctica utilizando-se somente os índices financeiros da empresa, inclui-se na Tabela 1 os índices padrões referentes as empresas em geral do sub-ramo de cervejas, refrigerantes e de águas minerais (2), no qual a empresa foi

(1) MATARAZZO, Dante Carmini. Análise financeira de balanços: uma abordagem básica. 2a. Ed. V.T. São Paulo, Atlas, 1985.

(2) Apesar dos demonstrativos contábeis da indústria de água mineral estarem presentes nos índices do SERASA referentes ao sub-ramo de cervejas e de refrigerantes, a sua inclusão ou exclusão para efeito de análise no presente trabalho, não resultaria na incompatibilização dos índices da empresa em relação aos índices do SERASA, devido a indústria de água mineral apresentar uma participação irrisória nas vendas no mercado interno.

inserida de acordo com a classificação do SERASA (Centralização de Serviços dos Bancos S/A) (3)

Sendo assim, a Tabela 1 por conter os índices-padrões cumpre o objetivo de permitir comparar o Grupo Antarctica com suas concorrentes mais próximas, possibilitando a identificação do panorama econômico-financeiro da empresa em relação ao quadro econômico-financeiro das empresas com que concorre no mercado Brasileiro como um todo, visto ser o Grupo Antarctica um complexo empresarial que atua em âmbito nacional.

Deve-se ressaltar que devido aos índices padrões publicados pelo SERASA anualmente se referirem a informações obtidas dos demonstrativos contábeis fechados entre julho do ano retrasado a que se refere a publicação e junho do ano anterior a divulgação dos dados pelo SERASA, tornou-se necessário efetuar um ajuste temporal entre os índices-padrões publicados pelo SERASA anualmente e os índices obtidos a partir dos demonstrativos contábeis do Grupo Antarctica, com o fim de compatibilizar as informações entre ambos, para que se pudesse operar a análise comparativa entre os índices-padrões e os índices da empresa em estudo.

Como a maior parte dos demonstrativos contábeis de várias empresas, que foram obtidos pelo SERASA entre julho de um determinado ano e junho do ano seguinte foram fechados no mês de dezembro (entre julho e junho) e publicados no segundo ano após este mês de dezembro, optou-se por considerar uma defasagem de dois anos entre os dados colhidos pelo SERASA e a sua publicação. Portanto, os índices-padrões publicados pelo SERASA serão sempre comparados aos índices obtidos a partir dos demonstrativos contábeis, que foram fechados com uma antecedência de dois anos, sendo isto válido para todas as tabelas, ou seja, os índices obtidos a partir do balanço da empresa de 1980 serão comparados aos índices padrões publicados pelo SERASA em 1982, e assim por diante.

(3) 1989 - Manual de Utilização do SERASA, Pags. 9 e 23.

COMENTÁRIO SOBRE O ÍNDICE SERASA

Optou-se por tabular as informações contidas nos demonstrativos contábeis do Grupo Antarctica de acordo com o método de análise financeira, através de índices, proposto por Dante Matarezzo porque os índices propostos por ele são iguais aos índices-padrões utilizados pelo SERASA em suas publicações.

A compatibilidade entre os índices utilizados para analisar o demonstrativo contábil e os índices-padrões publicados pelo SERASA, não só possibilitou uma forma adequada de estabelecer padrões comparativos, através do tratamento estatístico dos índices de um conjunto de empresas, como também facilitou a análise do desempenho da empresa.

Infelizmente, não foi possível a obtenção dos valores dos índices-padrões do SERASA referente ao ano de 1981 como foi mostrado na Tabela 1, nem tão pouco o SERASA publicou os índices-padrões referentes a Imobilização dos Recursos não-correntes (com exceção para o ano de 1980) como pode ser visto também na Tabela 1, no entanto tais omissões não prejudicam a análise do desempenho da empresa, visto serem os dados disponíveis mais do que suficientes para se ter uma idéia geral a respeito do comportamento da empresa no período de 1980 a 1987.

COMENTÁRIO SOBRE OS ÍNDICES DA EMPRESA

Demonstrada a compatibilidade entre os índices do SERASA e os utilizados para analisar o demonstrativo contábil do Grupo Antarctica, deve-se agora comentar sobre: como foram calculadas os índices médios do SERASA, e quais foram os índices utilizados para analisar os demonstrativos contábeis da empresa ou seja, quais os nomes dos índices utilizados, como foram calculados, o que indicam, e como devem ser interpretados.

O método utilizado para calcular os índices médios do SERASA serão explicados mais adiante, e se iniciará a análise comentando-se sobre os índices utilizados para analisar o balanço da empresa.

Sendo assim, que os índices utilizados para analisar a empresa foram os seguintes (4).

A. Índices referentes a estrutura de capital da empresa. São eles:

1. A participação de capitais de terceiros (ou endividamento).

Foi obtido através da relação dos capitais de terceiros com o patrimônio líquido e indica quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada 100 unidades monetárias de capital próprio.

É calculado dividindo-se o capital de terceiros pelo patrimônio líquido (multiplicando-se o resultado por 100). Quanto menor este índice, melhor é para a empresa.

2. A composição do endividamento.

Foi obtido através da relação do passivo circulante com o capital de terceiros e indica qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais.

É calculado dividindo-se o passivo circulante pelo capital de terceiros (e multiplicando o resultado por 100).

Quanto menor este índice, melhor é para a empresa.

3. A imobilização do Patrimônio Líquido

Foi obtido através da relação do ativo permanente com o patrimônio líquido e indica quantas unidades monetárias a empresa aplicou no ativo permanente para cada 100 unidades monetárias no patrimônio líquido.

É calculado dividindo-se o ativo permanente pelo patrimônio líquido (e multiplicando o resultado por 100).

Quanto menor este índice, melhor é para a empresa.

(4) MATARAZZO, Dante Carmini. Análise financeira de balanços. In.op.cit. P.100.

4. A imobilização de recursos não-correntes

Foi obtido através da relação do ativo permanente com o patrimônio líquido e o passivo exigível a longo prazo, e indica qual o percentual de recursos não-correntes foi destinado ao ativo permanente.

É calculado dividindo-se o ativo permanente pela soma do patrimônio líquido com o passivo exigível a longo prazo (e multiplicando o resultado por 100).

Quanto menor este índice, melhor é para a empresa.

B. Índices referentes a liquidez da empresa .

São eles: 1. A Liquidez Geral

Foi obtido através da relação do ativo circulante e do realizável a longo prazo com o passivo circulante e o exigível a longo prazo; e indica quanto a empresa possui de ativo circulante e realizável a longo prazo para cada uma unidade monetária de dívida total.

É calculado dividindo-se o ativo circulante mais o realizável a longo prazo pelo passivo circulante mais o realizável a longo prazo.

Quanto maior este índice, melhor é para a empresa.

2. A Liquidez Corrente

Foi obtida através da relação do ativo circulante com o passivo circulante, e indica quanto a empresa possui de ativo circulante para cada uma unidade monetária de passivo circulante.

É calculada dividindo-se o ativo circulante pelo passivo circulante.

Quanto maior este índice, melhor é para a empresa.

7. A Liquidez Seca

Foi obtida através da relação do ativo circulante (com exceção dos estoques) com o passivo circulante, e, indica quanto a empresa possui de ativo líquido para cada (unidade monetária de passivo circulante).

É calculada dividindo-se o ativo circulante (menos os estoques) pelo passivo circulante.

Quanto maior este índice, melhor é para a empresa.

C. Índices referentes a rentabilidade da empresa

1. O giro do ativo

Foi obtido através da relação das vendas líquidas (receitas líquidas) com o ativo médio; e indica quanto a empresa vendeu para cada uma unidade monetária de investimento total.

É calculada dividindo-se as vendas líquidas pelo ativo médio. (5)

Quanto maior este índice, melhor é para a empresa.

2. A margem líquida

Foi obtida através da relação do lucro líquido com vendas líquidas, e indica quanto a empresa obtém de lucro para cada 100 unidades monetárias vendidas.

Quanto maior este índice, melhor é para a empresa.

É calculado dividindo-se o lucro líquido pelas vendas líquidas (e multiplicando-se o resultado por 100).

3. A rentabilidade ao ativo

Foi obtido através da relação do lucro líquido com o ativo médio, e indica quanto a empresa obtém de lucro para cada 100 unidades monetárias de investimento total.

É calculado dividindo-se o lucro líquido pelo ativo médio (e multiplicando o resultado por 100). Quanto maior este índice melhor é para a empresa.

(5) MATARAZZO, Dante Carmini. Análise financeira de balanço. In: op.cit. P.122.

Por fim, resta destacar que o resultado de exercícios futuros foram adicionados ao passivo exigível a longo prazo, e adicionou-se o valor das duplicatas descontadas ao ativo circulante e ao passivo circulante, sendo que estes procedimentos foram feitos com o objetivo de padronizar os balanços da empresa para tornar seus índices compatíveis com os divulgados pelo SERASA (6).

(6) MATARAZZO, Dante Carmini. Análise financeira de balanços: uma abordagem básica. 2a.Ed. São Paulo, Atlas, 1985. Capítulo 4.

ANEXO II

DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CAMPINAS LTDA.

SERVICO INTERNO

Variação de Preço de Compra Anualizada %						
Data	(a) Fuziquito	(b) Fuziquito	(c) Somar	(d) Cápio	(e) Carli	(F) Sumari
02-01-80	122,44	6,13	128,57			
22-05-80	144,83	10,73	155,56			
03-07-80	158,16	10,73	168,89			
06-08-80	175,94	10,73	186,67			
01-11-80	218,40	13,03	231,43			
01-12-80	258,97	15,32	274,29	111,5	114,9	113,33
16-05-81	315,88	18,41	334,29			
15-06-81	380,76	22,10	402,86			
15-08-81	429,43	24,86	454,29			
03-10-81	494,27	28,59	522,86			
10-11-81	585,45	31,69	617,14	126,4	107,	125
11-01-82	626,66	33,24	660,00			
11-02-82	659,28	35,01	694,29			
11-03-82	691,81	36,76	728,57			
26-04-82	724,26	38,60	762,86			
19-05-82	831,20	44,91	876,11			
30-07-82	946,00	49,00	995,00			
11-10-82	1.151,00	64,00	1.215,00	97,	102,	97
05-01-83	1.338,00	78,00	1.416,00			
14-03-83	1.418,68	82,70	1.501,38			
02-04-83	1.533,59	82,70	1.616,29			
02-05-83	1.657,62	89,39	1.747,01			
01-06-83	1.777,00	95,82	1.872,82			
02-07-83	1.887,90	101,79	1.989,69			
25-07-83	1.977,39	101,79	2.079,18			
01-08-83	2.134,91	109,11	2.244,02			
01-09-83	2.269,34	116,52	2.385,86			
05-10-83	2.441,49	125,37	2.566,86			
11-11-83	2.745,14	143,56	3.088,70	156,	121,	154

DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CAMPINAS LTDA.

SERVICO INTERNO

				Dir (%)	Car (%)	Soma (%)
02-01-84	3.356,61	1.579,61	2.776,22			
10-02-84	3.834,96	172,12	4.007,08			
31-03-84	4.817,01	222,52	5.041,53			
09-04-84	5.835,76	263,89	6.099,65			
01-09-84	6.839	300	7.139			
22-10-84	8.021	400	8.421			
20-11-84	9.030	444	9.474			
17-12-84	10.613	480	11.093	198	201	199
31-01-85	12.577	552	13.129			
20-02-85	13.666	552	14.218			
06-05-85	15.670	752	16.422			
01-07-85	19.261	827	20.088			
16-08-85	21.754	927	22.681			
01-10-85	27.292	1.216	28.508			
19-11-85	35.355	1.575	36.930	233	228	233
03-02-86	42.255	1.810	44.065			
				→		
03-03-86	42,26	1,81	44,07			
03-12-86	86,19	2,17	88,36			
12-12-86	85,31	2,90	88,21	141	84	133
28-03-87	106,78	3,50	110,28			
27-04-87	132,62	5,50	138,02			
28-05-87	118,39	8,90	127,29			
25-09-87	165,55	11,50	177,05			
10-11-87	187,08	15,94	203,02			
17-12-87	216,35	19,34	235,69	154	567	167
CHAMADA:						
Todos os valores acima foram arredondados para cima ou para baixo de uma unidade e vice-versa.						

DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CAMPINAS LTDA.

SERVICO INTERNO

16-01-88	270,43	-24,18	294,61	diq(50)	Carro(7)	Soma(3)
13-02-88	318,50	-28,48	346,98			
23-03-88	378,60	-33,85	412,45			
30-04-88	504,71	42,20	546,91			
10-06-88	606,44	51,70	658,14			
22-07-88	715,09	60,96	776,05			
20-08-88	845,14	71,74	916,88			
09-09-88	1.018,08	88,54	1.106,62			
11-10-88	1.463,87	127,31	1.591,18			
10-11-88	1.852,49	161,05	2.013,54			
09-12-88	2.316,43	201,31	2.517,74	757	733	755
09-01-89	2.882,63	250,63	3.133,26			
				→ Cruzado novo		
18-01-89	3,49	0,31	3,80			
25-05-89	4,05	0,34	4,39			
19-06-89	4,83	0,41	5,24			
17-07-89	6,04	0,51	6,55			
31-07-89	6,37	0,51	6,88			
10-08-89	8,50	0,68	9,18			
15-09-89	10,91	0,88	11,79			
04-10-89	14,32	1,39	15,71			
27-10-89	16,70	1,62	18,32			
02-11-89	22,37	2,17	24,54			
23-11-89	25,67	2,47	28,14			
02-12-89	35,24	3,37	38,61			
16-12-89	36,98	3,59	40,57	118	133	119
NOTA						
(a), (b), (c) - PREÇOS POR DÚZIA						
(d), (e), (f) = líquido, frete e soma (lq. + carr.)						
CHAMADA:						
Nos anos cujos reajustes ocorreram após o dia 15/01, tomou-se como mês base aquele mês do ano anterior, no qual efetuou-se o último reajuste.						

DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CAMPINAS LTDA.

SERVICO INTERNO

Variação de Preços Refrigerantes						
Data	(a) Requido	(b) Parveto	(c) Saha	(d) Litros (%)	(E) Litros (%)	(F) Litros (%)
02-01-80	34.15	6.13	40.28			
80 22-05-80	38.16	10.73	48.89			
03-07-80	42.61	10.73	53.34			
06-08-80	47.05	10.73	57.78			
01-11-80	55.54	13.03	68.57			
01-12-80	66.11	15.32	81.43	94	150	100
81 16-05-81	101.81	22.10	123.91			
15-08-81	117.64	24.86	142.50			
03-10-81	146.29	31.87	178.16	104	108	119
82 02-01-82	151.15	31.87	183.02			
11-01-82	178.43	33.34	211.77			
11-02-82	178.43	35.01	213.44			
11-03-82	178.43	36.76	215.19			
26-04-82	201.24	44.91	246.15			
20-07-82	230.66	49.00	279.66			
11-10-82	284.00	64.00	348.00	88	104	90
83 05-01-83	334.00	78.00	412.00			
02-04-83	382.83	82.70	465.53			
02-05-83	413.72	89.39	503.11			
01-06-83	443.53	95.82	539.35			
02-07-83	471.20	101.79	572.99			
25-07-83	478.22	101.79	580.01			
01-08-83	514.49	109.11	623.60			
01-09-83	549.43	116.52	665.95			
05-10-83	591.19	125.37	716.56			
11-11-83	693.02	143.56	836.58	107	84	103

DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CAMPINAS LTDA.

SERVICO INTERNO

diag (to) (mês) (ano)

	02-01-84	797,27	159,61	956,88			
	10-02-84	859,49	172,12	1.031,61			
	31-03-84	1.107,10	222,52	1.329,62			
84	07-05-84	1.263,36	222,52	1.485,88			
	09-07-84	1.606,80	262,89	1.870,69	502	65	95
					→ Chamada çã dos centavos		
	06-09-84	1.815	300	2.115			
	22-10-84	2.028	400	2.428			
	20-11-84	2.222	444	2.666			
	17-12-84	2.424	480	2.904	502	80	56
	31-01-85	2.707	552	3.259			
	20-02-85	3.255	552	3.807			
85	06-05-85	3.598	752	4.350			
	01-07-85	4.289	827	5.116			
	16-08-85	4.828	927	5.755			
	01-10-85	6.461	1.216	7.677			
	19-11-85	8.015	1.575	9.590	229	228	220
	03-02-86	10.257	1.810	12.067			
86					→ Cruzada		
	03-03-86	10,36	1,81	12,17	29	15	27
	05-01-87	12,12	2,57	14,69			
	26-02-87	16,31	2,90	19,21			
	27-04-87	20,37	5,50	25,87			
87	18-05-87	25,34	7,00	32,34			
	11-06-87	36,45	8,90	45,35			
	14-10-87	40,68	11,50	52,18			
	23-11-87	48,54	15,94	64,48			
	17-12-87	61,73	15,94	77,67	409	520	429
	CHAMADA:						
	Todos os valores acima das tabelas diurnais ou semanais eram iguais ou superiores a 5 foram arredondados de uma unidade e vice-versa.						

DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CAMPINAS LTDA

SERVICO INTERNO

	18-01-88	77,11	19,93	97,09				
	01-03-88	89,78	23,47	113,25				
	25-04-88	122,13	22,19	155,32				
	31-05-88	148,72	38,95	187,67				
88	22-07-88	187,78	48,48	236,26				
	20-08-88	221,29	57,05	278,34				
	09-09-88	251,51	65,61	317,12				
	30-09-88	302,87	78,97	381,84				
	28-10-88	379,88	99,09	478,97				
	28-11-88	479,76	125,35	605,11				
	26-12-88	600,52	156,69	757,21	873	883	875	
	14-01-89	746,56	195,08	941,64				
					→ Cruzada Novo			
	18-01-89	0,83	0,21	1,04				
	25-05-89	0,94	0,23	1,17				
	19-06-89	1,15	0,28	1,43				
89	17-07-89	1,56	0,38	1,94				
	08-08-89	2,08	0,51	2,59				
	23-08-89	2,60	0,64	3,24				
	20-09-89	3,38	0,83	4,21				
	19-10-89	4,69	1,15	5,84				
	03-11-89	6,25	1,53	7,78				
	18-11-89	8,32	2,05	10,37				
	02-12-89	9,36	2,31	11,67				
	18-12-89	12,70	3,17	15,87	1701	1625	1685	
	NOTA:							
	(a), (b), (c) = PREÇOS POR DÚZIA							
	(d), (e), (f) = líquido, carrêlo, norma (liq + cara)							
	CHAMADA:							
	Nos anos cujos reajustes ocorreram antes o dia 15/01, tomou-se como mês base o quele mês do ano anterior, no qual efetuou-se o último reajuste.							

TABELA A
ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA

ANO MÊS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
	VALOR ÍNDICE ACUMULADO (%)	VALOR ÍNDICE ACUMULADO (%)	VALOR DO ÍNDICE ACUMULADO (%)					
DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR COM 2 BASE	283 (100)	595 (100)	1161,3 (100)	2319,4 (100)	7213,2 (100)	23357,1 (100)	69,97 (100)	115,48 (100)
JANEIRO	106,22	106,5	106,3	109	110	113	118	112
FEVEREIRO	110,7	116	113,5	116	123	124	135	128
MARÇO	119,3	124	122	128	136	140	144	147
ABRIL	127	131	128	140	148	150	143	177
MAIO	136	139	136	149	161	162	142	139
JUNHO	145	145	147	167	176	174	143	284
JULHO	158	153	156	190	194	190	143	310
AGOSTO	169	163	165	209	214	216	144	324
SETEMBRO	178	171	171	235	237	236	146	350
OUTUBRO	194	179	179	267	267	258	148	389
NOVEMBRO	210	188	188	289	293	296	150	445
DEZEMBRO	221	195	200	311	324	335	153	516

FONTE: REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA

TABELA B

VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAJUSTADOS PELO CIP

MÊS	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986		1987	
	VARIAÇÃO ACUMULADA DOS PREÇOS (%)		VARIAÇÃO ACUMULADA DOS PREÇOS (%)		VARIAÇÃO ACUMULADA DOS PREÇOS (%)		VARIAÇÃO ACUMULADA DOS PREÇOS (%)		VARIAÇÃO ACUMULADA DOS PREÇOS (%)		VARIAÇÃO ACUMULADA DOS PREÇOS (%)		VARIAÇÃO ACUMULADA DOS PREÇOS (%)		VARIAÇÃO ACUMULADA DOS PREÇOS (%)	
	CEERVEJA	REFRIGERANTE														
VALOR BASE EM DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
JANEIRO	—	—	—	—	107	103	117	118	120	114	—	—	—	—	—	120
FEVEREIRO	—	—	—	—	113	120	—	—	130	123	128	130	119	127	—	158
MARÇO	—	—	—	—	118	121	124	—	163	159	—	—	—	127	—	—
ABRIL	—	—	—	—	124	138	—	133	134	—	—	—	—	—	125	—
MAIO	121	121	122	152	142	—	144	145	—	178	148	149	—	—	156	213
JUNHO	—	—	147	—	—	—	154	155	—	—	—	—	—	—	201	266
JULHO	131	132	—	—	161	157	171	167	197	224	181	176	—	—	—	—
AGOSTO	145	143	166	175	—	—	184	179	—	—	204	198	—	—	—	—
SETEMBRO	—	—	—	—	—	—	196	191	231	253	—	—	—	—	201	—
OUTUBRO	—	—	191	219	197	195	211	206	—	—	257	263	—	—	—	429
NOVEMBRO	180	170	225	—	—	—	254	240	273	290	307	331	333	329	230	530
DEZEMBRO	213	202	—	—	—	—	—	—	359	348	—	—	239	239	267	638

FONTE: DISTRIBUIDORA CAMPINAS DE BEBIDAS LTDA
 CHAMADA: VALORES CUJAS CASAS DECIMAIS OU CENTESIMAIS ERAM IGUAIS OU SUPERIORES A 5 FORAM ARREDONDADOS DE UMA UNIDADE ENVI-VERSA.

TABELA C
VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS

BASE (100) = DEZEMBRO

ANO MES	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986		1987	
	VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS		VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS		VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS		VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS		VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS		VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS		VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS		VARIAÇÃO DOS PREÇOS REAIS	
	CERVEJA	REFRIGERANTE														
JANEIRO	94	94	94	94	104	112	107	108	109	104	104	95	85	85	89	107
FEVEREIRO	90	90	86	86	100	106	100	102	106	100	103	96	88	94	78	123
MARÇO	84	84	81	81	97	99	97	92	120	117	91	90	83	88	85	107
ABRIL	79	79	76	76	97	108	95	96	110	107	85	87	83	89	88	120
MAIO	89	89	88	109	104	101	97	97	101	110	91	92	84	89	145	191
JUNHO	89	89	101	103	97	94	92	93	93	101	85	86	83	89	71	131
JULHO	83	84	96	99	103	100	90	88	102	115	95	93	83	89	65	120
AGOSTO	86	85	102	107	98	95	83	86	92	105	94	92	83	88	62	115
SETEMBRO	81	80	97	102	94	92	83	81	97	107	86	84	82	87	57	107
OUTUBRO	75	74	107	122	110	109	79	77	102	109	100	102	80	86	52	110
NOVEMBRO	86	81	120	116	105	104	88	83	105	113	113	111	79	85	52	119
DEZEMBRO	96	91	115	112	98	98	82	77	111	107	99	98	156	156	83	124

FONTE: TABELAS A E B (DO ANEXO ESTATÍSTICO)

CHAMADA VALORES CUJAS CASAS DECIMAIS OU CENTESIMAIS ERAM IGUAIS OU SUPERIORES A 5 FORAM ARREDONDADAS DE UMA UNIDADE E VICE-VERSA

VALORES OBTIDOS ATRAVÉS DA DIVISÃO DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS CIP PELA VARIAÇÃO DA INFLAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO DO		31/12/79	31/12/78
		C/R\$ Mil	C/R\$ Mil
ATIVO	PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO EXIGÍVEL		
Bens Numerais	Fundo Circulante	821.240	291.421
Depósitos Bancários a Vista	Reservas	139.300	88.231
Títulos do Mercado Monetário	Acionistas	154.743	94.466
TOTAL DO DISPONÍVEL	Dividendos a Pagar	6.501.945	3.526.156
DIREITOS REALIZÁVEIS	Instituições Financeiras	359.034	241.932
Produtos Acabados	(-) Depósitos nos Termos da Resolução 432/77 do Banco Central do Brasil	140.910	286.271
Produção em Elaboração	Títulos a Pagar	404.371	283.975
Produção Agrícola em Andamento	Contas a Pagar	2.719.048	848.854
Materia Prima	Obrigações Fiscais	234.378	116.658
Ferramentas, Peças e Materiais de Manutenção	Obrigações Sociais	11.242.169	5.452.205
Materiais Diversos	Passivo Exigível a Longo Prazo		
Importações em Ancamento	Empresa Coligada	4.754	86.809
Vasilhame	Títulos a Pagar	32.030	3.093
Mercadorias em Trânsito	Superveniências Passivas	707	40
Materiais Direta e Ligação à Produção	Provisão para Imposto de Renda sobre Lucro Inflacionário	42.440	15.759
Creditos	Instituições Financeiras	4.297.155	3.516.761
Contas a Receber de Clientes	(-) Depósitos nos Termos da Resolução 432/77 do Banco Central do Brasil	648.548	621.696
Empresa Coligada	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.729.460	3.004.666
Adiantamentos a Fornecedores	Reservas Diferidas	14.971.629	8.456.871
Empregados	Rescisões de Investimentos	6.930	1.198
Contas a Receber	Vendas de Bens a Prazo	138.651	2.162
Contas a Receber	TOTAL DOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	145.581	3.360
Banco do Brasil S/A. C/Depósito de Dividendos não Reclamados	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE OUTROS ACIONISTAS DAS CONTROLADAS		
(-) Valores Descontados	Capital	1.781.216	1.193.082
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	Reservas	5.204.889	3.859.417
Valores e Bens	Reservas	6.966.105	4.852.499
Títulos e Valores Mobiliários	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE OUTROS ACIONISTAS DAS CONTROLADAS	1.274.273	522.239
Depósitos Resilutivos	Capital	2.229.363	766.176
Depósito no Banco do Nordeste do Brasil S/A - SUDENE	Reservas	3.503.636	1.289.415
TOTAL DOS DIREITOS REALIZÁVEIS			
APLICAÇÕES DE RECURSOS			
Despesas Antecipadas			
Imposto Diferido			
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE			
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Creditos			
Contas a Receber de Clientes			
Títulos a Receber			
Contas a Receber			
Valores e Bens			
Bens não Destinados a Uso			
Títulos e Valores Mobiliários			
Depósitos Resilutivos			
Poder Público - C/Débito por Tributos a Reembolsar			
Depósitos para Recursos			
Superveniências Ativas			
Aplicações por Incativos Fiscais			
Despesas Antecipadas			
TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
ATIVO PERMANENTE			
Investimentos			
Participações das Empresas do Complexo Empresarial Antarctica			
Participação em Empresa Coligada			
Participações em Outras Empresas			
Certificados de Investimentos			
Títulos e Direitos Societários			
Projetos em Implantação			
Imoveis não Destinados a Uso			
Imobilizado			
Imobilizações Técnicas			
Valor Contingido			
(-) Depreciações Acumuladas			
Obras em Andamento			
ATIVO DIFERIDO			
Despesas de Implantação			
Despesas Diferidas			
Projetos de Sistemas			
Agio a Amortizar			
Sistemas de Computação			
(-) Amortizações Acumuladas			
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO	25.585.951	14.602.145

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	1980	1979
RENTA OPERACIONAL BRUTA	Cr\$ Mil	Cr\$ Mil
(-) IMPÓSTOS FATURADOS	30.773.501	14.340.278
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	11.551.045	4.439.146
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	19.182.456	9.901.132
Vendas Canceladas	5.351	9.456
Descontos e Abatimentos Incondicionais	2.986.600	15.059
Impostos Incidentes sobre Vendas	3.029.015	1.524.326
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	16.133.441	6.352.245
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS	10.155.090	4.844.269
LUCRO BRUTO	5.977.351	3.507.976
Despesas com Vendas	1.292	782
Comissões sobre Vendas	173.796	127.890
Propaganda e Publicidade	14.365	7.253
Outras Despesas	952.322	555.017
RECEITAS GERAIS	1.146.775	690.942
Honorários de Administração	127.467	76.616
Despesas Administrativas	1.972.355	991.673
Despesas e Taxas Diversas	63.903	46.366
Despesas Financeiras (-) Receitas Financeiras	1.122.072	536.358
Perdas Diversas	17.740	26.488
Despesas de Caráter Social	17.740	101.962
Gratificações	15.252	10.797
REDESCRIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	3.482.327	1.772.030
Total do Período	942.693	487.804
(-) Incluído no Custo dos Produtos Vendidos	793.897	410.384
(-) Incluído nas Despesas com Vendas	57.596	46.793
Amortização de Despesas de Implantação	59.872	49.909
Amortização de Agios dos Investimentos	56.261	2
Amortização de Agios do Ativo Oflendido	17.624	—
Amortização de Despesas Oflendidas	4.456	—
Amortização dos Sistemas de Computação	25.780	12.841
(-) Transfêrencia de Amortização dos Sistemas de Computação para Custos da Produção	25.780	12.841
RENTA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	238.343	80.568
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.261	1.261
RENTA LÍQUIDA OPERACIONAL	232.187	67.848
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	1.362.137	1.033.548
SALDO DO DEVEDOR DAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS	295.341	25.849
SALDO DO CREDOR DA CORREÇÃO MONETÁRIA	2.956.455	1.624.934
PROVISÃO PARA IMPÓSTO DE RENDA	2.317.568	1.349.752
PROVISÃO PARA IMPÓSTO DE RENDA	1.187.811	784.213
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	355.538	219.698
(-) PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ACIONISTAS DAS CONTROLADAS	800.953	546.825
(-) PARTICIPAÇÃO DO ACIONISTA CONTROLADOR	361.525	346.569

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	1980	1979
ORIGENS DE RECURSOS	Cr\$ Mil	Cr\$ Mil
- Lucro Líquido do Exercício acrescido de Depreciação, Amortização, e ajuste pela variação nos Resultados de Exercício Futuros e diminuído da realização das Reservas de Reavaliação	1.898.008	1.898.008
- Reversão de Provisões	19.142	19.142
- Integralizações de Capital	124.223	124.223
- Contribuição para Reserva de Capital	104.882	104.882
- Aumento de Capital em Arrendamento (1.260.73)	82.974	82.974
- Aumento do Patrimônio Líquido	765	765
- Aumento do Patrimônio Líquido	724.756	724.756
- Patrimônio Líquido das Empresas Controladas incluídas na Consolidação em 31/12/1980	807.669	807.669
- Correção Monetária do Patrimônio Líquido	5.723.547	5.723.547
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	9.476.005	9.476.005
APLICAÇÕES DE RECURSOS	Cr\$ Mil	Cr\$ Mil
- Distribuições Autorizadas por AGO	34.159	34.159
- Dividendo do Exercício	234.142	234.142
- Dividendo do 1º Semestre	79.359	79.359
- Dividendo do 2º Semestre a Distribuir	159.443	159.443
- Aumento do Ativo Imobilizado	5.867.171	5.867.171
- Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo, dos Investimentos e do Ativo Oflendido	4.319.185	4.319.185
- Utilização da Reserva Social	10.939.608	10.939.608
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	1.463.604	1.463.604
DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
ATIVO CIRCULANTE	31/12/1979	31/12/1979
Passivo Circulante	Cr\$ Mil	Cr\$ Mil
Capital Circulante Líquido	7.454.233	3.127.874
	11.242.158	5.452.205
	(3.787.925)	(2.324.331)

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1) As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas com observância dos procedimentos determinados pela Lei 6.404/76 e Instrução CVM nº 15/80.
- 2) Fazem parte da consolidação as empresas constantes da Demonstração dos Investimentos Relevantes, com exceção da Agronome S/A.
- 3) As empresas consolidadas adotam princípios e critérios contábeis uniformes.
- 4) O valor das Participações das Empresas do Complexo Empresarial Antártica, classificado no "Ativo Permanente", corresponde às parcelas dos custos de aquisição de investimentos que excederam os respectivos valores patrimoniais e serão amortizadas, mediante compensação, com os aumentos de patrimônios líquidos que se verificarem naqueles investimentos.
- 5) O valor dos "Desajustes de Investimentos", classificado em "Resultados de Exercícios Futuros", corresponde às parcelas das participações das Empresas do Complexo Empresarial Antártica que excederam os respectivos custos de aquisição e serão mantidas nessa rubrica, nos termos do § 3º do art. 250 da Lei 6.404/76.
- 6) O valor dos "Impostos Oflendidos", classificado no Circulante, refere-se aos encargos de impostos correspondentes aos resultados não realizados, eliminados na consolidação, decorrentes de negócios entre a controladora e as sociedades controladas, assim como de negócios entre elas.
- 7) As diferenças entre os valores do patrimônio líquido e do lucro líquido da controladora, e os do consolidado, são ocasionadas pelos seguintes eventos:
 - eliminação das participações das controladas no capital da controladora;
 - eliminação dos resultados não realizados, de negócios entre a controladora e as controladas, bem como dos encargos dos impostos correspondentes a esses resultados;
 - eliminação dos resultados do exercício, do valor de dividendos distribuídos pelas empresas consolidadas, contabilizados no resultado do exercício pelas sociedades investidoras, cujos estornos, nos termos da Lei, são avaliados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente.

8) Sobre este exercício social em que se elabora a presente Demonstração Consolidada das Origens e Aplicações de Recursos-constante veio dispor a Instrução CVM nº 15/80, somente a partir do próximo exercício será a divulgação de forma comparativa.

São Paulo, 12 de Março de 1981.

FRANCISCO ROQUES SEGARRA
Téc. Cont. CRC-SP 3792
Chefe Contábil-Geral

PARCEIR OS AUDITORES

Examinamos os Balanços consolidados do COMPLEXO EMPRESARIAL ANTÁRTICA, em 31 de dezembro de 1980 e 1979 e as correspondentes demonstrações consolidadas dos resultados, das origens e aplicações de recursos dos exercícios fínidos nessas mesmas datas.

Efetuamos nosso exame consoante padrões reconhecidos da auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, juntamente com as notas explicativas, apresentam adequadamente a situação patrimonial e financeira da COMPANHIA ANTÁRTICA PAULISTA INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS E CONEXOS E EMPRESAS CONTROLADAS em 31 de dezembro de 1980 e 1979, dos resultados das operações e das origens e aplicações de recursos dos exercícios fínidos, nessas mesmas datas, de conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

Moore, Cross Auditores Independentes S/C.
C.R.C.-S.P. n.º 80

AYDECE BABIAN

Contador - C.R.C.-S.P. n.º 38.968

São Paulo, 20 de março de 1981

DIRETORIA

JOSE DE MAIO PEREIRA DA SILVA
Diretor Administrativo

EDGARDO CAMELLES DE SOUZA RAYMUNDO
Diretor Industrial

VICTORIO CARLOS DE MARON
Diretor Financeiro

JOAQUIM GONCALVES RODRIGUES DA SILVA
Diretor Adjunto

ERNA BELAN WEINSDORF RAFFA
Presidente

JOSE HEITOR ATILIO GRACIOSO
Diretor Comercial

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	1981 Cr\$ Mil	1980 Cr\$ Mil
RENDA OPERACIONAL BRUTA	72.828.937	30.723.501
(-) IMPOSTOS FATURADOS	26.815.719	11.561.045
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	44.013.218	19.162.456
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Vendas Canceladas	28.209	8.351
Descontos e Abatimentos Incondicionais	98.969	32.054
Impostos Incidentes sobre Vendas	7.026.546	2.988.500
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	7.153.724	3.028.015
CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS	36.859.494	16.133.441
LUCRO BRUTO	21.590.365	10.156.090
DESPESAS COM VENDAS	15.269.129	5.977.351
Comissões sobre Vendas	1.604	1.292
Propaganda e Publicidade	351.840	175.796
Provisão para Devedores Duvidosos	43.643	14.365
Outras Despesas	1.802.213	955.322
GASTOS GERAIS	2.199.300	1.146.775
Honorários da Administração	253.426	121.467
Despesas Administrativas	4.510.742	1.912.355
Impostos e Taxas Diversas	110.729	65.503
Despesas Financeiras (-) Receitas Financeiras	1.017.963	1.132.012
Perdas Diversas	33.345	34.890
Despesas de Caráter Social	196.494	177.743
Gratificações	47.857	18.257
DEPRECIACOES E AMORTIZACOES	8.170.566	3.482.327
Total do Período	1.825.846	948.603
(-) Incluído no Custo dos Produtos Vendidos	1.485.689	799.887
(-) Incluído nas Despesas com Vendas	237.233	97.596
Amortização de Despesas de Implantação	229.703	98.872
Amortização de Ágios dos Investimentos	203.809	66.261
Amortização de Ágios do Ativo Diferido	1.307	17.634
Amortização de Despesas Diferidas	132.049	4.455
Amortização dos Sistemas de Computação	44.674	25.780
(-) Transferência de Amortização dos Sistemas de Computação para Custo da Produção	44.674	25.780
	569.792	298.343
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS	126.407	44
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.240.364	232.167
RESULTADO OPERACIONAL	7.596.242	1.362.137
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	576.455	296.341
SALDO DEVEDOR DAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS	8.820.151	2.968.455
SALDO CREDOR DA CORREÇÃO MONETÁRIA	5.922.393	2.517.598
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	5.274.939	1.187.611
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	1.404.952	386.658
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	3.869.987	800.953
(-) Participação de Outros Acionistas das Controladas	1.477.399	361.625
Participação do Acionista Controlador	2.392.588	439.328

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	1981 Cr\$ Mil	1980 Cr\$ Mil
ORIGENS DE RECURSOS		
Lucro Líquido do Exercício acrescido de Depreciação, Amortização, ajustado pela variação nos Resultados de Exercícios Futuros e diminuído da realização das Reservas de Reavaliação	5.933.698	1.888.008
Reversão de Provisões	14.779	19.142
Integralizações de Capital	248.147	124.223
Contribuição para Reserva de Capital	99.724	104.882
Aumento de Capital em Andamento	6.655	82.974
Reserva para Aumento de Capital DL 1260/73	—	765
Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo	5.219.190	724.795
Patrimônio Líquido de Empresas Controladas incluídas na Consolidação em 31/12/1980	—	807.668
Correção Monetária do Patrimônio Líquido	19.073.599	5.723.547
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	30.593.782	9.476.005
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Distribuições autorizadas por AGO	55.624	34.159
Dividendo do Exercício	984.055	234.142
Dividendo do 1º Semestre	409.670	79.399
Dividendo do 2º Semestre a Distribuir	574.385	154.743
Aumento do Ativo Imobilizado	17.779.097	5.967.571
Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo, dos investimentos e do Ativo Diferido	13.106.884	4.591.825
Utilização da Reserva Social	334.736	111.912
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSO	32.262.396	10.939.609
DIMINUIÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	1.668.614	1.463.604

DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	31-12-1981 Cr\$ Mil	31-12-1980 Cr\$ Mil	Varição Cr\$ Mil
Ativo Circulante	19.637.300	7.454.233	12.183.067
(-) Passivo Circulante	25.093.849	11.242.168	13.851.681
Capital Circulante Líquido	(5.456.549)	(3.787.935)	(1.668.614)
	31-12-1980 Cr\$ Mil	31-12-1979 Cr\$ Mil	Varição Cr\$ Mil
Ativo Circulante	7.454.233	3.127.874	4.326.359
(-) Passivo Circulante	11.242.168	5.452.205	5.789.963
Capital Circulante Líquido	(3.787.935)	(2.324.331)	(1.463.604)

NOTAS EXPLICATIVAS

- Fazem parte da consolidação as empresas constantes da Demonstração dos Investimentos Relevantes, com exceção da Agronorte S/A.
- As empresas consolidadas adotam princípios e critérios contábeis uniformes.
- O valor das "Participações das Empresas do Complexo Empresarial Antártica", correspondente às parcelas dos custos de aquisições de investimentos que excederem os respectivos valores patrimoniais e serão amortizadas mediante compensação, com os aumentos de patrimônios líquidos que se verificarem naqueles investimentos.
- O valor dos "Desajustes de Investimentos", classificados em "Resultados de Exercícios Futuros", corresponde às parcelas das participações das Empresas do Complexo Empresarial Antártica que excederem os respectivos custos de aquisições e serão mantidas nessa rubrica, nos termos do § 2º do art. 250 da Lei 6.404/76.
- O valor dos "Impostos Diferidos", classificado no Ativo Circulante, refere-se aos encargos de impostos correspondentes aos resultados não realizados, eliminados na consolidação, decorrentes de negócios entre a controladora e as sociedades controladas, assim como de negócios entre elas.
- As diferenças entre os valores do patrimônio líquido e do lucro líquido da controladora e os do consolidado, são ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:
 - eliminação dos resultados não realizados, de negócios entre a controladora e as controladas, bem como dos encargos dos impostos correspondentes a esses resultados;
 - eliminação do resultado do exercício do valor de dividendos distribuídos pelas empresas consolidadas, contabilizados no resultado de exercício pelas sociedades investidoras, cujos investimentos, nos termos da lei, são avaliados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente.

São Paulo, 24 de fevereiro de 1982

FRANCISCO ROBLES SEGARRA
Téc. Cont. CRC-SP nº 3992
Chefe Contabilidade Geral

PARECER DOS AUDITORES

Examinamos os Balanços Consolidados do COMPLEXO EMPRESARIAL ANTÁRTICA em 31 de dezembro de 1981 e 1980 e as correspondentes Demonstrações Consolidadas dos Resultados e das Origens e Aplicações de Recursos dos exercícios findos nessas mesmas datas.

Efetuamos nosso exame conforme padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, juntamente com as notas explicativas, apresentam adequadamente a situação patrimonial e financeira da COMPANHIA ANTÁRTICA PAULISTA - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS E CONEXOS E EMPRESAS CONTROLADAS em 31 de dezembro de 1981 e 1980, dos Resultados das Operações e das Origens e Aplicações de Recursos dos exercícios findos nessas mesmas datas, de conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados de maneira uniforme em relação ao exercício anterior.

São Paulo, 08 de março de 1982

Moore, Cross Auditores Independentes S/C.
C.F.C.-S.P. nº 90
AVERDEE BABIAN
Contador - C.R.C.-S.P. nº 38.968

DIRETORIA

ERNA BELIAN WERNSDORF RAPPA
Presidente

JOSÉ DE MAIO PEREIRA DA SILVA
Diretor Administrativo

VICTÓRIO CARLOS DE MARCHI
Diretor Financeiro e
Diretor de Relações com o Mercado

JOSÉ HEITOR ATTRIO GRACIOSO
Diretor Comercial

EDGARD ORNELLAS DE SOUZA RAYMUNDO
Diretor Industrial

JOAQUIM GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA
Diretor Adjunto

BALANÇO CONSOLIDADO DO

	31/12/80	31/12/79
ATIVO CIRCULANTE		
DISPONÍVEL	51.144	31.129
Bens Móveis	88.076	84.176
Bancos e Instituições Financeiras	1.968.068	1.323.763
Descontos Bancários à Vista	1.457.672	992.422
Outros Ativos	3.271.971	2.700.947
TOTAL DO DISPONÍVEL	7.077.931	5.353.437
DIREITOS REALIZÁVEIS		
Produtos Acabados	37.529	17.528
Produtos em Elaboração	319.029	16.834
Participação em Outras Empresas	25.358	3.338
Ativos em Curso	8.037.458	7.275.858
Ativos em Curso - Outros	394.726	27.314
Ativos em Curso - Outros	594.191	107.116
Ativos em Curso - Outros	242.907	284.468
Ativos em Curso - Outros	821.861	250.468
Ativos em Curso - Outros	377.900	34.008
Ativos em Curso - Outros	6.618.914	5.520.078
Outros	1.215.083	406.611
Outros	68.256	37.282
Outros	311.735	211.840
Outros	298.334	69.498
Outros	57.660	20.154
Outros	318.948	421.882
Outros	193.124	31.109
Outros	88	203
Outros	189.271	37.257
Outros	38.968	14.285
Outros	2.312.826	976.488
Outros	92.768	23.743
Outros	3.628	25
Outros	73.148	43.608
Outros	132.758	66.774
Outros	31.065.890	4.573.327
Outros	219.029	138.924
Outros	30.877	31.041
Outros	257.988	179.985
Outros	18.573.900	7.454.233
Outros	145.183	21.274
Outros	26.538	20.783
Outros	1.273	56.258
Outros	171.213	98.333
Outros	1.471	1.471
Outros	100.828	60.831
Outros	1.828	1.828
Outros	11.576	16.721
Outros	3.222	27.668
Outros	14.658	11.185
Outros	500.707	244.783
Outros	10.716	3.352
Outros	37.325.977	7.48.481
Outros	1.903.307	846.684
TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Investimentos	653	287.716
Investimentos	2.181.262	1.102.188
Investimentos	1.833.846	1.057.224
Investimentos	40.528	41.867
Investimentos	15.238	7.894
Investimentos	141.228	93.915
Investimentos	13.444	57.718
Investimentos	18.46.855	1.82.452
Investimentos	3.585.272	3.501.458
Investimentos	35.020	17.960
Investimentos	21.298	69.265
Investimentos	236.373	151.548
Investimentos	1.215.658	142.857
Investimentos	18.208.054	3.316.288
Investimentos	38.316.474	17.286.034
Investimentos	21.051.978	25.586.955
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE		
TOTAL DO ATIVO		

COMPLEXO EMPRESARIAL ANTARCTICA

	31/12/80	31/12/79
PASSIVO EXIGÍVEL		
Passivo Circulante	7.077.931	5.353.437
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422
Contas a Pagar	3.271.971	2.700.947
Contas a Pagar	88.076	84.176
Contas a Pagar	1.968.068	1.323.763
Contas a Pagar	1.457.672	992.422

BALANÇO CONSOLIDADO DO COMPLEXO

ATIVO	31/12/87	31/12/86
C\$ MIL	C\$ MIL	C\$ MIL
ATIVO CIRCULANTE DISPONÍVEL		
Bens Numerários	1.815.163	688.070
Depósitos Bancários à Vista	3.872.705	1.566.026
Títulos do Mercado Aberto	22.226.408	8.457.675
TOTAL DO DISPONÍVEL	28.914.276	10.711.771
DIREITOS REALIZÁVEIS		
Estoques	535.345	257.520
Produtos Acabados	2.311.716	1.129.020
Produção em Elaboração	44.827	725.726
Produção Agrícola em Andamento	5.898.271	3.097.950
Madeira Prima	813.127	384.478
Feramentas, Peças e Maquinarias de Manutenção	1.048.945	504.459
Materiais Diversos	434.184	292.307
Importações em Andamento	496.298	1.021.152
Reservatório em Trânsito	95.048	377.000
Material em Armazenagem	1.090.634	766.198
Materiais Diversos em Trânsito à Produção	17.685.395	8.519.914
Créditos	21.662.249	12.215.063
Contas a Receber de Clientes	4.401.150	588.258
Títulos a Receber	388.003	344.726
Empresa Coligada	2.761.442	258.338
Adiantamentos à Fornecedores	134.008	57.690
Empregados	274.682	348.946
Contas a Receber	336.800	154.724
Impostos a Recolher	87	19
Banco do Brasil S/A - Crédito de Dividendos não Reclamados	70.442	68.274
(-) Valores Descontados	(83.689)	(39.358)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(3.823.319)	(2.312.920)
Valores e Bens em Trânsito	174.647	52.726
Títulos e Valores Mobiliários	1.324.938	3.422
Depósitos Resgatáveis em prazo superior a 90 dias	129.204	78.340
Depósitos Bancários de prazo superior a 90 dias	254.847	132.159
TOTAL DOS DIREITOS REALIZÁVEIS	22.332.172	11.065.580
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Despesas Antecipadas	335.102	219.102
Impostos Diferidos	181.480	30.874
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	516.582	249.976
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	51.763.449	19.537.370
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	80.677.725	39.249.141
ATIVO PERMANENTE		
Créditos	1.111.045	546.189
Contas a Receber de Clientes	872	28.470
Títulos e Receber	1.211	180
Contas a Receber	5.211	3.275
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(17.488)	(171.277)
Valores e Bens	3.422	4.471
Bens não Destinados a Uso	2.818.834	3.422
Títulos e Valores Mobiliários	23.106	117.032
Depósitos Resgatáveis	12.983	29.106
Depósitos Bancários de prazo superior a 90 dias	4.222	41.526
Poder Público - Crédito por Títulos à Hamburgo	17.225	39.373
Superávencas Altrás	12.153	34.165
Aplicações por Apontivos Fiscais	2.297.034	1.620.797
Despesas Antecipadas	344.239	10.706
TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	17.232.007	12.633.519
ATIVO PERMANENTE	17.232.007	12.633.519
TOTAL DO ATIVO	97,910,174	51,882,660

EMPRESA ARIAL ANTARCTIC

PASSIVO	31/12/87	31/12/86
C\$ MIL	C\$ MIL	C\$ MIL
PASSIVO EXIGÍVEL		
Passivo Circulante	4.865.364	1.772.782
Fornecedores	218.482	280.255
Empresa Coligada	637.790	574.385
Adiantamentos a Pagars	1.555.428	1.474.966
Instituições Financeiras	11.379.893	11.474.966
(-) Depósitos nos Termos da Resolução 430/77 do Banco Central do Brasil	(1.127.635)	(631.333)
Provisão para Imposto de Renda	10.091.797	1.826.040
Títulos a Pagar	190.725	356.756
Contas a Pagar	1.836.619	704.216
Obrigações Fiscais	16.647.724	7.414.576
Obrigações Sociais	3.003.003	1.563.802
Debituras em Tesouraria	4.675.229	55.355
(-) Debituras em Tesouraria	(53.904.668)	(25.092.848)
Passivo Especial a Longo Prazo	16.511	925
Títulos a Pagar	725	1.048
Obrigações Fiscais	7.322	30.152
Superávencas Passivas	707	707
Provisão para Imposto de Renda sobre Lucro Inflacionário	853.331	88.816
Instituições Financeiras	9.193.200	6.895.281
(-) Depósitos nos Termos da Resolução 430/77 do Banco Central do Brasil	(228.540)	(672.185)
Debituras	11.563.798	2.755.533
Debituras em Tesouraria	3.488.027	2.755.533
(-) Debituras em Tesouraria	(71.893.118)	(5.943.640)
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	31.247.198	34.042.692
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
Reservas Diferidas	96.622	13.974
Reservas de Investimentos	585.648	192.240
TOTAL DOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	682.270	206.214
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO ACIONISTA CONTROLADOR	11.320.352	3.427.741
Capital	53.151.259	16.939.939
Reservas	44.477.592	15.667.974
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE OUTROS ACONQUISTAS DAS CONTROLADAS	15.570.026	2.857.600
Capital	13.574.026	2.857.600
Reservas	19.973.258	17.846.000
TOTAL DO PASSIVO	97,910,174	51,882,660

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de cruzeiros)

RENTA OPERACIONAL BRUTA	1982	1983
(-) IMPÓSTOS FATURADOS	180.460,307	420.510,828
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	77.088,631	147.432,443
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	103.371,674	233.078,359
Vendas Canceladas	62.685	275,465
Descontos e Abatimentos Incondicionais	1.660,234	1.660,160
Impostos Incidentes sobre Vendas	39.743,844	39.743,844
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	17.068,831	17.068,831
LUCRO DAS OPERAÇÕES E SERVIÇOS VENDIDOS	41.978,467	41.978,467
DESPESAS COM VENDAS	25.455,928	25.455,928
DESPESAS GERAIS	45.422,805	45.422,805
Honorários de Administração	46.833,151	46.833,151
Despesas Administrativas	1.685,242	4.042,577
Impostos e Taxas Diversas	60,128	4.211,903
Perdas Diversas	3.901,821	9.191,213
Outras Despesas	5.654,908	13.467,388
Comissões sobre Vendas	463,040	1.232,309
DESPESAS FINANCEIRAS	8.668,231	20.156,781
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	330,254	419,909
(-) Incluído no Custo dos Produtos Vendidos	73,135	99,546
(-) Incluído nas Despesas de Implantação	79,544	205,287
Amortização de Ativos dos Investimentos	427,281	1.243,487
Amortização de Sistemas de Computação	10.077,468	23.357,319
Amortização de Sistemas de Controle	5.631,846	44.338,712
Amortização de Sistemas de Computação para Custo de Produção	3.935,713	11.057,020
Amortização de Ativos dos Investimentos	3.187,984	8.875,432
Amortização de Sistemas de Controle	532,489	1.513,285
Amortização de Sistemas de Computação	561,329	1.565,726
Amortização de Ativos dos Investimentos	131,673	343,379
Amortização de Sistemas de Controle	258,148	614,067
Amortização de Sistemas de Computação	86,256	156,253
Amortização de Ativos dos Investimentos	86,256	156,253
Amortização de Sistemas de Controle	1.186,381	3.191,485
Amortização de Ativos dos Investimentos	166,859	166,859
Amortização de Sistemas de Controle	10,114	10,114
Amortização de Ativos dos Investimentos	430,827	430,827
Amortização de Sistemas de Controle	29,379,898	29,379,898
Amortização de Ativos dos Investimentos	281,737	15,162
Amortização de Sistemas de Controle	14,498,102	28,707,054
Amortização de Ativos dos Investimentos	14,846,263	50,381,744
Amortização de Sistemas de Controle	348,181	21,654,660
Amortização de Ativos dos Investimentos	29,513,474	71,050,227
Amortização de Sistemas de Controle	8,371,273	26,323,844
Amortização de Ativos dos Investimentos	23,942,201	44,126,383
Amortização de Sistemas de Controle	4,788,505	9,422,485
Amortização de Ativos dos Investimentos	16,173,596	34,703,898

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(Em milhares de cruzeiros)

ORIGENS DE RECURSOS	1982	1983
Lucro Líquido do Exercício	26.071,607	50.457,604
Reserva de Reavaliação e aumento pela variação nos resultados de exercícios futuros	8.944,478	16.585,833
Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo	22,584	—
Constituição da Reserva nos termos do DL 1.892/81	—	51,379
Constituição da Reserva DL 1.598/77 Art. 3º	—	44,359
Reversão da Reserva para Dividendos	—	33,482
Reversão da Reserva para Imposto de Renda	—	75
Reversão das Provisões	80,412	1,915,561
Integrações de Capital	563,576	—
Contribuição para Reserva de Capital	4,547	14,959
Aumento de Ações de Empresas do Complexo Empresarial Antártica	453,167	1.369,070
Lucros realizados neste exercício decorrentes de negócios efetuados no exercício anterior	20,978,461	99,615,360
CONEXÃO MONETÁRIA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57,116,632	178,198,822
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	119,062	237,970
APLICAÇÕES DE RECURSOS	402,450	1.021,305
Dividendos do Exercício	1.555,426	3.536,178
Imposto de Renda	4.557,463	4.557,463
Contribuição para Reserva de Capital	128,982	16,088,362
Contribuição para Reserva de Capital	10,382,740	17,368,891
Contribuição para Reserva de Capital	683,248	1,657,605
Contribuição para Reserva de Capital	207,606	567,606
Contribuição para Reserva de Capital	35,476,563	128,323,423
Contribuição para Reserva de Capital	53,907,702	169,382,673
Contribuição para Reserva de Capital	3,311,130	9,816,009

DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO
(Em milhares de cruzeiros)

ATIVO CIRCULANTE	31/12/81	31/12/82	31/12/83	VARIACÃO	VARIACÃO
(-) PASSIVO CIRCULANTE	19.637,300	51.763,449	143.696,211	1982	1983
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	25.090,849	53.908,866	136.025,621	32.126.149	91.932.762
	(5.456,549)	(2.145,419)	7.670,596	28.815.019	82.116.752
				3.311.130	9.816.009

NOTAS EXPLICATIVAS

- Fazem parte da consolidação as empresas constantes da Demonstração dos Investimentos Relevantes, com exceção da Agrômata S.A.
- As empresas consolidadas adotam princípios e critérios contábeis uniformes. No exercício de 1983 o sucesso de variação cambial verificado em reação à venda das ORTN's, foi contabilizado no Ativo Diferido para Indústria de Bebidas Antártica de Minas Gerais S.A. (no valor de Cr\$ 804.177.315,84) e como despesa para Indústria de Bebidas Antártica de Minas Gerais S.A. (no valor de Cr\$ 202,86).
- O valor das Participações das Empresas do Complexo Empresarial Antártica, classificado no "Ativo Permanente", corresponde às parcelas dos custos de aquisições de investimentos que excederam os respectivos valores patrimoniais e serão amortizadas, mediante compensação, com os aumentos de patrimônio líquido que se verificarem naqueles investimentos.
- O valor dos "Desajustes de Investimentos", classificado em "Resultados de Exercícios Futuros", corresponde às parcelas das participações das Empresas do Complexo Empresarial Antártica que excederem os respectivos custos de aquisição e são amortizadas, mediante compensação, com os aumentos de patrimônio líquido, no valor de Cr\$ 250.481.644,478.
- O valor dos "Impostos Diferidos", classificado no Ativo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- ERNA BELIAN WEINSDORF KAPPA
Presidente
- CELMO NEVES
Vice-Presidente
- OSCAR ANTONIO BUNDEL
Vice-Presidente
- OSCAR FLORENCE
Conselheiro
- JOSE DE MAIO PEREIRA DA SILVA
Vice-Presidente
- FRANCISCO ROBLES SEGARRA
M.C. Cont. C.A.C.-SP. 27.522
Chefe Contábil-Geral
- São Paulo, 15 de Março de 1984

DIRETORIA

- JOSE DE MAIO PEREIRA DA SILVA
Diretor-Administrativo
- VICTÓRIO CARLOS DE MARCHI
Diretor de Produção e Mercado
- JOSE NETOS ATTILIO GARCOSO
Diretor Comercial
- JOAQUIM GONÇALVES ROQUELES DA SILVA
Diretor Adjunto

PARECER DOS AUDITORES

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, juntamente com as notas explicativas, apresentam adequadamente a situação patrimonial e financeira do GRUPO ANTÁRTICA em 31 de dezembro de 1983 e 1982, os Resultados das Operações e as Origens e Aplicações de Recursos dos exercícios fincados nessas demonstrações, em conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados de maneira uniforme.

Moore, Cross & Aubrey
Incorporated S/C
C.R.C.-SP. nº 80

AVENUE BABAIN
Cottimbar - C.R.C.-SP. nº 34.988
São Paulo, 22 de Março de 1984.

EXAMINAMOS OS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS DO GRUPO ANTÁRTICA em 31 de dezembro de 1983 e 1982 e as correspondentes Demonstrações Consolidadas dos Resultados e das Origens e Aplicações de Recursos dos Exercícios fincados nessas demonstrações.

Entendemos nosso exame ter sido realizado de acordo com os procedimentos técnicos de auditoria em conformidade com os processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

DO GRUPO ANTARCTICA
de cruzetiros)

BALANÇO CONSOLIDADO
(Em milhares)

	31/12/83	31/12/82
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE DISPONIVEL		
Bens Numerários	8.387.133	1.815.183
Depósitos Bancários a Vista	7.658.349	3.672.709
Títulos do Mercado Aberto	39.510.154	23.225.403
	55.565.638	28.914.295
DIREITOS REALIZÁVEIS		
Estoque	1.450.045	535.357
Produtos Acabados	7.119.237	2.341.739
Produção em Andamento	2.317.474	514.677
Produtos em Andamento	2.135.154	6.852.273
Matrias Primas	813.127	813.127
Feramentas, Peças e Materiais de Manutenção	2.275.089	1.045.945
Materiais Diversos	2.769.740	453.184
Impontações em Andamento	2.279.381	3.456.288
Vasilhame	6.471.885	555.049
Mercadorias em Trânsito	3.061.980	1.085.834
Materiais Direamente Ligados à Produção	3.813.462	17.633.396
Aditivos	52.401.828	
Títulos a Receber de Clientes	8.810.122	2.052.249
Títulos a Receber	410.724	1.110.724
Empresas Coligadas	1.372.743	-635.031
Adiantamentos à Fornecedores	610.955	761.442
Empregados	271.796	134.008
Contas a Receber	823.781	224.462
Impostos a Recuperar	1.497.123	356.807
Banco do Brasil S.A. - C/Depósito de Dividendos não Reclamados	17	87
Banco do Brasil S.A. - C/Depósito de Dividendos não Reclamados	205.475	63.484
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	302.264	70.442
(-) Valores Descontados	13.389.322	4.382.319
Valores e Bens	20.957.306	124.964
Duplicatas a Receber	110.724	125.504
Depósito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUJBENE	440.374	
Depósito no Banco da Amazônia S.A. - SUJAM	12.244	
Fundo de Reservas de Recursos - FURENE	18.999	
	21.445.297	254.864
	87.236.447	22.332.572
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Despesas Antecipadas	857.000	333.102
Impostos Diferidos	237.128	181.480
	894.128	518.582
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	143.696.211	51.763.448
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Créditos	136.131	141.045
Contas a Receber de Clientes	129.609	672
Títulos a Receber	7.972	4.231
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	257.768	137.488
Valores e Bens	7.051.325	2.480.834
Títulos e Valores Mobiliários	2.108	1.364
Depósitos Restituíveis	48.201	31.232
Poder Público - C/Débito por Tributos a Reemborsar	42.988	17.725
Depósitos para Recursos	10.329.936	2.787.041
Aplicações por Incentivos Fiscais	248.697	14.233
Despesas Antecipadas	44.130	4.424
Impostos Diferidos e Uso	1.659	1.659
Insustentáveis Ativos e Outros	17.768.644	5.318.484
Superveniências Ativas	18.026.412	5.455.970
TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	18.026.412	5.455.970
ATIVO PERMANENTE		
Investimentos	142.855	226
Participações das Empresas do Complexo Empresarial Antarctic	6.474.249	2.330.701
Participações em Empresas Coligadas	860.396	305.368
Participações em Outras Empresas	80.640	31.622
Títulos e Direitos Sociais	810.654	248.551
Depreciações de Investimentos	531.632	5.977.124
Impontações em Andamento	8.319.787	8.375.808
Proprietos em Implantação		
Imobilizado		
Imobilizações Técnicas		
Valor Corrigido	290.974.148	55.609.460
(-) Depreciações Acumuladas	106.401.089	35.164.349
Obras em Andamento	1.695.458	1.534.875
	186.268.507	81.979.986
Ativo Diferido	23.955.625	7.990.979
Despesa de Implantação	4.133.870	1.173.471
Projetos de Serviços	4.004.870	411.479
Sistemas de Computação	1.503.868	586.123
(-) Amortizações Acumuladas	12.851.432	3.702.775
	16.397.815	8.384.032
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	212.086.109	78.349.324
TOTAL DO ATIVO	373.808.722	135.569.243

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de cruzeiros)

	1984	1983
RENTA OPERACIONAL BRUTA	1.278.295,76	1.278.295,76
(-) IMPOSTOS FATUADOS	686.618,800	686.618,800
RECEITA BRUTA DE VENDAS	683.708,176	683.708,383
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Vendas Canceladas	1.049,465	275,463
Descontos e Abatimentos Incondicionais	7.001,964	1.560,160
Impostos Incidentes sobre Vendas	126.893,738	261.243,844
	134.945,168	41.979,467
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	548.760,008	191.098,916
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS	343.415,210	188.145,007
LUCRO BRUTO	205.344,798	2.953,909
DESPESAS CONVENDAS	42.821,117	13.467,383
GASTOS GERAIS	3.585,409	1.232,309
Honorários da Administração	60.283,030	20.155,781
Despesas Administrativas	823,074	418,849
Impostos e Taxas Diversas	923,077	89,246
Perdas Diversas	341,983	205,287
Gratificações	4.614,511	1.243,487
Despesas de Caráter Social	69.388,334	23.357,319
RECEITAS FINANCEIRAS (-) DESPESAS FINANCEIRAS	130.008,161	44.339,712
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	34.249,950	11.057,020
Total do Período	26.821,674	8.875,432
(-) Incluído no Custo da Produção	5.348,002	1.153,295
Anulização de Despesas com Vendas	5.230,748	343,379
Anulização de Despesas de Implantação	1.781,670	614,007
Anulização de Despesas Operacionais	230,945	158,233
Anulização de Despesas de Manutenção	200,945	156,233
(-) Transferência de Amortização aos Sistemas de Computação para Custos de Produção	9.752,733	3.191,485

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Ganhos	3.296,567	166,899
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	23.682,731	5.245,392
LUCRO OPERACIONAL	239.770,173	92.689,745
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	(5.766,848)	15,162
CORREÇÕES E VARIAÇÕES MONETÁRIAS	45.601,412	28.707,064
Saldo Credor da Correção Monetária	91.960,741	30.861,744
Saldo Devedor das Variações Monetárias	(46.359,329)	(21.654,680)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	187.623,996	71.050,227
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	73.083,893	26.923,844
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	114.540,103	44.126,383
(-) PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ACONISTAS DAS CONTROLADAS	21.857,411	9.422,485
- PARTICIPAÇÃO DO ACONISTA CONTROLADOR	92.682,692	34.703,898

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(Em milhares de cruzeiros)

	1984	1983
ORIGENS DE RECURSOS		
Lucro Líquido do Exercício	161.456,136	59.457,604
Reservas de Realização e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros	2.480,540	1.915,561
Inscrições de Capital em Aumento	328,568	—
Contribuição para Reserva de Capital	34.673,130	16.695,833
Aumento de Capital em Aumento	592,228	51,379
Aumento do Passivo Esquível a Longo Prazo	—	33,482
Constituição da Reserva D.L. 1596,77 Art. 38	—	44,359
Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos	—	—
Reversão de Dividendos	—	75
Alienação de Ações de Empresas do Grupo Antártica	22.668	14.659
Lucros Realizados neste exercício decorrentes de negócios efetuados no exercício anterior entre as Empresas Consolidadas	1.448,172	1.369,070
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	422.243,844	95.616,360
APLICAÇÕES DE RECURSOS	623.409,503	179.198,682
Distribuições Autorizadas pela A.G.O.	598,130	237,970
Dividendo do Exercício	3.003,334	1.021,305
Pago Antecipadamente	12.400,878	3.636,178
A Distribuir	270,652	123,982
Complemento da Provisão para Imposto de Renda	34.925,231	16.088,382
Aumento do Ativo Imobilizável	32.546,253	17.323,871
Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo, dos Investimentos e do Ativo Diferido	5.478,784	1.869,857
Utilização da Reserva Social	1.144,018	857,605
Aquisição de Ações de Empresas do Grupo Antártica	466.832,421	128.323,423
Correção Monetária do Ativo Permanente	557.159,701	169.382,673
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	66.209,802	9.816,008

DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO
(Em milhares de cruzeiros)

	31/12/84	31/12/83	31/12/82	VARIÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	478.967,045	143.696,211	51.763,449	335.270,834
(-) PASSIVO CIRCULANTE	405.086,653	136.025,621	53.908,668	269.061,032
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	73.880,392	7.670,590	(2.145,219)	66.209,802
				9.816,009

BALANÇO CONSOLIDADO DO GRUPO ANTARCTICA (Em milhares)

	31/12/84	31/12/83
ATIVO CIRCULANTE DISPONIVEL		
Estoque	2701.228	6.397.133
Benefícios acumulados	17.201.571	7.560.349
Depósitos Bancários e Caixa	319.500.000	319.500.000
Títulos do Mercado Aberto	208.537.968	55.583.636
TOTAL DO DISPONIVEL		
DIREITOS REALIZÁVEIS		
Estoque	5670.701	1.450.045
Produtos Acabados	7.131.195	7.131.195
Produtos em Fabricação	25.804.847	7.131.195
Matérias-primas em Armazenamento	2.421	2.737
Matérias-primas em Produção	90.720.250	21.136.154
Ferimentos	2.275.069	2.275.069
Matérias-primas e Materiais de Manutenção	140.720.661	140.720.661
Impostos a Recupelar	3.065.827	2.275.069
Vasilhame em Armazenamento	8.471.886	8.471.886
Mercadorias em Trânsito	3.061.960	3.061.960
Materiais Complementares Ligados à Produção	10.920.991	3.813.462
Creditos	172.516.285	52.401.628
Contas a Receber de Clientes	26.769.050	8.910.122
Títulos a Receber	443.618	410.734
Empreendimentos em andamento	2.769.729	1.372.743
Adiantamentos a Fornecedores	6.948.418	610.965
Contas a Receber	607.000	671.796
Impostos a Recupelar	1.068.004	671.796
Banco do Brasil S.A. - C/Deposito de Dividendos não Reclamados	22.391.214	1.469.175
(-) Provisão para Devidores Duvidosos	1.178.460	205.475
(-) Valores Resgatáveis	834.371	302.264
Valores e Bônus	59.071.260	13.389.522
Títulos e Valores Mobiliários	33.771.094	20.967.306
Depósitos Financeiros	3.637	5.374
Deposito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDENE	939.857	440.374
Fundo do Trabalho do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDAM	12.244	12.244
Fundo do Trabalho do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDAM	19.999	19.999
Fundo do Trabalho do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDAM	34.726.832	21.443.237
TOTAL DOS DIREITOS REALIZÁVEIS	266.314.377	87.236.447
ATIVIDADES DE RECURSOS		
Depositos em Bancos	13.140	136.131
Títulos a Receber	10.223	125.693
Depositos em Bancos	5.762	5.762
Depositos em Bancos	186.301	257.728
Valores e Bônus		
Títulos e Valores Mobiliários	339.576	7.051.326
Depósitos Financeiros	10.335	2.108
Deposito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDENE	46.207	46.207
Deposito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDAM	940.501	42.368
Deposito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDAM	30.172.812	10.329.936
Deposito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDAM	811.329	248.897
Deposito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDAM	93.830	44.130
Deposito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDAM	1.659	1.659
Deposito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDAM	33.005.610	17.768.644
TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	35.911.911	38.026.412
ATIVOS PERMANENTES		
Investimentos	121.172	142.855
Participações em Empresas do Grupo Antarctica	21.790.186	6.474.249
Participações em Outras Empresas	2.382.486	660.356
Títulos e Direitos Sociais	463.270	79.164
Certificados de Investimentos	2.583.544	810.654
Impostos não Reclamados a Uso	1.900.074	531.682
Empreendimento Simbólico e Elementares	21.553.717	6.919.787
Imobilizado	51.328.822	6.919.787
Imobilizado Anterior		
Valor Contábil	973.152.754	290.574.148
(-) Depreciação	369.562.193	306.401.099
Obra em Andamento	5.398.994	1.695.458
Ativo Diferido	583.977.555	386.268.507
Despesas de Capitalização	73.718.645	22.365.625
Despesas de Capitalização	14.428.106	4.504.090
Projetos de Investimento	382.877	1.044.876
Sistemas de Capitalização	2.200.000	1.044.876
(-) Amortização Acumulada	45.842.768	12.881.432
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	165.134.715	16.897.815
TOTAL DO ATIVO	1.199.293.671	373.808.732

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de cruzeiros)

	1985	1984
RENDIMENTO OPERACIONAL BRUTO	4.901.243.150	1.270.336.976
(-) IMPOSTOS FATURADOS	2.299.472.448	583.818.870
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	2.601.770.702	686.518.106
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Variações Cambiais	2.461.932	1.049.466
Descontos e Abatimentos Incondicionais	29.292.265	7.001.964
Incidências Incidentais sobre Vendas	468.633.350	1.236.896.738
	500.257.707	1.344.948.168
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	2.001.512.995	546.760.008
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS	1.232.333.857	343.415.210
LUCRO BRUTO	769.179.138	203.344.798
GASTOS COM VENDAS	176.079.545	42.821.117
GASTOS GERAIS		
Honorários de Administração	12.091.458	3.585.409
Despesas Administrativas	22.927.377	60.263.030
Impostos e Taxas Diversas	2.254.526	635.324
Provisão para Ajuste ao Valor de Mercado	764.273	327.077
Provisão para Ajuste ao Valor de Mercado	1.411.705	341.983
Provisão para Ajuste ao Valor de Mercado	42.737.384	4.615.511
Provisão para Ajuste ao Valor de Mercado	1.014.510	69.988.334
	286.575.432	69.988.334
RECEITAS FINANCEIRAS	535.558.929	146.154.601
DESPESAS FINANCEIRAS	42.151.456	96.146.440
DEPRECIações E AMORTIZações	115.015.777	34.243.950
(-) Includido no Custo de Produção	84.042.234	26.629.974
(-) Includido nas Despesas com Vendas	21.550.531	6.613.976
Amortização de Despesas de Implantação	9.393.012	2.206.002
Amortização de Ativos dos Investimentos	1.919.815	460.346
Amortização de Sistemas Diversos	13.306.620	1.781.670
Amortização dos Sistemas de Computação	758.530	290.845
(-) Transferência de Amortização dos Sistemas de Computação para Custo de Produção	559.176	200.645
	42.751.592	51.752.753

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Ganhos	3.010.665	3.296.667
Perdas	91.136.819	22.682.731
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	843.308.592	228.770.173
LUCRO OPERACIONAL	1.375.634	(3.766.846)
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS		
CORREÇÕES E VARIAÇÕES MONETÁRIAS	36.304.212	45.601.412
Sauco Devedor da Correção Monetária	420.671.152	148.665.852
Variações Monetárias Passivas	51.771.318	76.675.222
Variações Monetárias Ativas	208.226.119	46.379.328
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	636.453.496	148.223.996
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	304.886.353	23.083.893
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	331.567.143	144.540.103
(-) PARTICIPAÇÃO DE OUTROS AÇONISTAS DAS CONTROLADAS	86.532.580	21.657.411
PARTICIPAÇÃO DO AÇONISTA CONTROLADOR	245.034.563	92.882.692

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(Em milhares de cruzeiros)

	1985	1984
ORIGENS DE RECURSOS		
Lucro Líquido do Exercício acrescido de Depreciações, Amortizações deduzido da Realização das Reservas de Realização, ajustado pela variação nos Resultados de Exercícios Futuros e resultado da Correção Monetária	518.545.636	161.156.136
Ingressos de Capital	14.907.469	2.480.540
Contribuição para Reserva de Capital	—	464.217
Aumento de Capital em Andamento	—	328.568
Aumento do Passivo Externo a Longo Prazo	87.155.664	34.673.130
Constituição da Reserva D.A. 1983/77 Art. 38, § 2º	2.012.788	952.228
Alienação de Ativos de Empresas do Grupo Antarctica	1.960	22.668
Alienação de Ativos em Tesouraria	211	—
Lucros realizados neste exercício decorrentes de negócios efetuados no exercício anterior entre as Empresas Controladas	72.678.891	1.448.172
Correção Monetária do Patrimônio Líquido	—	422.243.844
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	695.302.619	623.409.503
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Desembolsos Autorizados pela A.G.O.	1.908.314	598.130
Debito do Exercício	10.100.438	3.003.334
Pago Antecipadamente	55.739.528	12.400.878
A Distribuir	2.202.290	—
Participação das Administrações no Resultado Semestral	202.295	—
Compensação da Provisão para Imposto de Renda	270.852	—
Aumento do Ativo Externo a Longo Prazo	226.506.023	34.925.221
Aumento do Ativo Externo a Longo Prazo, dos Investimentos e do Ativo Diferido	228.207.313	32.546.553
Utilização de Reservas, Saques e Empréstimos do Grupo Antarctica	5.476.784	1.142.018
Aquisição de Ativos do Grupo Antarctica	5.065.843	465.832.421
Correção Monetária do Ativo Permanente	—	530.143.847
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	530.143.847	557.189.701
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	165.158.772	66.209.802

DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO
(Em milhares de cruzeiros)

	1985	1984
ATIVO CIRCULANTE	317/2/85	317/2/84
(-) PASSIVO CIRCULANTE	1.743.510.846	478.967.045
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	1.504.477.682	405.096.653
VARIAÇÃO	239.039.164	73.880.392
	317/2/85	317/2/84
	1.264.543.801	143.696.211
	1.099.385.029	269.061.032
	165.158.772	66.209.802

DO GRUPO ANTARCTICA
de cruzeiros

BALANÇO CONSOLIDADO
(em milhares)

	31/12/84	31/12/85	31/12/86
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Bens Numerários	27.011.238	64.959.257	85.100.406
Depósitos Bancários a Vista	21.201.571	764.063.126	1.611.295.157
Títulos do Mercado Aberto	209.537.966	914.122.789	209.537.966
TOTAL DO DISPONÍVEL			
DIREITOS REALIZÁVEIS			
Creditos	26.786.050	61.315.113	2.186.333
Comas a Receber de Clientes	443.618	2.186.333	2.186.333
Títulos a Receber	2.768.729	387.802	387.802
Empresas Coligadas	8.949.418	35.979.692	8.949.418
Aparatamentos a Fornecedores	687.000	2.954.250	2.954.250
Empreendimentos	1.066.004	8.532.723	8.532.723
Comas a Receber	22.397.274	96.339.283	1.178.560
Impostos a Recuperar	3.386.180	3.386.180	3.386.180
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	834.373	834.373	834.373
(-) Valores Descontados	203.114.791	203.114.791	203.114.791
Estoque	13.608.927	13.608.927	13.608.927
Produtos Acabados	5.870.101	5.870.101	5.870.101
Produtos em Elaboração	25.804.847	25.804.847	25.804.847
Produção Agrícola em Andamento	2.421	2.421	2.421
Materiais Prontos	90.720.290	90.720.290	90.720.290
Materiais Diversos	14.023.961	3.055.523	3.055.523
Impontações em Andamento	16.735.856	55.770.764	55.770.764
Vasilhame	30.569.968	30.569.968	30.569.968
Mercadorias em Trânsito	1.014.810	1.014.810	1.014.810
Materiais Diretamente Ligados à Produção	1.014.810	1.014.810	1.014.810
(-) Provisão para Ajuste ao Valor de Mercado	172.516.285	172.516.285	172.516.285
Valores e Bens	33.771.094	9.535.635	33.771.094
Títulos e Valores Mobiliários	3.537	3.537	3.537
Depósitos Restituíveis	939.857	2.510.566	2.510.566
Deposito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDENE	12.244	12.244	12.244
Deposito no Banco da Amazônia S/A. - SUDAM	34.726.632	34.726.632	34.726.632
TOTAL DOS DIREITOS REALIZÁVEIS	266.314.377	869.379.458	869.379.458
APLICAÇÕES DE RECURSOS	2.248.184	9.395.180	9.395.180
Despesas Antecipadas	10.111.480	10.111.480	10.111.480
Impostos Diferidos	20.008.699	20.008.699	20.008.699
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	31.142.702	31.142.702	31.142.702
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	478.567.045	1.743.510.848	1.743.510.848
Creditos	13.140	735.413	13.140
Comas a Receber de Clientes	178.929	1.823.217	1.823.217
Títulos a Receber	5.762	109.103	5.762
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	186.301	2.449.527	186.301
Valores e Bens	3.318.376	113.402.487	3.318.376
Títulos e Valores Mobiliários	10.335	78.376	10.335
Depósitos Restituíveis	87.009	2.654.911	87.009
Poder Público - Cf Débito por Tributos a Recorrer	510.501	3.721.274	510.501
Depósitos para Recursos	30.172.812	29.315.648	30.172.812
Aplicações por Incentivos Fiscais	811.329	1.665.461	811.329
Despesas Antecipadas	94.271	94.271	94.271
Insuficiências Ativas	93.630	93.630	93.630
Superavencidas Ativas	1.618	1.618	1.618
TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	35.005.610	150.954.046	35.005.610
ATIVO PERMANENTE	183.363.573	183.363.573	183.363.573
Investimentos	8.326.180	8.326.180	8.326.180
Participações das Empresas do Grupo Antarctica	68.322.365	68.322.365	68.322.365
Participações em Empresas Coligadas	10.553.618	2.562.186	2.562.186
Títulos e Direitos Sociais	254.070	254.070	254.070
Participações de Investimentos	53.273	53.273	53.273
Impostos Diferidos	2.658.574	2.658.574	2.658.574
Propriedade Intelectual	21.555.917	21.555.917	21.555.917
Empreendimento Compromisso a Eletrobras	51.228.822	51.228.822	51.228.822
Imobilizado	3.397.523.763	3.397.523.763	3.397.523.763
Valor Corrigido	1.419.556.010	389.562.193	389.562.193
(-) Depreciações Acumuladas	51.269.994	5.386.994	5.386.994
Outras em Andamento	2.028.636.747	988.977.555	988.977.555
Ativo Diferido	73.713.645	73.713.645	73.713.645
Despesas de Implantação	14.426.106	14.426.106	14.426.106
Despesas Diferidas	162.677	162.677	162.677
Projetos de Sistemas	2.368.478	2.368.478	2.368.478
Sistemas de Computação	45.842.769	45.842.769	45.842.769
(-) Amortizações Acumuladas	44.828.338	44.828.338	44.828.338
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	685.134.715	2.318.482.072	685.134.715
TOTAL DO ATIVO	1.166.293.671	4.215.376.441	4.215.376.441
PASSIVO			
PASSIVO EXIGÍVEL			
Passivo Circulante	158.118.541	158.118.541	158.118.541
Fornecedores	26.626.129	26.626.129	26.626.129
Adiantos	55.759.829	55.759.829	55.759.829
Dividendo do Exercício a Pagar	6.578.476	6.578.476	6.578.476
Empresas Coligadas	110.433.567	304.436.808	304.436.808
Instituições Financeiras	76.596.844	76.596.844	76.596.844
Provisão para Impostos de Renda	44.404.181	44.404.181	44.404.181
Títulos a Pagar	636.612.888	636.612.888	636.612.888
Contas a Pagar	13.015.179	13.015.179	13.015.179
Obrigações Fiscais	84.566.549	84.566.549	84.566.549
Obrigações Sociais	20.269.411	20.269.411	20.269.411
Debitivos	99.452.799	99.452.799	99.452.799
(-) Debitivos em Tesouraria	1.005.636	1.005.636	1.005.636
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.594.471.683	1.594.471.683	1.594.471.683
Instituições Financeiras	97.056.235	97.056.235	97.056.235
Provisão para Imposto de Renda sobre Lucros a Realizar	42.001.395	42.001.395	42.001.395
Instituições Passivas	55.915	55.915	55.915
Subeventivos Passivos	11.953	11.953	11.953
Debitivos	123.437.459	123.437.459	123.437.459
(-) Debitivos em Tesouraria	106.145.213	106.145.213	106.145.213
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.560.869.427	1.560.869.427	1.560.869.427
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	2.499.588	2.499.588	2.499.588
Reservas Diferidas	18.402.966	18.402.966	18.402.966
Despesas de Investimentos	20.903.534	20.903.534	20.903.534
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO ACIONISTA CONTROLADOR	161.787.602	161.787.602	161.787.602
Reservas	1.652.873.452	1.652.873.452	1.652.873.452
Capital	1.854.661.054	1.854.661.054	1.854.661.054
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE OUTROS ACIONISTAS DAS CONTROLADAS	177.463.544	177.463.544	177.463.544
Capital	501.454.582	501.454.582	501.454.582
Reservas	678.923.426	678.923.426	678.923.426
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.533.584.480	2.533.584.480	2.533.584.480
TOTAL DO PASSIVO	4.215.376.441	4.215.376.441	4.215.376.441

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	01/01/86 #	01/01/86 #
(-) IMPOSTOS FATURADOS	31.712,86	28.022,86
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	Cz\$ Mil	Cz\$ Milhões
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	11.081,596	1.800,258
Vendas Canceladas	5.831,421	891,025
Descontos e Abatimentos Incidenciais	5.250,175	909,233
Impostos incidentes sobre vendas	5,980	1,255
	56,541	15,304
	973,232	171,949
	1.035,753	188,508

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS	4.214,422	728,725
LUCRO BRUTO	2.813,702	431,549
DESPESAS COM VENDAS	1.400,720	286,176
GASTOS GERAIS	377,473	68,562
Honorários de Administração	30,853	3,261
Despesas Administrativas	480,600	75,439
Impostos e Taxas Diversos	28,714	65,395
Despesas de Caráter Social	107,962	15,501
Provisão para Ajuste ao Valor de Mercado	3,583	1,827
	688,384	124,742

RECEITAS FINANCEIRAS

DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	262,089	42,401
Total do Período	41,640	5,760
(-) Incluído no Custo de Produção	228,024	36,454
(-) Incluído nas Despesas com Vendas	156,949	25,608
Amortização de Despesas de Implantação	44,254	7,274
Amortização de Ativos dos Investimentos	81,348	5,280
Amortização de Despesas Diversas	3,331	3,226
Amortização dos Sistemas de Computação	4,956	1,349
(-) Transfêrencia de Amortização dos Selenitos de	1,437	2,256
Computação para Custos de Produção	1,222	199
	53,581	12,484

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	134	7,162
LUCRO OPERACIONAL	232,683	48,460
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	734,548	183,651
Correções e Variações Monetárias	48,225	1,045
Saldo Devedor de Correção Monetária	52,531	113,870
Variações Monetárias Passivas	81,640	186,477
Variações Monetárias Ativas	14,394	281,169
	119,787	19,178

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DAS PARTICIPAÇÕES

PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	662,986	185,518
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA DOS ADMINISTRADORES	215,202	184,053
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	7,101	61,465
(-) PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ACIONISTAS DAS CONTROLADAS	74,068	18,609
PARTICIPAÇÃO DO ACIONISTA CONTROLADOR	366,615	44,856

COMPOSIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL

RESULTADO DO PERÍODO	Cz\$ Mil	Cz\$ Milhões
DOIS MESES FINIDOS EM 31/12/86	61,465	205,968
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS AJUSTES	440,693	512,530
AJUSTES DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA	582,148	(107,227)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(21,734)	707,799

PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ACIONISTAS DAS CONTROLADAS

PARTICIPAÇÃO DO ACIONISTA CONTROLADOR	480,414	205,968
	82,686	174,831
	587,728	1,564,771

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS AJUSTES DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA DL 2284/86

GANHOS NA CONVERSÃO DE VALORES A PAGAR SEM CLAUSULA DE CORREÇÃO MONETARIA	2.120
PERDAS NA CONVERSÃO DE VALORES A RECEBER SEM CLAUSULA DE CORREÇÃO MONETARIA	(7.137)
RECEITAS (DESPESAS) POR AJUSTES EM PROVISÕES	200
Provisão para Depreciação de Investimentos	(16.420)
Outras	73
Provisão para Perdas e 13º Salário	(16.143)
TOTAL	(15.013)

CORREÇÃO MONETARIA ESPECIAL

BAIXA DA CORREÇÃO MONETARIA E DEPRECIACIONES	(4)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL SOBRE AJUSTES (DL 2284/86) EM INVESTIMENTOS RELEVANTES	(749)
SALDO DA CONTA DE AJUSTES ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	(36.926)
EFEITO DO IMPOSTO DE RENDA	15.192
PERDA LÍQUIDA DOS AJUSTES ATÉ 28/02/86	(21.734)

(-) PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ACIONISTAS DAS CONTROLADAS

PARTICIPAÇÃO DO ACIONISTA CONTROLADOR	7.991
	(13.743)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

ORIGENS DE RECURSOS	01/03/85 #	01/01/86 #
Lucro Líquido do Período acrescido de Depreciações, Amortizações, devido à realização das Reservas de Reavaliação e ajustado pelo	31/12/86	31/12/86
Integrações de Capital	Cz\$ Mil	Cz\$ Milhões
Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo	748,635	149,413
Contribuição da Reserva de Incentivos Fiscais do Imposto de Renda	61,423	61,423
Contribuição da Reserva para Aumento de Capital DL 256/68	278,463	52,171
Contribuição da Reserva para Aumento de Capital DL 228/83	59,947	—
Contribuição da Reserva para Aumento de Capital At. 23 Lei 5508/68	17,872	—
Reabertura	3,924	—
Contribuição da Reserva DL 1998/77 - Art. 38 Parágrafo 2º	7,828	59
Redução de Investimentos	124,823	57,608
Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo e dos Investimentos	96	—
Alinhamento de Ativos de Empresas do Grupo Antarctica	1,081	21,444
Lucros realizados no período decorrentes de negócios efetuados no período anterior entre Empresas Consolidadas	1,365,218	281,229
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	3,910	—

APLICAÇÕES DE RECURSOS

Distribuição Autorizada pela A.S.O.	26,292
Pago Antecipadamente	110,955
Aumento do Ativo Imobilizado	679,182
Aumento do Ativo Diferido	48,905
Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo e do Ativo Diferido	18,785
Aquisição de Ativos de Empresas do Grupo Antarctica	13,179
8,803	
852,686	
512,530	
205,968	

COMPOSIÇÃO DO AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL

01/01/86 A 31/12/86	01/01/86 A 31/12/86
Efeito dos Ajustes do Programa de Estabilização Econômica sobre o Capital Circulante Líquido	205,968
Aumento do Capital Circulante Líquido	512,530
REPRESENTADO POR:	(107,227)
ATIVO CIRCULANTE	707,799
PASSIVO CIRCULANTE	—
FINAL	1,743,511
INICIAL	2,084,530
VARIACÃO	1,564,771
	239,038
	707,799

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de cruzeiros)		CONSOLIDADO	
BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de cruzeiros)	31/12/86	28/02/86	31/12/86
ATIVO CIRCULANTE DISPONIVEL	155.353	106.848	279.089
Bens Numerários	283.335	1.161.774	54.594
Depósitos Bancários à Vista	1.576.525	24.236	110.955
Títulos do Mercado Aberto	2.015.213	1.282.858	3.775
TOTAL DO DISPONIVEL			
DIREITOS REALIZÁVEIS	89.638	65.258	86.844
Creditos	5.303	1.544	181.129
Contas a Receber de Clientes	365.158	53.988	113.557
Títulos a Receber	6.993	4.375	102.143
Empresas Coligadas	27.127	16.366	174.607
Acionistas e Fornecedores	45.320	101.689	146.536
Empregados	3.794	1.127	182.360
Contas a Receber	2.866	1.753	200.553
Injuízos a Recuperar	552.879	240.374	97
(-) Valores Descontados			2.831.243
(-) Provisão para Devedores Duvidosos			1.845.486
Estoque	24.354	25.180	135.609
Produtos Acabados	155.563	112.581	89.813
Produtos em Elaboração	204	471	56
Produtos Agrícolas em Armazenado	429.860	308.715	12
Materiais Prontos	125.491	61.596	82.960
Materiais Diversos	73.612	52.623	72.682
Impostos em Andamento	118.142	77.632	208.588
Mercadorias em Estoque	47.161	38.010	2.054.074
Materiais Diversos em Produção	43.284	39.240	
(-) Provisão para Ajuste ao Valor de Mercado	2.992	2.842	
(-) Provisão para Ajuste de Estoques D.L.2284/86			66.834
Valores e Bens	1.014.699	685.276	1.590.000
Títulos e Valores Mobiliários	160.389	38.114	1.966.232
Depósitos Resgatáveis	433	133	2.511.418
Depósito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. - SUDENE	5.883	2.511	3.576.232
Depósito no Banco da Amazônia S.A. - SUDAM		12	
APLICAÇÕES DE RECURSOS	156.705	40.770	648.760
Despesas Antecipadas	19.726	18.283	642.109
Despesas Dilatórias	28.545	20.476	1.291.869
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.778.041	2.279.754	4.818.121
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	47	73	3.611.722
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.068	1.615	181.866
Contas a Receber de Clientes	1	75	789.690
Contas a Receber	1.114	1.613	938.516
Títulos a Receber			
(-) Provisão para Devedores Duvidosos			
Valores e Bens	30.227	11.219	
Títulos e Valores Mobiliários	3.604	3.466	
Depósitos Resgatáveis	7.102	4.690	
Deposito Público - Crédito para Tributos a Reembolsar	113.070	25.392	
Aplicações para Recursos	2.943	1.376	
Despesas por Incentivos Fiscais		14	
Reservas Antecipadas			
Superávit em Realização	157.065	47.223	
Superávit em Lucro	158.179	148.535	
TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
ATIVO PERMANENTE	6.439.203	4.624.311	6.237.309
Investimentos	2.743	96.109	5.731.630
Participações das Empresas do Grupo Amarelo	17.747	14.964	
Participações em Empresas Coligadas	4.221	321	
Participações em Outras Empresas	13.524	11.671	
Títulos e Valores Mobiliários	147.533	122.820	
Injuízos não Destinados à Usar	182.924	265.428	
Contratos de Investimento			
Equipamentos Computador e Eletrônicos			
Imobilizando			
Imobilizações Técnicas	6.439.203	4.624.311	
Valor Contábil	2.681.671	2.940.624	
(-) Depreciações Acumuladas	154.443	79.077	
Outras em Andamento	3.921.975	2.862.764	
Ativo Diferido	390.468	355.109	
Despesas de Implantação	8.793	36.933	
Despesas Diferidas	669		
Projetos de Sistemas			
Sistemas de Comunicação			
(-) Amortizações Acumuladas			
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	10.757	10.757	
TOTAL DO ATIVO	10.757	10.757	
PASSIVO EXIGIVEL	279.089	173.697	280.296
Passivo Circulante	283.335	54.594	
Fornecedores	1.576.525	24.236	
Acionistas	2.015.213	1.282.858	
Dividendo do Exercício a Pagar			
Empresa Coligada			
Instituições Financeiras			
Provisão para Imposto de Renda			
Títulos a Pagar			
Contas a Pagar			
Obrigações Fiscais			
Obrigações Sociais			
Desbêntures			
(-) Debêntures em Tesouraria			
(-) Provisão para Ajuste de Obrigações D.L.2284/86			
Passivo Exigível a Longo Prazo	89.638	65.258	
Instituições Financeiras			
Provisão para Imposto de Renda sobre Lucros a Realizar			
Instituições Financeiras			
Superávit em Realização			
Superávit em Lucro			
Debêntures			
(-) Debêntures em Tesouraria			
TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL	487.052	208.588	
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	3.318.295	2.054.074	
Despesas de Investimentos	100.893	66.834	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO ACIONISTA CONTROLADOR	1.590.000	1.617.988	
Capital	1.966.232	2.511.418	
Reservas	3.576.232	2.673.206	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE OUTROS ACIONISTAS DAS CONTROLADAS	648.760	181.866	
Capital	642.109	789.690	
Reservas	1.291.869	938.516	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.818.121	3.611.722	
TOTAL DO PASSIVO	6.237.309	5.731.630	

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de cruzeiros)

	1987	1988
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	42.785.803	42.981.854
(-) IMPOSTOS FATURADOS	25.745.283	8.722.446
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	17.040.520	6.159.408
DEMAIS DA RECEITA BRUTA	24.350	7.225
Vendas Canceladas	300.869	31.845
Despesas e Abatimentos Financeiros	3.060.081	1.45.181
Impostos Incididos sobre Vendas	3.395.430	1.274.291
Impostos Incididos sobre Serviços	3.645.090	4.935.147
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	3.476.118	3.245.251
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS	4.188.972	1.639.896
DESPESAS COM VENDAS	1.079.852	439.035
GASTOS GERAIS	3.058.803	34.714
Honorários de Administração	1.965.353	555.039
Despesas Administrativas	34.853	94.100
Despesas de Caráter Social	498.347	123.463
Provisão para Aumento do Valor de Mercado	8.418	5.410
RECEITAS FINANCEIRAS	2.610.774	613.126
DESPESAS FINANCEIRAS	5.137.181	304.490
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	245.542	47.400
Total do Período	972.722	264.476
(-) Incidido no Custo da Produção	731.497	193.557
(-) Incidido nas Despesas com Vendas	153.058	161.528
Amortização de Despesas de Implantação	107.384	36.623
Amortização de Alugios dos Investimentos	3.587	3.557
Amortização das Despesas Diretas	4.732	6.215
Amortização dos Sistemas de Computação	3.491	1.593
(-) Transferência de Autorização dos Sistemas de Computação para Custo da Produção	195.369	1.421
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS	7.296	86.065
Ganhos	7.296	7.296
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	578.448	281.143
AJUSTES DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA	(8.196)	(21.734)
LUCRO OPERACIONAL	5.696.068	896.465
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	(69.396)	49.370
CORREÇÕES E VARIAÇÕES MONETÁRIAS	74.118	166.401
Saldo Operador da Correção Monetária	3.765.984	269.117
Variações Monetárias Passivas	(2.554.762)	295.553
Variações Monetárias Ativas	3.071.970	(1.38.965)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DAS PARTICIPAÇÕES	3.459.446	808.770
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	318.265	318.265
PARTICIPAÇÃO ESTUTÁRIA DOS ADMINISTRADORES	83.677	7.101
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.539.848	480.414
(-) PARTICIPAÇÃO DE OUTROS AÇONISTAS DAS CONTROLADAS	657.187	82.586
PARTICIPAÇÃO DO AÇONISTA CONTROLADOR	901.651	397.728

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(Em milhares de cruzeiros)

	1987	1988
ORIGENS DE RECURSOS		
DAS OPERAÇÕES		
Lucro Líquido do Exercício	1.539.848	480.414
Despesas Financeiras que não afetam o Capital Circulante Líquido	1.088.426	312.571
Depreciações e Amortizações	(22.445)	(12.999)
Resultado da Correção Monetária	74.118	80.004
Compensação do Provisão para Imposto de Renda	2.698.947	587.582
DE TERCEIROS		
Intermediações de Capital	1.76.304	56.425
Aumento do Passivo Emprestado a Longo Prazo	3.000.772	309.676
Consolidação da Reserva de Retenções Fiscais do Imposto de Renda	37.662	409.676
Consolidação da Reserva para Aumento de Capital D.L. 75/689	14.380	7.761
Consolidação da Reserva para Aumento de Capital Ls. 42/983	3.881	31.670
Consolidação da Reserva para Aumento de Capital Art. 23 Lei 5.508/67 - Reinvestimento	3.827	4.922
Consolidação da Reserva D.L. 566/77 Art. 38 Parágrafo 2º	24.533	3.282
Redução de Investimentos	177.893	177.893
Alugios de Apólices de Empresas do Grupo América	5	96
Lucros realizados no exercício, decorrentes de negócios efetuados no exercício anterior e/ou de Empresas Consolidas	38.269	22.594
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	5.938.009	1.831.170
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Distribuição Autorizada pela A.S.O.	18.954	5.910
Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo	184.527	4.785
Aumento dos Investimentos	5.106.912	728.087
Aumento do Ativo Diferido	345.566	26.590
Aquisição de Apólices de Empresas do Grupo América	17.804	21.782
Divergência do Exercício	1163.846	26.222
Pago Antecipadamente	559.653	190.965
A Distribuir	8.574.179	923.411
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	(2.636.170)	707.759
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE		
Ativo Circulante	71.653.359	3.773.041
No início do exercício	3.776.041	1.743.511
No fim do exercício	1.860.358	2.604.530
Passivo Circulante		
No fim do exercício	13.227.971	2.891.243
No início do exercício	2.831.243	1.504.472
Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido	10.496.728	1.326.771
	(2.636.170)	707.759

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANTARCTICA- INTEM, HOJE E SEMPRE. Setenta e Cinco Anos de Antartica. São Paulo, 1966. Número Especial.
- A Loura Antartica. Revista Tendência. Rio de Janeiro: 38-39, dezembro/1988, janeiro/1989. Número 167.
- ANTARCTICA inaugura a 94a. indústria. FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 23, janeiro. 1988.
- Balanco Consolidado do Grupo Antartica 1980 a 1988.
- BARROS, Guilherme. BNDES aprova Cz\$2,6 bilhões para a Brahma. 'Gazeta Mercantil. Rio de Janeiro, 7, maio. 1988.
- CERVEJA. Revista da CACEX (Carteira de Comércio Exterior). Rio de Janeiro: 2-8, maio. 1986. Número 997.
- CAIXETA, Nely. O Enigma da Antartica. Revista Exame. São Paulo, ANO XX (13): junho. 1988.
- CARNEIRO, Ricardo. Crescimento Padrão de Financiamentos e Inflação. (A economia brasileira nos anos 80). Campinas, 1988, Universidade Estadual de Campinas (JE). p.1 a 47.
- CARNEIRO, R. e MIRANDA, J.C.. Os Marcos Gerais da Política Econômica. In: Carneiro, Ricardo (Org.) A Política Econômica da Nova República. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. D 86. V. 15. P. 9-16.
- CHOPE e cerveja ficam 32,6% mais caros a partir de hoje. O Estado de São Paulo. São Paulo, 29 de abril. 1988.
- CONJUNTURA Econômica. Revista Mensal. Editada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). Rio de Janeiro. 1980 a 1988 .
- CONSUMO de refrigerantes cresce mesmo com aumento. op. cit. Jornal do Brasil. 29, novembro. 1986.
- CUSTOS são altos mas indústrias tem bom lucro. O Globo. Rio de Janeiro. 31, janeiro. 1988.

CONSUMO de refrigerantes bate recorde.O Estado de São Paulo,
12,maio.1989.

CERVEZA.Revista Brasil,fevereiro/1987.

DEMANDA é de 9 milhões de garrafas.Jornal do Comércio.São Paulo,
19,janeiro.1986.

DICIONÁRIO DE ECONOMIA.Série Os Economistas.São Paulo,Nova
Cultural, 1985,p.305.

DORO, Ivana. Menos litros de cerveja.Gazeta Mercantil.São Paulo,
28,agosto.1987.

FRISCHTAR,Cláudio Roberto.Regulação estatal de preços indus -
triais no Brasil:a experiência do conselho interministe -
rial de preços. Campinas.1980.Dissertação de Mestrado.Uni
versidade Estadual de Campinas,mimeo.

ENGARRAFADOS US\$92 milhões.Revista Isto é, Senhor. Rio de Janei -
ro:78,julho.1988.Número.983.

IZIQUÉ,Cláudia.Mais Cerveja nos copos.Gazeta Mercantil.São Paulo,
6,janeiro.1988.

KEYNES,J.M.(1936).The General Theory of Employment Interest
and Money,Royal Economic Society.Trad.ao português.A Teoria
Geral do Empresa;do Juro e da Moeda.São Paulo,Nova Cultural.
1985.

MARQUES,Carlos José.Um Mar de Cerveja. Revista Isto é, Senhor,
Rio de Janeiro:82-85,dezembro.1988.Número 1003.

MATARAZZO,Dante Carmini.Análise financeira de balanços:uma abor
dagem básica.2a.Ed.V.1.São Paulo,Atlas.1985.

NA MODA DOS DIETÉTICOS.Revista Visão.Rio de Janeiro:41.Janeiro,
1989.

POSSAS,Mário Luiz (1985).Estruturas de Mercado em Oligopólio.
São Paulo,HUCITEC.1986.P.179-180.

- PETIT, Tatiana. Cruzando a fronteira. Revista Exame. São Paulo. ' 100. Abril, 1988.
- PEREIRA, E.A. e ROMANO, R.. Política Antiinflacionária e Planos de Estabilização: A Experiência Brasileira Recente (estudo Especial). Campinas. 1988, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Centro de Estudos da Conjuntura (CECON). P. 2 a 83.
- PORTER, Michael E. Estratégia Competitiva: Técnicas para a análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1986, p. 44.
- REFRIGERANTES estão mais caros 40%. Jornal do Brasil. Brasília. 10, junho. 1987.
- RECORDE na venda de refrigerante. Jornal do Comércio. São Paulo, ' 19, janeiro. 1986.
- SABOR Holandês nas mesas brasileiras. Revista Exame. São Paulo. ' ANO XVIII. novembro, 1986. P. 131-132.
- SELECIONADÍSSIMA. Revista FIPAN. São Paulo: 30, 31 e 32, agosto, 1988. Número 562.
- TURCI, Fátima. Antártica passa a Brahma e é líder no país. Jornal do Brasil. Brasília, 6, março. 1988.
- TURCI, F. op.cit. Jornal do Brasil. 6, março. 1988.
- VERSIANE, Maria. Proteção Tarifária e Crescimento Industrial nos anos de 1906 a 1912: o caso da cerveja, apud. CERVEJA. Revista Da CACEX. Rio de Janeiro: 2-8, maio. 1986. Número. 997.
- ZAMARIAN, Mário. Aumento de consumo de cerveja e de refrigerantes beneficia Brahma. Gazeta Mercantil. São Paulo. 26, fevereiro. ' 1987.